

2.<sup>a</sup> Série, Ano 6 — Nº 11  
Solstício de Verão de 2026  
Semestral

AG  
FRATRES



Revista do  
**SUPREMO**  
**CONSELHO**  
PARA PORTUGAL  
do R.E.A.A.

DEOS MEUMQUE JUS

**Ficha Técnica**

**Revista Digital Semestral**

**Propriedade: Associação Cultural**

**Albert Pike**

**Direcção Editorial: António M.**

**Balcão Vicente**

**Sede: Av. Marconi, 12 D**

**1000-205 Lisboa**

**[adfratres@scg33.pt](mailto:adfratres@scg33.pt)**

**2ª Série, Ano 6 Nº 11**

**(Solstício de Verão)**

**21 de Junho de 2026**

**O conteúdo dos textos é da exclusiva responsabilidade dos seus autores**

**Arranjo da Capa: Paulo Morais**



## INDICE

<b>Editorial</b>	<b>4</b>
<b>Mensagem do Soberano</b>	<b>7</b>
<b>Perto do Poder, longe da vaidade</b>	<b>9</b>
<b>O Papel do sacrifício do maçom regular na transformação espiritual do iniciado</b>	<b>13</b>
<b>A Luz e o Fogo como símbolo do Grau 23.º</b>	<b>19</b>
<b>A Desinformação e a crise da verdade na era digital</b>	<b>23</b>
<b>A Tolerância Religiosa</b>	<b>27</b>
<b>Da Cripta do Passado à Igreja do Futuro</b>	<b>31</b>
<b>Sobre a Liberdade</b>	<b>39</b>
<b>O Tribunal de Osíris e suas derivações até aos tempos modernos</b>	<b>47</b>
<b>A Justiça</b>	<b>51</b>
<b>“A Justiça como princípio universal e caminho de regeneração”</b>	<b>55</b>
<b>O Julgamento interior</b>	<b>61</b>
<b>Pontes de Luz: Sustentáculos do Grau 31, a Kabbalah e a Santíssima Trindade</b>	<b>65</b>
<b>De Pedreiros a Pedreiros Livres: A Construção do homem e da sociedade</b>	<b>73</b>
<b>A Verdade: O Coração e a balança nos temas actuais</b>	<b>77</b>
<b>O Real Segredo desvelado: A verdade metafísica entre a Arquitectura Universal de Pike e a Imanência Divina de Agostinho da Silva</b>	<b>81</b>
<b>A Viagem do herói maçom</b>	<b>89</b>
<b>Do Conceito de Grande Arquitecto do Universo</b>	<b>95</b>
<b>O Templo da Consciência</b>	<b>101</b>
<b>Academia de Estudos Maçónicos</b>	<b>107</b>
<b>Eventos</b>	<b>111</b>
<b>Leituras</b>	<b>134</b>

## Editorial

O Supremo Conselho para Portugal tem vindo, cada vez mais, a alicerçar a sua actividade, apoiando e dinamizando os trabalhos dos seus membros, o que se traduz numa progressiva qualidade dos trabalhos apresentados nos vários corpos subordinados, distribuídos ao longo do país.

Ao mesmo tempo, o prestígio internacional do nosso Supremo Conselho tem sido reforçado, o que se torna manifesto quer através das intervenções dos seus membros, com destaque para o M.: P.: Soberano Grande Comendador, nos eventos promovidos por Supremos Conselhos em amizade, quer nos *fora* das organizações internacionais onde mantemos presença sempre interventiva.

Estão neste caso a Conferência Ibero-americana de Supremos Conselhos, até ao mês de Maio secretariada pelo nosso M.: P.: Soberano Grande Comendador e a Conferência dos Supremos Conselhos Europeus que substitui a Conferência de Soberanos Grandes Comendadores da Europa e Países Associados.

De todos estes eventos dá notícia o presente número da *Ad Fratres*, tal como da actividade da Academia de Estudos Maçónicos do Supremo Conselho para Portugal.

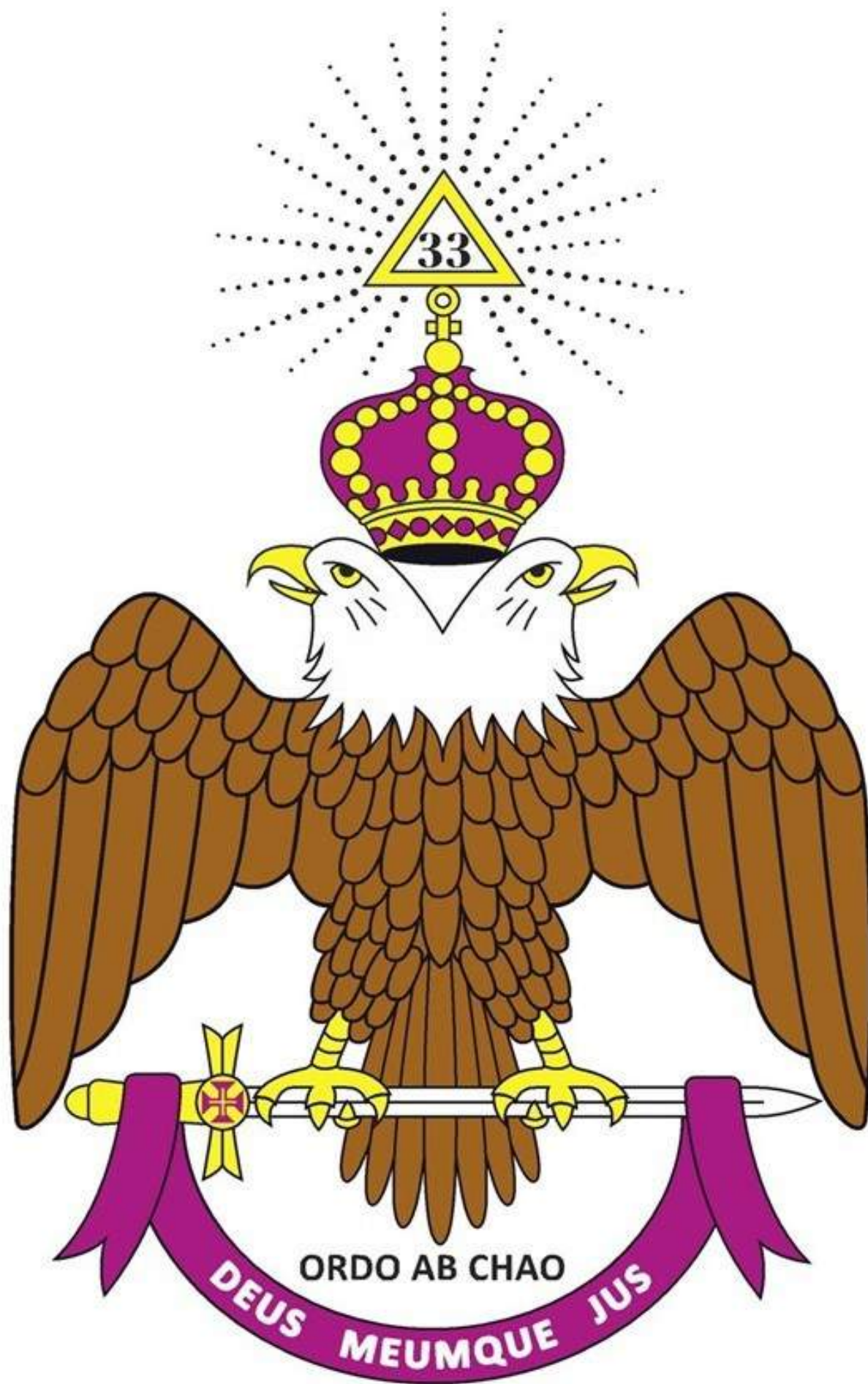
Naturalmente, o relevo mais significativo vai para os balaústres apresentados pelos Irmãos nos seus corpos subordinados. A variedade de temas e a qualidade das reflexões neles evidenciada são o reflexo da vida interna de cada um deles.

Dos problemas associados à problemática da Justiça, tão cara ao escocismo, às questões relacionadas com a manipulação da Verdade, poucos são os temas não abordados neste número.

Especial destaque merecem as reflexões acerca do esoterismo da *Kabaalah*, do Real Segredo e sobre os desafios que a Inteligência Artificial nos coloca.

A todos os Irmãos desejamos boas leituras e um descanso retemperador para que, em Setembro possamos retomar os nossos trabalhos com toda a força e vigor.





*9 de Novembro de 1841*

## MENSAGEM DO SOBERANO <sup>1</sup>

### *Meus Queridos Irmãos*

Os problemas conjunturais que hoje se colocam a todos os Irmãos e às sociedades, num contexto em que julgávamos a Paz definitivamente conquistada e deparamos com uma guerra que parece interminável, devem encontrar resposta na consolidação da fraternidade maçónica entre os Supremos Conselhos espalhados pelo universo, começando pelo reforço dos laços que unem os povos do espaço ibérico.

Este reforço da fraternidade maçónica no espaço ibérico —entre Portugal e Espanha — não pode ser entendido como um enclausuramento identitário ou um “regionalismo espiritual”. Pelo contrário, tem funcionado como um eixo de articulação.

A Península Ibérica em face da sua posição histórica e cultural única foi ponte entre continentes especialmente com a América Latina.

Este fortalecimento permitiu uma maior coesão cultural e simbólica entre tradições próximas, facilitando o diálogo entre diferentes obediências e ritos; e, sobretudo, o estabelecimento de uma base sólida para projecção internacional.

Numa visão autenticamente fraterna e maçónica, o reforço dos laços entre Portugal e Espanha no espaço ibérico não pode esgotar-se numa aproximação geográfica ou cultural imediata. Pelo contrário, constitui um ponto de partida para uma projecção mais ampla, orientada para o mundo americano — em particular para a América Central e do Sul, onde persistem profundas afinidades históricas, linguísticas e espirituais.

A maçonaria, enquanto escola de aperfeiçoamento humano e de construção universal, encontra neste eixo ibérico uma oportunidade singular: a de servir como ponte

viva entre tradições que, embora separadas pela geografia, permanecem unidas por raízes comuns. A herança ibérica no continente americano não é apenas um facto histórico; é um campo fértil de reconhecimento mútuo, onde os valores de liberdade, igualdade e fraternidade podem ser reafirmados em chave contemporânea.

Reforçar a fraternidade maçónica entre Portugal e Espanha, neste contexto, significa consolidar uma base de entendimento capaz de irradiar para além das suas fronteiras. Significa promover o diálogo entre obediências, respeitando a diversidade de ritos e práticas, mas reconhecendo uma essência comum que transcende particularismos nacionais.

Ao projetar-se para o espaço americano, esta fraternidade ibérica assume um papel de mediação e de encontro. Não se trata de uma extensão de influência, mas de um reencontro entre irmãos separados pela história, unidos por ideais partilhados. A América Latina, com a sua riqueza cultural e os seus desafios sociais, oferece à maçonaria um campo privilegiado de ação, onde os princípios humanistas podem traduzir-se em compromisso concreto com o progresso moral e social.

Assim, o espaço ibérico não se fecha sobre si mesmo; abre-se, consciente da sua responsabilidade histórica e do seu potencial simbólico. Torna-se um eixo de convergência entre o velho e o novo mundo, entre tradição e renovação, entre memória e futuro.

Nesta perspetiva, o alargamento fraterno não é expansão no sentido profano, mas aprofundamento no sentido iniciático: uma construção paciente de pontes, onde cada irmão, independentemente da sua origem, reconhece no outro um reflexo da mesma busca pela luz.

*Manuel Alves de Almeida, 33.º*

1) - Alocução proferida na sessão do Sublime Capítulo Ibéria, N.º 11, realizada em Lisboa, em 10 de Abril de 2026

## Perto do Poder, longe da vaidade

Nem todos me conhecem bem, pelo que começo com uma nota breve, não curricular, mas da minha posição interior. Sou militar de profissão, empresário por necessidade de construir e professor universitário por gosto de ensinar. Três dimensões que, sendo diferentes, têm uma raiz comum: a minha relação com a responsabilidade. O “eu” militar aprendeu que há momentos em que a palavra deve ser exacta e o silêncio deve ser firme. O “eu” empresário aprendeu, infelizmente, que a confiança se perde muitas vezes antes do contrato se quebrar. O “eu” professor aprendeu que ensinar não é exhibir saber, mas ordenar ideias para que outros possam ver melhor. Trago estes três mundos comigo e, juntamente com o meu contexto pessoal e familiar, olho para o mundo com estas lentes.

No meu balaústre referente ao 4º Grau apresentado na Loja de Perfeição Albert Pike, procurei meditar sobre a presença de Deus na vida maçónica: não Deus como ornamento de linguagem, não Deus como fórmula protocolar, não Deus como vestígio respeitável de uma tradição antiga, mas Deus como eixo, como fundamento real da construção interior. Hoje, no Grau de Secretário Íntimo, parece-me que essa reflexão desce do alto para o concreto. Neste exercício mais aristotélico, gostaria de perguntar, aqui nesta sessão, como um Irmão se serve quando está perto da confiança, perto da palavra reservada, perto da decisão, perto do Poder.

Eis, talvez, uma das provas mais difíceis da vida moral: estar próximo do Poder sem se servir dele.

A cerimónia do sexto grau não me ensinou propriamente uma verdade completamente nova; re-

lembrou-me uma verdade antiga, mas tantas vezes esquecida: a proximidade não é propriedade. A confiança não é posse. O acesso não é autorização para a vaidade. Estar perto de alguém, de uma Instituição, de uma decisão ou de um segredo aumenta a nossa responsabilidade; não aumenta a nossa importância.

E aqui permito-me uma pequena brincadeira séria com a língua francesa. Em francês, *être* serve para dizer ser e estar. Nós, portugueses, distinguimos as duas coisas e parece-me que, infelizmente, de forma apropriada para o nosso contexto. Porque há muitos homens que estão perto do Poder, mas não sabem “ser” perto do Poder. Estão no círculo da confiança, mas não têm alma de servidor. O Secretário Íntimo, se o compreendo bem, não é apenas aquele que está. É aquele que sabe “ser” no lugar onde está.

É por isso que este grau me pareceu tão actual e tão exigente. Não trata apenas de segredos mágicos, nem apenas de uma tradição simbólica ligada a Salomão, a Hiram de Tiro e ao servidor que viu o seu zelo ser tomado por curiosidade. Trata de uma fronteira moral: a linha finíssima entre servir e intrometer-se; entre proteger e possuir; entre zelar e espreitar; entre estar disponível e querer tornar-se indispensável.

Porque o Poder tem uma sedução própria. Não falo apenas do Poder político, militar, económico ou institucional. Falo também do poder pequeno, quotidiano, quase invisível: o poder de saber antes dos outros; o poder de estar dentro quando outros ficam fora; o poder de conhecer fragilidades; o poder de escutar o que não era destinado à praça; o poder de entrar na intimidade de uma pessoa, de uma Respeitável Loja, de uma empresa, de uma família, de uma causa. Esse poder é tanto mais perigoso quanto mais discreto se apresenta. Não vem sempre vestido de ambição. Muitas vezes vem disfarçado de zelo.

Permitam-me um exercício de memória sobre a nossa História.

A História de Portugal oferece-nos figuras que, não sendo “Secretários Íntimos” em sentido ritual, viveram de forma impressionante esta tensão entre proximidade, confiança, perigo e fidelidade. Homens colocados junto do centro da decisão, da palavra e do destino colectivo; homens que souberam estar – ou melhor, souberam *être*, “ser e estar” ao mesmo tempo – quando estar perto do Poder podia custar-lhes a vida.

O primeiro é Egas Moniz – meu conterrâneo da zona do Douro. A tradição colocou-o no berço moral da nacionalidade, como aio e conselheiro de D. Afonso Henriques. A história, como tantas vezes sucede quando Portugal se pensa a si próprio, mistura aqui factos, memórias e lendas; mas a lenda, quando é grande, guarda uma verdade que os documentos nem sempre conseguem transmitir. Conta-se que, em 1127, no contexto do cerco de Guimarães, Egas Moniz terá dado a sua palavra a Afonso VII de Leão e Castela, garantindo tentar influenciar a submissão do jovem Afonso Henriques. Depois, quando o Infante português não cumpriu o prometido, Egas Moniz não se escondeu atrás da prudência, da distância ou da desculpa política. Apresentou-se em Toledo com a mulher e os filhos, de cordas ao pescoço, oferecendo a própria vida e a dos seus em reparação da palavra dada.

Há aqui qualquer coisa de aterrador. Egas Moniz não era o rei. Não era o soberano. Não era o detentor último da decisão. Era o homem próximo, o homem de confiança, o homem que falara em nome do Poder e que, por isso mesmo, percebeu que a palavra dada não podia evaporar-se quando se tornava incómoda. O seu gesto – histórico ou lendário, pouco importa para a lição moral – é quase

uma iniciação voluntária: a corda ao pescoço como símbolo brutal de que a palavra compromete o corpo inteiro. Não basta falar junto do Poder; é preciso estar disposto a pagar o preço da palavra que se leva.

O segundo exemplo que quero recordar é o de Pêro da Covilhã. No final do século XV, D. João II compreendeu que o futuro de Portugal não dependeria apenas de velas, mapas e fortalezas, mas também de informação. Antes de Vasco da Gama abrir o caminho marítimo para a Índia, foi necessário saber. Saber rotas, portos, poderes, mercadores, línguas, alianças, perigos. Em 1487, Pêro da Covilhã foi enviado, com Afonso de Paiva, numa missão secreta por mar e terra, atravessando o Mediterrâneo, o Egito, o Mar Vermelho, Aden, a Índia e a costa oriental de África, procurando também notícias do Preste João. Não levava um exército nem uma Armada. Levava disfarce, inteligência, capacidade de observar, sentido de dever e uma fidelidade inteira ao Rei.

**Egas Moniz e Pêro da Covilhã mostram-nos duas faces do mesmo ensinamento. Um ensina que a palavra dada junto do Poder pode exigir sacrifícios, concretos e severos. O outro ensina que a confiança recebida do Poder pode exigir a existência nos bastidores, na sombra, durante uma vida inteira. Um defende a honra da palavra; o outro guarda o projecto. Ambos nos dizem que estar perto do Poder não é privilégio: é um risco.**

Pêro da Covilhã é talvez uma das figuras mais extraordinárias da nossa história silenciosa. Não conquistou pela espada, mas pela informação. Não abriu caminho com canhões, mas com olhos. Não teve a glória pública dos navegadores que regressaram ao Tejo sob aplauso; teve o destino mais duro dos servidores secretos: saber muito, servir muito e ficar na sombra. Acabou retido na Etiópia, onde viveu até ao fim da vida, sem regressar a Portugal. Cumpriu a missão, enviou notícias, confirmou possibilidades, ajudou a preparar o grande movimento português para o Oriente. Mas pagou a proximidade ao desígnio régio com o exílio definitivo.

Julgo que é um belo e terrível exemplo para este grau. Pêro da Covilhã foi íntimo do projecto estratégico de D. João II sem precisar da intimidade

física do palácio. Foi “Secretário Íntimo” do desígnio, não da sala. Esteve perto do Poder porque guardou a sua intenção mais profunda; e esteve em perigo porque a levou pelo mundo, sozinho, entre línguas, religiões, autoridades e suspeitas que podiam tê-lo destruído. O seu segredo não era uma palavra escondida numa gaveta. Era uma missão inscrita na própria vida.

Egas Moniz e Pêro da Covilhã mostram-nos duas faces do mesmo ensinamento. Um ensina que a palavra dada junto do Poder pode exigir sacrifícios, concretos e severos. O outro ensina que a confiança recebida do Poder pode exigir a existência nos bastidores, na sombra, durante uma vida inteira. Um defende a honra da palavra; o outro guarda o projecto. Ambos nos dizem que estar perto do Poder não é privilégio: é um risco.

É aqui que a minha fé, já assumida no Balaústre anterior, volta a interpelar-me. Não de forma decorativa, nem para transformar esta reflexão em sermão, mas porque há uma verdade muito simples, partilhada pelo cristianismo, que me parece inteiramente aplicável: o homem será julgado também pelo uso que fez da palavra. Não apenas pela grande mentira, mas pela pequena infidelidade; não apenas

pela calúnia aberta, mas pela insinuação elegante; não apenas pelo segredo vendido, mas pelo segredo usado para parecer importante.

Dado o meu passado profissional e pessoal, não consigo separar o serviço da humildade. Aquele que serve verdadeiramente sabe que a autoridade não lhe pertence, que a confiança não é um troféu e que o segredo não é uma presa de caça. Há uma pobreza interior no bom servidor: a pobreza de quem aceita ser necessário sem exigir ser celebrado.

E é por isso que este ângulo me parece central no sexto grau. O Secretário Íntimo não é apenas uma figura de bastidor. É uma prova de maturidade. Julgo que o grau nos pergunta em linguagem simbólica: quando te aproximas do centro, o que cresce em ti? O zelo ou a curiosidade? A fidelidade ou a vaidade? A prudência ou o desejo de mostrar que sabes? O serviço ou a tentação de te tornares o *gatekeeper* do Poder?

Porque há homens que, estando longe do Poder, parecem virtuosos apenas porque nunca foram testados. E há outros que, estando perto, revelam finalmente a sua medida. A proximidade é uma forma de luz: ilumina o carácter. Mostra quem serve e quem se serve. Mostra quem protege e quem se promove.

Deste Grau de Secretário Íntimo levo, portanto, a oportunidade de ter meditado de novo nestas exigências muito concretas: estar perto sem invadir; saber sem exhibir; aconselhar sem possuir; servir sem me dissolver; ser leal sem deixar de ser livre; ser discreto sem ser cúmplice; ser fiel sem ser cego.

Mas, como estamos sempre a aprender, levo também uma advertência nova: a curiosidade pode imitar o zelo com grande perfeição. Pode falar a linguagem da dedicação, usar o vocabulário do dever, apresentar-se como cuidado, diligência ou sentido de missão. Mas, no fundo, a diferença é simples. O zelo pergunta: “o que devo proteger?” A curiosidade pergunta: “o que posso descobrir?” O zelo guarda a Obra. A curiosidade quer entrar onde ainda não tem alma para permanecer.

Deixo, por isso, uma pergunta aos meus Irmãos – e, antes de todos, a mim próprio: quando alguém nos confia uma palavra, uma fragilidade, uma responsabilidade ou uma parcela de Poder, tornamo-nos mais discretos ou apenas mais importantes aos nossos próprios olhos?

Talvez seja aqui que tudo se decide. Parece-me que o verdadeiro “Secretário Íntimo” não é o homem que está mais perto do Poder. É o homem que, estando perto, conserva intacta a distância moral que o impede de se vender a ele. Não é o que sabe mais. É o que merece saber. Não é o que entra primeiro. É o que, se for necessário, fica à porta, de fora, para que a casa permaneça em ordem.

Porque, em última análise, a grandeza de um homem não se mede apenas pelo lugar a que chegou, mas pela pureza com que conseguiu estar nele. E talvez, proponho, o segredo mais difícil deste grau não seja guardar aquilo que os outros nos disseram; talvez seja guardar-nos a nós próprios da vaidade de termos sido escolhidos para ouvir.

*Luís Filipe Fernandes, 6.º*

# **O Papel do sacrifício do maçom regular na transformação espiritual do iniciado**

## **O Sacrifício do Maçon Regular: Raízes Filosóficas e Espirituais**

O caminho do maçom é profundamente influenciado por diversas tradições filosóficas e espirituais. O sacrifício, neste contexto, é uma renúncia consciente de tudo que impede a elevação da alma. Ele não é uma perda, mas uma oferenda interior, um acto de purificação.

## **O Sacrifício do Maçon Regular como Renúncia e Desapego**

O tema do sacrifício na Maçonaria Regular, especialmente no contexto da renúncia e do desapego, pode ser analisado sob diversas perspectivas filosóficas e simbólicas.

Temos que ter em conta que dentro da tradição maçónica, o conceito de sacrifício, como acima foi dito, não significa perda, mas sim uma evolução espiritual e moral.

## **Sacrifício como Renúncia**

Na Maçonaria, o conceito de sacrifício não se refere a um acto literal, nem deve ser entendido literalmente, como uma perda física ou imposição de dor, mas sim como um acto simbólico de entrega consciente e voluntária.

É uma disposição interior do maçom para abrir mão de aspectos inferiores de si mesmo, em prol da sua evolução moral e espiritual.

É uma entrega voluntária em prol de algo maior.

O maçom renuncia ao egoísmo, às paixões desordenadas e a qualquer comportamento que vá contra os princípios de fraternidade, justiça e rectidão moral.

A renúncia é o coração desse sacrifício.

Mas ao que é que se renuncia?

Na jornada maçónica, a renúncia não significa perda, mas sim a superação de limitações pessoais a favor de um propósito maior. Isso pode incluir:

### **Estoicismo – A Morte do Ego**

O estoicismo ensina que a virtude é o bem supremo e que o sábio deve viver em conformidade com a razão e a natureza, desprezando os prazeres e sofrimentos como fontes de desvio.

#### **Influência maçónica:**

- O maçom renuncia aos impulsos do ego e aprende a governar-se a si mesmo.
- Pratica o desapego das paixões.
- Aceita com serenidade o que não pode controlar.

“Não são os eventos que nos perturbam, mas o juízo que fazemos deles.” – Epicteto.

### **Cristianismo Esotérico – O Sacrifício como Amor e Transcendência**

A figura de Cristo é o símbolo universal do sacrifício voluntário por amor.

No plano esotérico, isso representa o abandono do ego e a morte do "homem velho" para o renascimento do "homem espiritual".

#### **Influência maçónica:**

- O sacrifício é um ato de **elevação**, não de dor.
- O amor ao próximo é central.
- O maçom transforma-se num instrumento da Luz através da renúncia.

“Quem quiser salvar a sua vida, perdê-la-á; mas quem perder a sua vida por amor, encontrá-la-á.” – *Mateus*, 16:25.

### **Hermetismo – A Transmutação Interior**

A filosofia hermética ensina que o que está em baixo é como o que está em cima.

O verdadeiro sacrifício é alquímico: não destrói, **transmuta**.

#### **Influência maçónica:**

- O sacrifício é um processo de sublimação interior.
- A Pedra Bruta é símbolo da natureza inferior sendo polida e iluminada.
- O maçom, ao sacrificar-se, revela o que há de divino em si.

“Separarás a terra do fogo, o subtil do denso, suavemente e com grande engenho.” – Hermes Trimegisto, *Tábua de Esmeralda*.

### **Kabala – A Restauração da Unidade**

Na Cabala, o ser humano está num processo de retorno à sua Luz primordial (*Ein Sof*), que traduzido quer dizer “sem fim”.

Isso exige sacrifícios — desejos egoístas, ilusões, carapaças (*kli pot*), definidas como conchas espirituais que cobrem e obscurecem a santidade de si próprio.

#### **Influência maçónica:**

- O sacrifício é uma escalada pelos graus do ser.
- A renúncia é a ferramenta para restaurar a harmonia entre o homem, o cosmos e o Criador.
- O Templo interior é construído letra por letra, acto por acto.

### **Vedanta & Budismo – O Desapego como Libertação**

Nas tradições orientais, especialmente no Vedanta e no Budismo, o desapego é a via para a libertação do sofrimento (*moksha*, *nirvana*), (Libertação do ciclo de nascimento, morte e renascimento (*samsara*)).

(*Samsara* significa "errante", bem como "mundo", sendo que o termo conota "mudança cíclica". *Saṃsāra*, um conceito fundamental em todas as religiões indianas, está ligado à teoria do *karma* e refere-se à crença de que todos os seres vivos passam ciclicamente por nascimentos e renascimentos).

#### **Influência maçônica:**

- O sacrifício é abandonar o desejo de controle, de posse, de permanência.
- A libertação está na entrega ao "Grande Arquitecto do Universo" e à Verdade.
- A prática do silêncio interior, da atenção, e da humildade são meios de purificação.

"A dor nasce do apego. Liberta-te e encontrarás a paz." – Buda

#### **Renúncia ao ego:**

- O maçom aprende a controlar impulsos e vaidades para melhor servir a humanidade.

#### **Renúncia ao materialismo:**

- Embora a prosperidade não seja condenada, o foco está no uso ético dos recursos e na valorização do crescimento espiritual.

#### **Renúncia a preconceitos:**

- O maçom busca libertar-se de ideias pré-concebidas e dogmas que possam limitar a sua visão do mundo.

#### **Egoísmo:**

- O maçom renuncia a agir apenas em benefício próprio.

#### **Vícios e paixões desordenadas:**

- O maçom busca o domínio de si mesmo.

#### **Vaidade intelectual:**

- O maçom reconhece que o saber é um caminho, não um trono.

#### **Cegueira espiritual:**

- O maçom abandona preconceitos para ver a Luz.

#### **Conveniência social:**

- O maçom muitas vezes, renuncia à aprovação do mundo para seguir os princípios da Verdade, Justiça e Fraternidade.

O sacrifício pode ser visto como um acto de purificação, onde se abandona o egoísmo para melhor servir a humanidade.

O maçom é incentivado a desapegar-se de valores materiais a favor de um crescimento interior.

Essa renúncia não é negativa — pelo contrário, é libertadora.

Ao deixar de lado o que é profano, o maçom torna-se num templo de algo mais elevado, renunciando ao supérfluo.

O sacrifício pode ser visto como um acto de purificação, onde se abandona o egoísmo para melhor servir a humanidade.

#### **Caminho Iniciático: Morte e Renascimento**

No rito iniciático, o neófito passa simbolicamente por uma morte ritual que representa o fim do "homem velho" — ignorante, egoísta, disperso — e o nascimento de um novo homem, dedicado à busca da sabedoria, ao serviço da humanidade e à prática da virtude.

Esse momento já é, por si só, um acto de sacrifício, um acto de renúncia ao que não serve mais.

- Em vários rituais maçônicos, a morte simbólica representa a transformação do iniciado.
- Isso significa deixar para trás velhos paradigmas e abraçar uma nova forma de viver.

## Desapego e Transformação

O desapego e a transformação no maçon regular são conceitos centrais no caminho iniciático numa perspectiva simbólica, filosófica e prática, como se fosse quase uma "meditação" sobre o que isso significa, para aquele que trilha o caminho da maçonaria regular.

O desapego, muitas vezes associado ao simbolismo da Pedra Bruta que deve ser lapidada, significa abandonar preconceitos, vícios e ideias limitadoras.

Este processo permite que o maçon evolua espiritualmente, tornando-se um homem melhor para si e para a sociedade.

Na Maçonaria, o desapego não é uma negação do mundo, mas uma libertação do que nos prende a ele de maneira inferior.

### De que se desapega o maçon?

#### Do materialismo:

- Não significa rejeitar a matéria, mas não se submeter a ela.

#### Do orgulho:

- Liberta-se da necessidade de ser "o centro", para se tornar um servidor da Luz.

#### Dos preconceitos:

- Desapega-se de ideias fixas, para que a mente se torne como um cinzel — apto a lapidar a Pedra Bruta.

#### Do passado não purificado:

- Reconhece os seus erros, aprende com eles, e entrega ao esquecimento o que não serve.
- O verdadeiro desapego é um acto de liberdade interior.

### O Equilíbrio entre o Desapego e a Acção

- O maçon não se retira do mundo — ele actua com desapego. Serve, constrói, guia, mas não se apega aos frutos da obra.

- Essa atitude lembra os ensinamentos do *Bhagavad Gita*, quando Krishna diz a Arjuna:

"Age, mas desapegado dos resultados da acção." <sup>1</sup>

### Desapego das Paixões e Vícios

- O simbolismo da pedra bruta representa a necessidade de "esculpir" os próprios defeitos.
- Esse processo exige esforço contínuo e disciplina, um verdadeiro sacrifício pessoal.

### Serviço ao Próximo

- O desapego também ocorre na disposição para ajudar os outros sem esperar recompensas.
- A caridade e a fraternidade são valores fundamentais que exigem entrega e compromisso.

### Em termos simbólicos

- O desapego é como deixar a pedra no chão.
- A transformação é quando, com o cinzel da razão e o malho da vontade, o maçon dá forma a si próprio.
- O resultado é a Pedra Polida, pronta para se integrar ao Templo Universal da humanidade.

### A Transformação: Um Processo Alquímico

A transformação do maçon é alquímica, pois transmuta o chumbo da sua ignorância no ouro da sabedoria.

Este processo é, às vezes, doloroso, mas necessário, pois exige a quebra de antigas estruturas internas.

A vaidade, o medo, o egoísmo — tudo isso é queimado no cadinho da consciência.

É gradual e constante, pois não há iluminação súbita.

Em cada dia, a Pedra Bruta é talhada.

Em cada gesto, em cada palavra, o maçon transforma-se.

É interior, mas com reflexos no mundo.

O maçon transformado age com mais rectidão, justiça e amor.

Ele torna-se um instrumento do Grande Arquitecto do Universo, não por palavras, mas por atitudes.

A ideia de renúncia e desapego está presente em diversas tradições espirituais e filosóficas, como no estoicismo (controle sobre desejos e emoções), no cristianismo (abnegação e altruísmo) e até em tradições orientais (budismo e hinduísmo, com o conceito de desapego material e mental).

## Conclusão: O Sacrifício como Acto Filosófico e Espiritual

Para o maçom regular, o sacrifício não é autoanulação — é afirmação do Eu superior.

Ele renuncia ao que o impede de ser “Livre e de Bons Costumes”.

E, ao fazê-lo, afirma a sua verdadeira identidade espiritual, como Obreiro da Luz, filho da Verdade, e co-criador com o Grande Arquiteto do Universo.

### Nota:

1 - O Bhagavad Gita, frequentemente chamado de Gita, é uma escritura hindu datada do século II ou I A.C., que faz parte do poema épico Mahabharata. O Gita é uma síntese de várias vertentes do pensamento religioso indiano, incluindo o conceito védico de *dharma*, *yoga* e *jnana* baseados em *samkhya* e *bhakti*.

### Bibliografia:

#### Tradições e religiões antigas

- Campbell, Joseph , *O Herói de Mil Faces*, Odivelas: Alma dos Livros, 2025;
- Eliade, Mircea , *Ritos e Símbolos de Iniciação* , Lisboa: Ed. Ésquilo, 2004;
- Burkert, Walter , *Homo Necans: The Anthropology of Ancient Greek Sacrificial Ritual and Myth*, trans. Peter Bing, Berkeley: University of California, 1983;  
[https://archive.org/details/homonecansanthro0000burk\\_t1x6](https://archive.org/details/homonecansanthro0000burk_t1x6)

#### Tradições Esotéricas / Ocultismo

- Evola, Julius , *Il Cammino del Cinabro* , / 2ª Ed. , Milano: Vanni Scheiwiller Ed., 1972;  
<https://archive.org/details/il-cammino-del-cinabro/page/n1/mode/2up>
- Hall, Manly P. – *Ensinamentos Secretos de Todas as Eras*, Odivelas: Alma dos Livros, 2020;
- Guénon, René – *El Simbolismo de la Cruz* , Barcelona: Ed. Obelisco, 2022;

#### Psicologia e Espiritualidade

- Jung, Carl Gustav – *Símbolos da Transformação*, Petrópolis: Ed. Vozes, 2011;
- Jung, Carl Gustav – *O Eu e o Inconsciente*, Petrópolis: Ed. Vozes, 2025;
- Hillman, James – *O Código do Ser*, Rio de Janeiro: d. Objectiva, Lda., 1997;  
[https://www.academia.edu/40221342/James\\_Hillman\\_O\\_C%C3%B3digo\\_do\\_Ser\\_Uma\\_busca\\_do\\_car%C3%A1ter\\_e\\_da\\_voca%C3%A7%C3%A3o\\_pessoal\\_Objectiva](https://www.academia.edu/40221342/James_Hillman_O_C%C3%B3digo_do_Ser_Uma_busca_do_car%C3%A1ter_e_da_voca%C3%A7%C3%A3o_pessoal_Objectiva)

#### Mitologia Comparada e Filosofia

- Eliade, Mircea, *O Sagrado e o Profano*, Lisboa: Relógio de Água Ed. , 2016;
- Nietzsche, Friedrich , *Assim Falava Zaratustra*, Lisboa: Relógio de Água Ed. , 1997;

J. C., 28º



## A Luz e o Fogo como símbolo do Grau 23.º

Os símbolos da Luz e do Fogo têm significados especialmente potentes e complexos, adquirindo em alguns graus significados profundos, ligados à jornada de transformação interior do iniciado. Esses dois elementos, amplamente utilizados em tradições esotéricas e espirituais, são empregues para representar aspetos complementares do processo iniciático: o Fogo como agente de purificação e destruição do que é impuro ou ilusório, e a Luz como manifestação da verdade, da sabedoria e da presença divina.

O Fogo, nesse contexto, é um símbolo de purificação das paixões e instintos inferiores. Ele representa a transformação necessária para que o iniciado se liberte das amarras do mundo profano e se aproxime da essência espiritual. O Fogo consome, transfigura e prepara o terreno para o novo. Na linguagem simbólica, também pode ser visto como expressão da justiça divina, aquela que elimina a falsidade e castiga o erro, mas sempre com o intuito de restaurar a harmonia e o equilíbrio interior. Em muitas tradições, inclusive na judaico-cristã, o fogo é uma manifestação da divindade, como na sarça ardente que aparece a Moisés – símbolo do poder divino que ilumina e consome ao mesmo tempo, sem destruir o que é puro.

A Luz, por sua vez, é símbolo da sabedoria e do conhecimento revelado. No caminho maçónico, ela representa a iluminação espiritual progressiva que o iniciado recebe conforme avança nos graus, sempre em busca da Verdade. A Luz dissipa as trevas da ignorância e guia o cavaleiro no cumprimento da sua missão moral. Em alguns graus, essa Luz está ligada à compreensão mais elevada dos deveres do homem perante a Justiça, a Fé e a Consciência. Ela é a claridade que orienta o uso do Machado, também ele instrumento simbólico que deve ser manejado com discernimento para defender o ver-

dadeiro e cortar o que é ilusório ou corrupto.

Ao longo da jornada maçônica, a busca pela Luz é um dos seus objetivos principais, pois ela representa o esclarecimento da mente e do coração, afastando as trevas da ignorância e do erro. A Luz torna-se uma metáfora para o entendimento profundo dos mistérios universais e para a capacidade de identificar a verdade num mundo muitas vezes marcado pela confusão e pela ilusão.

O Grau 23, que, dentro da Maçonaria, pode ser associado a rituais e ensinamentos avançados, utiliza a Luz como um sinal de que o iniciado está preparado para expandir a sua consciência e aprofundar o seu compromisso com os ideais maçônicos. A Luz que emana não é apenas uma iluminação intelectual, mas é, também, uma transformação interior, que conduz o iniciado a um estado de maior harmonia com o universo e consigo mesmo, promovendo um equilíbrio espiritual e emocional que reflete um entendimento mais profundo dos mistérios universais e um compromisso renovado com os ideais maçônicos.

No contexto maçônico, o Grau 23 utiliza essas imagens, especialmente a Luz, como um guia, uma revelação e uma ferramenta de discernimento. No mundo profano, por outro lado, essas ideias já estão fortemente enraizadas, pelo que o iniciado reconhece instintivamente o poder simbólico da Luz e do Fogo quando os reencontra no ritual.

A interação entre Luz e Fogo revela um equilíbrio dinâmico entre destruição e revelação, entre julgamento e sabedoria. O Fogo prepara; a Luz conduz. Um purifica, o outro eleva. Juntos, representam o processo de morte simbólica e renascimento espiritual que marca o caminho de todo o verdadeiro iniciado. .

Conforme se poderá depreender dos aspetos acima referidos, os símbolos Fogo e Luz têm vários significados.

## O Fogo

- **Purificação:** O Fogo queima as impurezas, representa a purificação da alma e das paixões humanas.
- **Transformação:** Assim como o Fogo transforma a madeira em cinzas, também representa o processo interno de transformação do iniciado.
- **Justiça e Ira Divina:** O Fogo é também associado ao julgamento, à justiça severa que purifica através da dor e da destruição do que é corrompido.
- **Presença Divina:** Em muitas tradições esotéricas (inclusive no Antigo Testamento), o Fogo é símbolo da manifestação de Deus – como na sarça ardente vista por Moisés.

## A Luz

- **Conhecimento e Sabedoria** – A procura pela sabedoria, pela compreensão do mundo, de si mesmo e do próximo. Receber a Luz é o despertar da consciência para essa jornada.
- **Transição e Evolução** - Na subida pelos Graus, cada nova etapa representa uma passagem das trevas para a Luz, ou seja, do desconhecimento para o entendimento. A Luz pode marcar o fim de um ciclo de ignorância e o início de uma nova visão sobre os deveres do maçom.

- **Justiça e Iluminação do Julgamento** –No Grau 23, muitas vezes associado à aplicação da justiça e ao discernimento, a Luz pode simbolizar a clareza necessária para julgar com equidade, revelando o que está oculto e permitindo que a verdade prevaleça.
- **Energia da Vontade e da Ação** -Em alguns rituais, a Luz também simboliza a vontade ativa, a força que move o homem para agir corretamente.
- **Verdade** – Simboliza a revelação da Verdade, algo que o maçom procura incessantemente, reconhecendo que ela é muitas vezes velada e deve ser conquistada através do estudo, da reflexão e da vivência ética.

### A Interação entre Luz e Fogo

- O **Fogo** destrói o velho e purifica;
- A **Luz** revela o novo caminho e ilumina a consciência.



Tudo o que foi acima mencionado, leva-me a fazer uma retrospectiva da minha vida Maçônica. Recordo a minha iniciação, que vivi de forma muito intensa, estando convicto que o mesmo se verifica com todos os que se propõem ser Maçons.

Primeiro, a Câmara de Reflexão em que somos como que obrigados a equacionar a mudança para um mundo diferente daquele que, até aí, tínhamos percorrido na vida profana.

E foi com base nessa reflexão, que escrevi o que, nesse momento, me ia na alma, relativamente às questões que me foram apresentadas, para estar preparado para uma vida diferente, com requisitos bastante fortes e, por vezes, bastante duros, para caminhar no sentido da perfeição.

Embora não conhecendo ainda os trilhos que tive e terei, ainda, de percorrer, o elemento Terra ajudou-me a iniciar a minha preparação para essa transferência.

Seguidamente, com os olhos vendados, simbolizando, por um lado, a falta de conhecimentos, de sabedoria e, por outro lado, as impurezas que estão relacionadas com tudo o que se relaciona com o mundo profano, parti para a purificação através do Ar, da Água e do Fogo, simbolizando a libertação do meu corpo e da minha mente de toda a sujidade e imperfeições.

Deste modo, iniciei o meu caminho da pedra dura para a pedra polida.

As iniciações, segundo a Lenda, que foram desenvolvidas no tabernáculo em que os Mistérios representavam a transmissão de conhecimentos e sabedoria aos iniciados, bem como o aperfeiçoar das suas virtudes, no caminho da perfeição e da verdade, tinham como principal objetivo a sua preparação e diferenciação de todos os outros.

A designação de Sacerdotes era dada a esses iniciados que tinham como principal objetivo a evolução de uma vida mais pura, mais espiritual, mais liberta, mais iluminada, mais ardente, baseada no acréscimo desses conhecimentos e sabedorias, estando mais preparados para enfrentar, não só as dificuldades da vida, mas também para enfrentar a própria morte.

No meu entendimento, esta situação está muito relacionada com a nossa evolução nos Altos Graus, à medida que vamos conseguindo passar para graus seguintes, correspondendo ao acréscimo de conhecimentos e sabedoria que vamos adquirindo em cada um dos que já foram ultrapassados.

Tenho sentido grande interesse em efetuar a comparação da minha vida Maçónica com a minha vida profissional profana, pois, vejo uma situação muito similar entre ambas, nomeadamente quanto à evolução em cada uma delas, como resultado da evolução dos meus conhecimentos, sabedoria, experiência e responsabilidade, o que espero venha a verificar-se e quando alcançar o Grau 33.

As regras muito rígidas com que sempre vivi na minha profissão, nomeadamente, no que respeita à ética, rigor técnico e independência, cujo grau de exigência tem aumentado muito, principalmente nos últimos anos, são semelhantes às que regem a minha vida maçónica, designadamente quanto às minhas obrigações como Maçon e nas minhas relações com os MQI em termos de fraternidade e de verdade.

Apesar de caminhos que não se podem cruzar, nem encontrar, porque são vias diferentes, uma profana, outra maçónica, com bases, suportes e características distintas, a representatividade na minha vida vai muito para além da minha prática profissional ou da participação em rituais, assentando no compromisso da correção, da justiça e do bem comum.

Como Maçon, encontro na Maçonaria um reflexo ético e simbólico semelhante ao que desenvolvo nos serviços profissionais que presto. E, ao mesmo tempo, levo para o templo maçónico a clareza, o método e o rigor que sempre me foi imposto na minha atividade profissional.

*Carlos L. Nunes, 28.º*

## A Desinformação e a crise da verdade na era digital

Compulsando os ensinamentos exarados nos rituais , torna-se evidente que a Verdade se ergue como uma das mais altas expressões da simbólica solar no Rito Escocês Antigo e Aceite. Nele, a Verdade não é apenas um conceito moral, mas uma emanção luminosa, um princípio ontológico que estrutura o cosmos e orienta o espírito humano. O Sol — imagem tangível da Divindade, infundidor de calor da alma e da Luz da inteligência — é o arquétipo que preside a uma ascese interior que se con-substancia na divisa que nos guia: *Ex tenebris lux* (Da escuridão, a luz); *Per lumina ad lumina* (Pelas luzes, até à Luz). Juntas, formam uma divisa profundamente simbólica do R.:E.:A.:A.:, exprimindo a ideia de que a Verdade nasce da superação da ignorância.

É sob esta égide solar que ousou plasmar algumas reflexões sobre um fenómeno que, na contemporaneidade, ameaça obscurecer a própria noção de Verdade: a desinformação e a conseqüente crise epistemológica que atravessa as sociedades digitais. Nunca como hoje a sombra se apresentou com aparência tão luminosa, nem a mentira se revestiu de tão sedutora plausibilidade e verossimilhança. A era digital, que poderia constituir um novo firmamento de conhecimento partilhado, converte-se frequentemente numa constelação de reflexos enganadores, onde a claridade aparente oculta a opacidade essencial.

O Ritual recorda-nos que o Irmão Verdadeiro declara ter saído das trevas “meditando sobre a minha pessoa e estudando a natureza”. Esta afirmação, aparentemente simples, encerra uma profunda hermenêutica da Verdade: ela nasce da introspeção e da contemplação, da disciplina interior e da observação rigorosa do real. A Luz não se impõe; conquista-se. Não se herda; merece-se. E é precisamente esta conquista que se torna mais árdua num mundo em que a informação se multiplica exponencialmente, mas a Verdade se dilui.

A desinformação contemporânea distingue-se das antigas formas de falsidade por três características que a tornam particularmente insidiosa. Primeiro, a velocidade: propaga-se com a rapidez de um raio, antes que a razão possa exercer o seu ofício. Segundo, o volume: a repetição incessante cria a ilusão de consenso, como se a quantidade pudesse substituir a veracidade. Terceiro, a verosimilhança: a mentira moderna não se apresenta como oposição frontal à Verdade, mas como sua imitação, revestida de gráficos, testemunhos e narrativas cuidadosamente fabricadas. Assim, a sombra assume a forma da Luz, e o discernimento torna-se mais difícil.



Este fenómeno encontra um eco simbólico profundo na imagem de Mitra imolando o Touro. O Touro, símbolo ancestral da força bruta, do instinto e da irracionalidade, representa hoje a torrente emocional que domina as redes sociais, a impulsividade que substitui a reflexão, a voracidade das narrativas polarizadoras que capturam a atenção, mas obscurecem o entendimento. A desinformação é, pois, o Touro moderno: poderoso, tumultuoso, irracional. Mitra, por sua vez, é a imagem do iniciado que domina essa força, não pela violência, mas pela inteligência disciplinada, pela lucidez crítica, pela serenidade interior. A imolação do Touro não é destruição, mas transmutação — e é precisamente essa transmutação que o Verdadeiro Iniciado é chamado a realizar em si mesmo.

Isto recorda-nos ainda que a Natureza é um livro sagrado, e que o iniciado deve aprender a ler os seus ritmos, ciclos e correspondências. Na era digital, porém, a Natureza é frequentemente substituída por simulacros, e o contacto com o real é mediado por algoritmos que privilegiam o choque em detrimento da verdade. O Verdadeiro Iniciado deve, portanto, exercer uma vigilância epistemológica constante, distinguindo entre o que é e o que apenas parece ser. A sua missão é, neste sentido, solar: iluminar sem incendiar, aquecer sem consumir, revelar sem humilhar.

A responsabilidade moral do Verdadeiro Iniciado torna-se, assim, particularmente relevante. O Ritual ensina que trabalhamos “pela libertação do nosso ser moral e pelo progresso do género humano”. Hoje, essa libertação exige gestos simples, mas profundamente éticos: verificar antes de partilhar, discernir antes de reagir, compreender antes de julgar. A desinformação não se combate apenas com factos, mas com carácter; não se vence apenas com tecnologia, mas com virtude; não se supera apenas com leis, mas com Luz interior. O Cavaleiro do Sol é chamado a ser um foco de clareza num mundo saturado de sombras, um ponto de orientação num firmamento onde a Verdade parece cada vez mais difusa.

Assim, a crise contemporânea da Verdade não é apenas um problema político, social ou tecnológico. É, acima de tudo, um desafio espiritual. A Verdade é sempre solar: exige esforço, disciplina, coragem e humildade. Que cada um de nós, Verdadeiros Iniciados, possamos ser — no seio do nosso círculo de influência — um ponto de Luz que dissipa a névoa da mentira e reafirma a dignidade da Verdade.

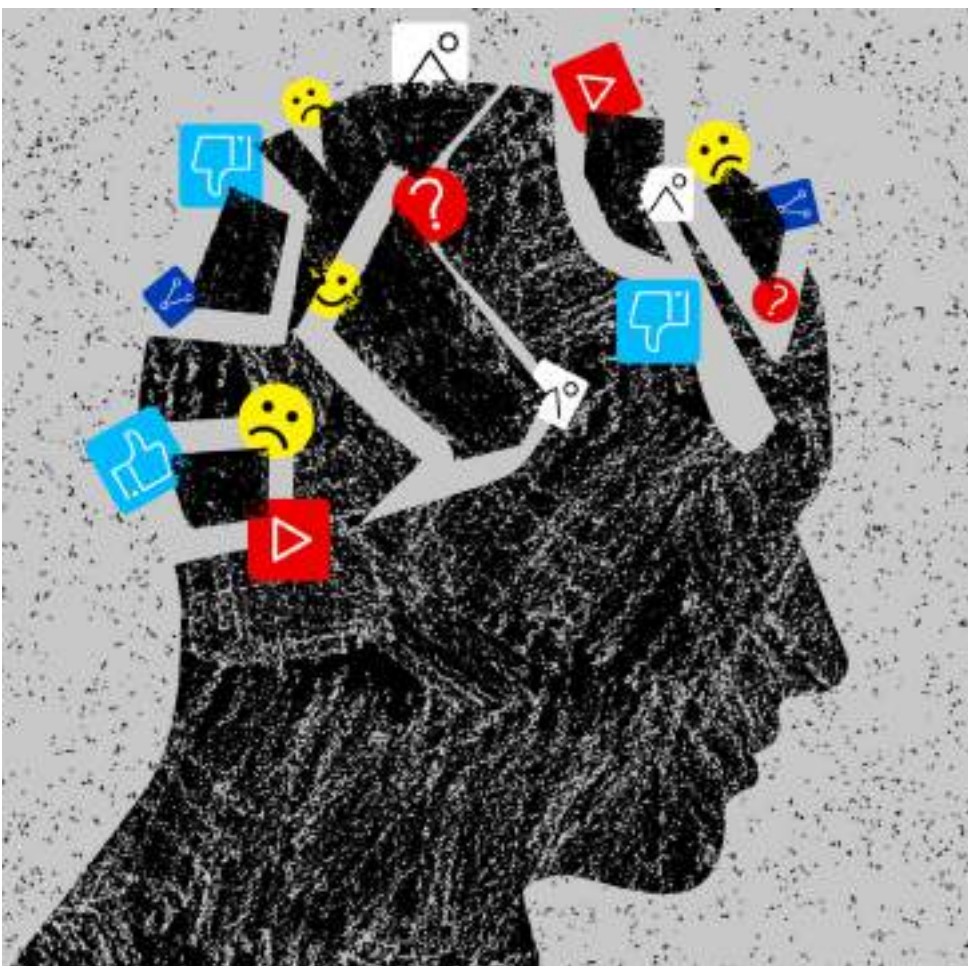
#### **Bibliografia:**

Bauman, Zygmunt, *Modernidade Líquida*, Zahar, 2001

Byung-Chul Han, *No Enxame: Perspectivas do Digital*, Relógio d'Água, 2018.

Hutchens, Rex R., *A Bridge to Light*, Supreme Council 33º, Southern Jurisdiction, 2010 .

Sunstein, Cass, *# Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media*, Princeton University Press, 2017.



*Nuno Gonçalves, 29.º*



# AI ETHICS: THE DIGITAL DIVIDE

## A Tolerância Religiosa

No cerne da Maçonaria repousa um princípio fundamental, a tolerância. Este princípio, que nos é ensinado desde os primeiros graus da nossa jornada iniciática, adquire uma importância particular no Rito Escocês Antigo e Aceite, com destaque para o grau de Cavaleiro de Santo André ou Escocês Trinitário. A tolerância religiosa, em particular, é um tema que exige reflexão aprofundada e uma compreensão clara das responsabilidades que o Cavaleiro assume, tanto na sua vida pessoal como na sua interação com a sociedade.

A tolerância religiosa não é apenas um conceito ético ou social, mas um princípio enraizado nos ensinamentos espirituais e filosóficos da Maçonaria. Ao longo dos séculos, a humanidade tem vivido confrontada com tensões e confrontos relacionados com as diversas formas de fé e culto. A Maçonaria, ao contrário, propõe uma visão universalista e inclusiva da religião, na qual se valoriza a liberdade espiritual de cada ser humano e o respeito pela diversidade de crenças.

Neste contexto, o Cavaleiro de Santo André é chamado a ser um exemplo vivo de tolerância religiosa, refletindo nas suas ações diárias a harmonia e o respeito que cultiva no seu próprio coração.

### 1. A Tolerância Religiosa na Maçonaria

Desde a sua origem, a Maçonaria é um espaço de encontro e convivência para homens de diferentes credos e religiões. A sua proposta de união entre os homens, independentemente da sua religião, raça ou origem, é um dos seus maiores patrimónios espirituais e humanos. Esta abertura ao diálogo e ao entendimento mútuo é a base da tolerância religiosa.

Nos altos graus do R.:E.:A.:A.:, a tolerância religiosa é abordada de forma mais aprofundada. A Maçonaria ensina que a fé e a religião são escolhas individuais. Ao entrar nos templos maçónicos, cada maçom deve ser tratado com respeito, independentemente da sua fé, pois é pela sua virtude e carácter que é julgado, e não pela sua adesão a esta ou àquela religião.

Neste grau, o Cavaleiro de Santo André deve estar especialmente atento à diversidade espiritual do mundo, promovendo a ideia de que a verdadeira fé não reside apenas em doutrinas específicas, mas na busca constante pela verdade universal, pela harmonia interior e pela transformação espiritual.

## **2. A Tolerância Religiosa como prática maçônica**

A tolerância religiosa vai além da mera aceitação da diferença. Implica uma prática ativa de respeito, compreensão e acolhimento. O Cavaleiro de Santo André deve ser alguém capaz de reconhecer as diferentes formas de viver a espiritualidade, respeitando as crenças dos outros como iguais na busca pela verdade e pelo bem comum.

Proteger a liberdade religiosa de cada indivíduo e permitir a coexistência de diversas visões sobre o divino não é um ato passivo, mas sim uma prática diária que exige um esforço consciente e um compromisso constante com a paz e a unidade. O Cavaleiro deve ser um exemplo de como as diversas religiões podem coexistir de forma pacífica e enriquecedora, reconhecendo que todas elas têm o potencial de elevar o espírito humano e de levar a humanidade a um estado superior de entendimento e fraternidade.

A tolerância religiosa não significa apenas respeitar as diferentes crenças, mas também aceitar que, em última instância, todas as religiões procuram o mesmo objetivo: o aperfeiçoamento da alma humana e a busca pela verdade divina. O Cavaleiro deve, portanto, pôr em prática a tolerância em todas as suas ações, tratando cada ser humano com dignidade e respeitando as suas escolhas espirituais.

## **3. A Maçonaria e a liberdade religiosa**

A liberdade religiosa é um dos princípios fundamentais que orientam a Maçonaria. Num mundo onde as religiões frequentemente têm sido fontes de divisão e conflito, a Maçonaria apresenta uma proposta revolucionária: a união em torno da liberdade espiritual. Não exige que os seus membros se identifiquem com um credo específico, mas propõe que cada um busque a luz dentro de si mesmo e seja respeitoso com as buscas espirituais dos outros.

No 29.º grau, o Cavaleiro de Santo André deve refletir sobre a importância de defender a liberdade religiosa de todos, mesmo daqueles que professam crenças diferentes das suas. A defesa da liberdade de consciência e de culto é um dever que vai além das palavras e traduz-se em ações concretas de respeito e proteção das crenças dos outros. O Cavaleiro deve ser um protetor da liberdade espiritual, um defensor da autonomia de cada ser humano na sua busca pela verdade e pelo transcendente.

## **4. O Cavaleiro de Santo André como Guardião da Tolerância Religiosa**

O Cavaleiro de Santo André não é apenas alguém que procura a sua própria iluminação, mas também um guardião da harmonia espiritual no mundo. Tem a responsabilidade de ser um exemplo de tolerância e de respeito pelas diversas crenças religiosas, reconhecendo que a verdadeira sabedoria maçônica não pode ser alcançada sem o exercício diário da tolerância e da aceitação das diferenças.

Assim, o Cavaleiro deve tornar-se um modelo para os outros, mostrando que a verdadeira força espiritual não reside na imposição de uma visão única do mundo, mas na capacidade de abrir o coração e a mente aos outros, sem julgamentos nem condenações, apenas com o intuito de criar laços de

fraternidade e paz.

Neste sentido, o grau 29 exorta o Cavaleiro a tornar-se um embaixador da paz entre as religiões, um defensor da convivência harmoniosa entre aqueles que professam diferentes crenças, reconhecendo que o que verdadeiramente importa não é a diferença religiosa, mas o compromisso com os valores universais da Maçonaria: a verdade, a justiça, a liberdade e a fraternidade.

## 5. A Tolerância Religiosa e a sociedade

Num contexto social marcado pelo pluralismo religioso, a tolerância religiosa torna-se ainda mais necessária. O Cavaleiro de Santo André, na sua missão, não deve limitar-se à sua prática pessoal de tolerância, devendo também ser um defensor da tolerância na sociedade em geral. Ele deve trabalhar para que as sociedades em que vive sejam espaços de liberdade religiosa, onde as diferenças espirituais sejam celebradas e não utilizadas como motivo de divisão ou conflito.

A Maçonaria, através do exemplo do Cavaleiro de Santo André, propõe uma visão do mundo em que todas as religiões são respeitadas e em que as pessoas podem viver em harmonia, independentemente das suas crenças. O Cavaleiro deve, portanto, ser ativo na promoção de políticas de respeito e compreensão religiosa no mundo exterior, utilizando a sua posição de maçom para influenciar positivamente a sociedade.

## 6. Conclusão: O Cavaleiro como farol de tolerância

A tolerância religiosa, no grau 29.<sup>o</sup>, vai além da mera aceitação da diferença. Implica uma prática ativa de respeito, compreensão e acolhimento. O Cavaleiro de Santo André deve ser alguém capaz de reconhecer as diferentes formas de viver a espiritualidade, respeitando as crenças dos outros como iguais na busca pela verdade e pelo bem comum.

Proteger a liberdade religiosa de cada indivíduo e permitir a coexistência de diversas visões sobre o divino não é um ato passivo, mas sim uma prática diária que exige um esforço consciente e um compromisso constante com a paz e a unidade. O Cavaleiro deve ser um exemplo de como as diversas religiões podem coexistir de forma pacífica e enriquecedora, reconhecendo que todas elas têm o potencial de elevar o espírito humano e de levar a humanidade a um estado superior de entendimento e fraternidade.

A tolerância religiosa não significa apenas respeitar as diferentes crenças, mas também aceitar que, em última instância, todas as religiões procuram o mesmo objetivo: o aperfeiçoamento da alma humana e a busca pela verdade divina. O Cavaleiro deve, portanto, pôr em prática a tolerância em todas as suas ações, tratando cada ser humano com dignidade e respeitando as suas escolhas espirituais.

Que a luz da tolerância e da compreensão religiosa nos guie sempre, para que possamos ser instrumentos de harmonia e fraternidade no nosso caminho iniciático e no mundo.

## Bibliografia

- Aristóteles, *Ética a Nicómaco*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.  
Platão, *A República*. Lisboa: Edições 70, 2013.  
Kant, Immanuel, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70, 2007.  
Rawls, John, *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa: Presença, 2003.  
Lefebvre, André, *Os Altos Graus do Rito Escocês Antigo e Aceite*. Lisboa: Madras Editora, 2001.  
Pietre, Claude, *Simbolismo e Iniciação no Rito Escocês Antigo e Aceite*. São Paulo: Pensamento, 2005.  
Mackey, Albert G., *Enciclopédia da Maçonaria* (vários volumes).  
Martin, Jean, *Os Cavaleiros do Espírito*. Paris: Dervy, 1998.  
Lenclos, Gabriel, *Tradições e Rituais do REAA*. Porto: Editora Esotérica, 1997.



## Da Cripta do Passado à Igreja do Futuro

Durante a cerimónia de iniciação do 32.º grau, a passagem pertencente ao filósofo Max Müller, e em especial a frase *Quem sabe? Com o tempo se ela assumirá em extensão e em claridade um tal ponto, que a cripta do passado se transformará algum dia na Igreja do Futuro*, chamou a minha atenção pelo seu profundo significado. Nas cerimónias de iniciação comecei a acompanhar esta passagem com particular cuidado e, há algum tempo, iniciei pesquisas sobre o filósofo Friedrich Max Müller. Entretanto, tendo-me sido recomendado o estudo deste tema, desejo compartilhar o conhecimento que reuni em resultado da minha investigação.

### Biografia

Friedrich Max Müller nasceu em 6 de dezembro de 1823, em Dessau, no Ducado de Anhalt-Dessau, Alemanha. Seu pai, Wilhelm Müller, foi um jovem e distinto poeta romântico, cujos poemas foram musicados por Franz Schubert antes de sua morte prematura. A mãe de Max Müller, Adelheide Müller, era a filha mais velha de Ludwig von Basedow, Primeiro-Ministro do Ducado de Anhalt-Dessau.

Max Müller iniciou sua educação perto de Leipzig, na Nicol-Schule, e a concluiu na Universidade de Leipzig. Estudou filosofia com Christian Weisse e M. W. Drobisch. Mais tarde, como aluno de destaque, prosseguiu seus estudos de mestrado com Hermann Brockhaus, concentrando-se em grego, latim, persa e sânscrito.

Após concluir o mestrado em Filosofia em 1843, Max Müller, além de seus trabalhos sobre sân-

crito e linguística comparada, estudou a família de línguas aramaicas com Franz Bopp e a história das línguas e das religiões com Friedrich Schelling. Em 1845, estudou sânscrito em Paris sob a orientação de Eugène Burnouf. Seu *Hitopadesa* (Fábulas Indianas) foi publicado em alemão em 1844 e em inglês em 1866. Com o apoio diplomático do Barão Christian von Bunsen, e como editor para a East India Company e a Oxford University Press, dedicou vinte e cinco anos para concluir os seis volumes do *Rig*



*Veda*.

A partir de 1846, com o apoio de Bunsen, Max Müller continuou seus trabalhos em Oxford, onde viveu pelo resto da vida.

Em 1856, com a publicação de *Comparative Mythology*, Müller ganhou amplo reconhecimento. Nesta obra, ofereceu explicações mais compreensíveis sobre as origens das mitologias. Em 1858 tornou-se Professor Adjunto de Línguas Modernas Europeias no All Souls College. Em 1859 publicou *A History of Ancient Sanskrit Literature*, considerada sua obra mais científica. Em 1860, sua candidatura à cátedra de sânscrito em Oxford foi rejeitada. Entre 1860–1863 publicou suas famosas palestras sobre linguística. Em 1868 tornou-se Pro-

cessor de Filologia Comparada na Universidade de Oxford, onde serviu até sua aposentadoria em 1875.

No âmbito acadêmico, Max Müller deu contribuições vitais para a ciência da religião e tornou-se pioneiro dos estudos comparativos das religiões.

Müller, sem receio de tabus religiosos, investigou todas as portas que despertaram seu interesse. Dedicou-se a pesquisas especiais sobre as origens e o desenvolvimento da filosofia, da mitologia e das religiões, e estudou comparativamente a história da linguagem com uma abordagem científica.

Ao longo de sua carreira, Müller envolveu-se em debates intelectuais; o mais importante deles foi sobre *A Origem das Espécies* de Darwin (1859). Em seus escritos, Müller se opôs a Darwin, afirmando que tanto os humanos quanto os animais já possuíam suas próprias línguas anteriormente. Müller declarou que as preocupações de Darwin não derivavam tanto da religião, mas do receio de confrontar a ciência natural. Para Müller, a linguagem era uma barreira intransponível entre humanos e animais.

Em cartas, Müller explicou quanto de seu tempo e energia dedicava a detalhar suas ideias. Embora fascinado ao longo da vida, muitas vezes sentia-se insuficiente nesse esforço. Em 1892, escrevendo a um amigo americano enquanto preparava uma conferência, afirmou: "*Você verá como me esforço para resolver os problemas da natureza, da essência de Deus e das relações históricas, mas, de tempos em tempos, acho difícil chegar a conclusões e começo a me sentir ainda mais ignorante.*"

As obras que Müller desenvolveu ao longo de meio século foram quase totalmente desprezadas por muitos críticos modernos. Para ele, a ciência da religião seguia a história da teologia; seu objetivo



Müller opôs-se e rejeitou ativamente a visão de seu contemporâneo, o Cardeal John Henry Newman, que afirmava que o homem nasce no mundo com uma inclinação religiosa inata. Em vez disso, Müller argumentou que a humanidade chegou à ideia do Infinito ou da Divindade na natureza de forma independente, sem jamais recorrer ao sobrenatural. Müller chegou a essa conclusão após cuidadoso estudo histórico dos textos sagrados de várias religiões. Da mesma forma, a humanidade alcançou o conceito de alma de maneira igualmente livre. Mas Müller concordou com Newman em um ponto: a verdadeira religião constrói-se sobre a percepção genuína da alma em relação a Deus e da relação de Deus com a alma. Como o próprio Müller expressou:

*Pelas orações dos Livros Sagrados do Oriente, aprendemos que a ideia da alma sempre existiu e, portanto, não há nuvem de superstição que as flechas da verdade eterna não possam atravessar. Tais momentos são recompensas de Deus para os estudantes das religiões do mundo; são momentos de verdadeira revelação. Na verdade, Deus nunca abandonou nenhum de Seus filhos, desde que estes buscassem senti-Lo e encontrá-Lo.*

Do livro *An Essay on the Development of Christian Doctrine*, do Cardeal Newman: *O uso de templos, as oferendas dedicadas a certos santos, as decorações com ramos de árvores durante as festas, o incenso, as luzes e as velas, as ofertas votivas pela cura de doenças, a água benta, os asilos, as festas e as estações, o uso de calendários, as procissões, a bênção dos campos, as vestes litúrgicas, o anel de casamento, voltar-se para o Oriente, mais tarde as imagens, provavelmente também os hinos da Igreja e o Kyrie Eleison — tudo isso é de origem pagã e foi santificado pela sua adoção na Igreja.*

No seu significado mais profundo, isso coincide com os pensamentos do filósofo Max Müller.

## **Deus**

Segundo Müller, o despertar da consciência humana começou com a percepção do conceito de Deus. E nas raízes e nos elementos de todas as religiões que surgiram a partir da percepção de Deus, está o homem, apegado à esperança de uma vida melhor, à consciência do pecado e da virtude, à fraqueza e dependência humanas e à figura de um poderoso líder religioso.

Para Müller, a religião começou com a percepção de Deus pela humanidade além da natureza. Antes que a consciência humana transcendesse os pensamentos primitivos, Deus sempre existira. Essa consciência não surgiu por revelação divina, mas de dentro da própria natureza, como reflexo do ser do homem. Essa abordagem, disse Müller, foi o dom de Deus aos estudantes das religiões do mundo, e apenas por meio dela poderia ser alcançada uma compreensão significativa da verdadeira revelação. Os estudantes da religião, em vez de procurar a Deus fora de si mesmos ou em solidão, senti-Lo iam primeiro em sua própria alma e, ao encontrá-Lo ali, alcançariam a felicidade.

Müller considerava a teologia de duas formas — comparativa e teórica. A primeira consistia em um estudo científico imparcial e honesto das grandes religiões da humanidade; a segunda era a própria filosofia da religião, baseada no desenvolvimento da religião, na teologia comparada e no estudo e mistério da natureza.

As conferências de Müller sobre a religião antrópica focavam nas visões da alma humana nas diversas religiões. Segundo Müller, a religião material organiza uma série de importantes fenômenos religiosos, mas não dá ênfase à dimensão divina no pensamento humano e, assim, permanece incompleta como religião material. Essa incompletude resulta em uma lacuna entre diferentes compreensões de Deus. A religião material não conseguiu construir a ponte capaz de superar o abismo entre o

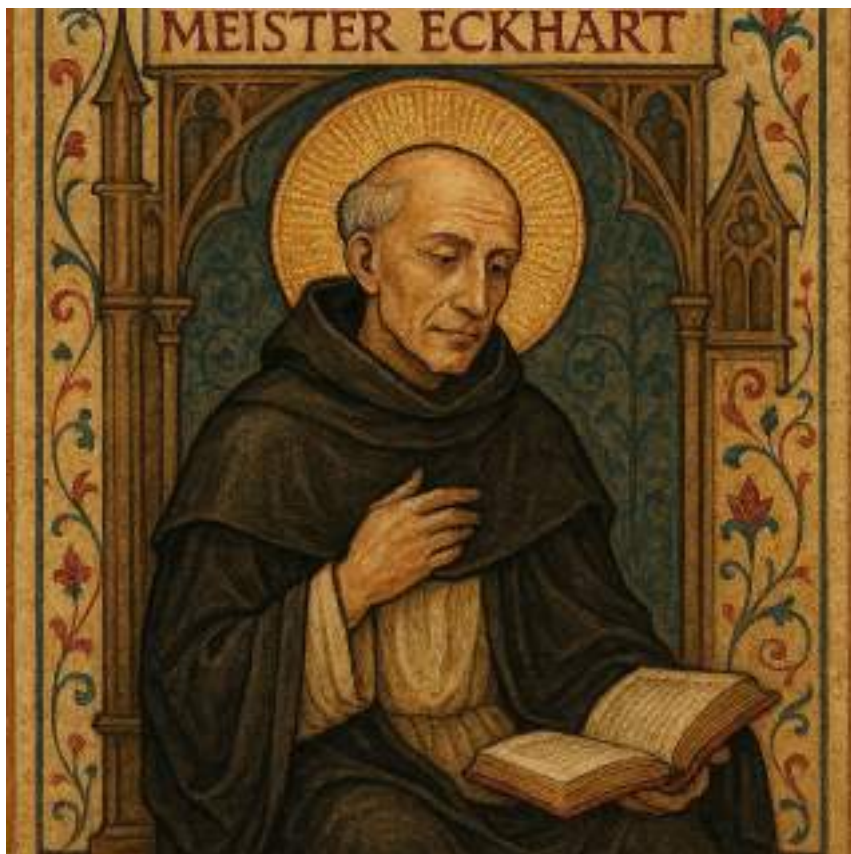
homem mortal e o Deus imortal. Para Müller, a verdadeira religião exige uma fé mais profunda em Deus dentro do homem e, em todas as circunstâncias, uma proximidade com Ele.

O principal objetivo de sua religião antrópica era apontar o nascimento e o desenvolvimento da visão da alma humana, de modo que o homem pudesse perceber a imortalidade, e demonstrar a necessidade de um conceito de Deus comum a todas as religiões.

### Teosofia

No dicionário, a Teosofia é definida como uma abordagem mística panteísta situada entre a teologia e a filosofia; aparece no caminho que vai da teologia medieval à verdadeira filosofia; busca dominar a natureza; os teósofos lutaram para derrubar o conhecimento escolástico.

Em seus trabalhos sobre teosofia, Müller reconheceu a impressionante semelhança entre o misticismo cristão do século XIV e a filosofia védica. Ele foi influenciado pela sabedoria espiritual acumulada do frade dominicano alemão Meister Eckhart (1260–1327), uma das grandes figuras do misticismo renano. Müller teve contato com o misticismo alemão ainda jovem, adotou Eckhart e seus seguidores, e considerou Eckhart um verdadeiro vedantista. Ele concordava com Eckhart na ideia de que *a nossa união e o nosso tornar-nos um com Deus é possível através do elemento divino ou imortal presente na natureza humana.* Nesse contexto Müller



acrescentou que *Os seres humanos não podem conhecer Deus objetivamente, mas, no que Eckhart chamou de contemplação mística, através da Divindade é possível sentir a própria unidade e unicidade.*

Müller apoiou sua visão citando as famosas palavras de Eckhart. Por exemplo: *O olho com que vejo Deus é o mesmo olho com que Deus me vê. O meu olho e o olho de Deus são um só olho, uma só visão, um só conhecimento e um só amor. Conhecer a Deus e ser conhecido por Deus, ver a Deus e ser visto por Deus é a mesma coisa.*

Esse conhecer e ser conhecido foi expresso na linguagem metafórica do Cristianismo místico, como no nascimento do Filho (Cristo) na alma.

*Se o Seu conhecimento é o meu,” continuou Eckhart, “e se o Seu corpo, o Seu ser natural e essência, é conhecimento, então segue-se que a Sua essência e corpo são meus. E se a Sua natureza, corpo e essência são meus, então eu sou o Filho de Deus. Reconhece isto... Seja qual for a forma que o dom de amor do Pai assuma, devemos ser chamados filhos de Deus.” A isso Müller acrescentou: “Devemos ser*

*filhos de Deus.*

Müller comparou as ideias de Eckhart com conceitos semelhantes encontrados nos *Upanishads*. Ele escreveu: *O que Eckhart chamou de fundamento divino na alma e em Deus pode ser comparado ao Brahman neutro dos Upanishads, descoberto tanto no mundo quanto na alma.*

### **Henoteísmo**

O dicionário define henoteísmo — termo introduzido por Max Müller na religião e na filosofia — como a adoração de um deus, reconhecendo ao mesmo tempo a existência de outros deuses. Do grego *heis theos* (“um deus”). Segundo Müller, trata-se de *monoteísmo em princípio, mas politeísmo na prática*. Variações do termo, como monoteísmo inclusivo e politeísmo monárquico, foram propostas para distinguir diferentes formas do fenômeno. Termos relacionados são monolatria e catenoteísmo, geralmente compreendidos como subtipos do henoteísmo.

### **Max Müller e a Maçonaria**

Primeiramente, recordemos aquela passagem significativa da cerimônia de investidura do 32.º grau, que o Ilustre Grão-Mestre introduz com as palavras:

*Não há dúvida de que as seguintes palavras do filósofo Max Müller — um gênio em sua área e o entronizador dos estudiosos da religião — um dia se cumprirão:*

*Quando chegar o tempo da colheita; quando todas as religiões estiverem libertas dos obstáculos dos fortes e profundos alicerces sobre os quais repousam, é provável que esses alicerces voltem a servir ao mesmo propósito — como outrora, quando as igrejas consideravam seus próprios subterrâneos como lugares de refúgio. Muitas das coisas que veneram — aquelas recomendadas nas pagodes hindus, nos viharas budistas, nas mesquitas muçulmanas e nas igrejas cristãs — serão deixadas para trás; mas cada um levará consigo para a tranquila cripta aquilo que considerar o mais alto valor da sua herança, sua pérola e sua joia mais preciosa. Quem sabe? Essa ‘Cripta do Passado’, ainda muito estreita e obscura, buscada como refúgio sobretudo pelos que fogem das multidões, do deslumbramento das luzes e do conflito das opiniões, poderá, com o tempo, expandir-se e ganhar brilho e, talvez, um dia tornar-se o ‘Templo do Futuro.*

A passagem expressa exatamente os nossos esforços para construir o Terceiro Templo.

Perto do final da investidura, o Ilustre Grão-Mestre dirige-se ao candidato que está prestes a alcançar este grau com as seguintes palavras:

*Estamos diante dos alicerces desta cripta — isto é, do novo templo, e continua: Ouvimos as vozes dos pensadores e dos obreiros que vieram antes de nós e trabalharam pela Maçonaria.*

Como o maior Templo universal será construído é explicado na segunda etapa da investidura. Nessa etapa, as palavras dos grandes fundadores de religiões e dos homens de pensamento contêm as mesmas ou semelhantes ideias; e no futuro — quando o Terceiro Templo for estabelecido — as diferenças entre as religiões também desaparecerão, e os que pertencem a diferentes credos se unirão num espírito de perfeita fraternidade. Este é o único caminho que conduzirá a humanidade à salvação.

Dos meus estudos selecionei as seguintes passagens de Max Müller que, como sementes lançadas no campo da filosofia do nosso grau, aguardam germinação:



(...) No simbolismo geométrico do nosso grau, após o acampamento, (...), tudo termina com um círculo. Diferente das outras formas, que são angulares, o círculo não tem cantos — o que significa que não se sabe onde começa nem onde termina; o começo, de certo modo, é o fim. Assim se transmite que os Soberanos Grandes Inspetores Gerais do 33.º grau, representados pelo círculo, são os governantes e guardiões do Rito, e que o Terceiro Templo — que no 32.º grau simboliza o Sublime Segredo — só pode ser construído sob sua direção e orientação. Assim como o círculo não tem começo nem fim, também o Rito não tem princípio nem término. A doutrina do R.E.A.A. não começou na data em que o Rito foi fundado; desde o momento em que o HOMEM foi dotado de razão pensante, os princípios dessa doutrina lhe foram revelados; igualmente, essa doutrina não tem fim, pois enquanto existir o HOMEM pensante, os princípios dessa doutrina viverão. Os maçons do 33.º grau, representados pelo círculo, estão obrigados a explicar essa doutrina — comunicada ao HOMEM de forma velada — e a assegurar a sua transmissão às novas gerações sem corrupção, sem perder suas linhas mestras, sem ser desviada por certos partidários da novidade; ou seja, são os guardiões do Segredo e do Rito. Pela expressão “comunicada ao HOMEM de forma velada”, enfatiza-se que as revelações feitas por meio da profecia também são veladas, e que o homem, pelo seu próprio conhecimento, pode levantar esse véu e alcançar a plena verdade.

*Koray Kemal Ozduygu, 32º*



## Sobre a Liberdade

### O Homem livre

A revolução do Século XX separou, arbitrariamente, para fins desmesurados de conquista, duas noções inseparáveis:

A Liberdade absoluta mete a Justiça a ridículo. A Justiça absoluta nega a Liberdade.

Nenhum homem considera livre a sua condição se ela não for ao mesmo tempo justa, nem justa se não for livre.

Precisamente, não pode conceber-se a Liberdade sem o poder de clarificar o justo e o injusto, de reivindicar todo o ser em nome de uma parcela de ser que se recusa a extinguir-se.

Finalmente, tem de haver uma Justiça, embora bem diferente, para se restaurar a Liberdade, único valor imperecível da História. Os Homens só morrem bem quando o fizerem pela Liberdade, pois nessa altura não acreditam que morrem em absoluto.

Albert Camus<sup>1</sup>, *O Mito de Sísifo* (1942)

O Homem Livre, na visão do filósofo, é aquele que, em relação às acções que tem vontade de praticar ou de negar, não é impedido de fazer como deseja. Diante disso, pressupõe-se que, na ausência do poder estatal, os indivíduos têm liberdade ilimitada a todas as coisas.

Ser Livre e de Bons Costumes na concepção da Maçonaria, implica que, apesar de todo homem ser livre na real acepção da palavra, pode estar preso a entraves sociais que o privem de parte da sua liberdade

e o tornem escravo das suas próprias paixões e preconceitos. Assim é desse jugo que deve libertar-se, mas, só o fará se for de Bons Costumes, ou seja, se já possuir, na sua personalidade, preceitos éticos (virtudes) bem fundamentados.

O ideal dos Homens Livres e de Bons Costumes, desde as épocas mais remotas na Augusta Ordem, persegue o aprimoramento espiritual e moral da Humanidade, pugnando pelos direitos dos homens e, pela Justiça, pregando o amor fraterno, procurando congregiar esforços para uma maior e mais perfeita compreensão entre os homens, a fim de que se estabeleçam os laços indissolúveis de uma verdadeira fraternidade, sem distinção de raças nem de crenças, condição indispensável para que haja realmente paz e compreensão entre os povos.

O Maçom tem que dispor da necessária força moral para evitar todos os vícios que infamam, que desonram, que degradam. O supremo ideal de liberdade é livrar-se de todas as propensões para o mal, despojar-se de todas as tendências condenáveis, sair do caminho das sombras e seguir pela estrada que conduz à prática do bem, que aproxima o homem da perfeição intangível.

Sendo livre e, por consequência, desfrutando de liberdade, o Homem deve sempre pautar a sua vida pelos preceitos dos bons costumes, que é expressão,

também derivada do latim e usada para designar o complexo de regras e princípios impostos pela moral, os quais traçam a norma de conduta dos indivíduos nas suas relações domésticas e sociais, para que estas se articulem seguindo as elevadas finalidades da própria vida humana.



A estátua revestida de cobre, um presente do povo francês ao povo americano, foi projetada pelo escultor francês Frédéric Auguste Bartholdi e a sua estrutura

“Facilmente veremos em que se diferencia o homem que se conduz apenas pelo afeto ou pela opinião, do homem que se conduz pela razão. Com efeito, o primeiro, queira ou não, faz coisas que ignora inteiramente, enquanto o segundo não obedece a ninguém mais que a si próprio e só faz aquelas coisas que sabe serem importantes na vida e que, por isso, deseja ao máximo. Chamo, pois, ao primeiro, servo, e ao segundo, homem livre (...) Não há nada em que o homem livre pense menos que na morte, e sua sabedoria não consiste na meditação da morte, mas da vida.”

Baruch Espinosa<sup>2</sup>, *Ética IV, Ethica, ordine geométrico demonstrata* (1677)

A doutrina Iluminista, nascida nos finais do século XVII e início do século XVIII, impediu a continuidade do poder absolutista do Rei e, por todas as formas, instituiu que Todos Homens nascem Livres e Iguais em Direitos.

Iniciado este processo histórico e cultural na sociedade, o Iluminismo veio consolidar os Direitos Fundamentais da Liberdade na defesa da dignidade humana e da subordinação do poder político

co aos direitos fundamentais.

Num primeiro momento (Revolução Liberal) introduziram-se os direitos pessoais; num segundo período, a partir dos meados do séc. XIX, foram reconhecidos os direitos políticos; numa terceiro momento, entre as guerras mundiais do séc. XX, surgiram os direitos sociais. Desde então e até hoje, discutem-se e aprovam-se o direito à qualidade de vida, à defesa do Ambiente e à sustentabilidade do nosso modo de existir.

### O Homem fraterno

É importante que um Homem se sinta não somente cidadão de uma determinada nação, mas um cidadão de uma certa parte da sua nação, com lealdades locais. Estas, assim como a lealdade à classe, nascem da lealdade à família.

Thomas Stearns Eliot<sup>3</sup>, *Notas para uma definição de Cultura*, (1949)

Estará o Homem só, numa sociedade que aparenta avançar para a desagregação social? Estaremos assistir ao advento do caos económico político das velhas nações?

Vivemos, de facto, tempos complexos e confusos, com instituições desvirtuadas, porque dirigidas por interesses ilegítimos que se sujeitam a manipulações de várias ordens.

Os valores civilizacionais da democracia que considerávamos como adquiridos, tais como o sentido cívico, a ética, a ordem instituída, a solidariedade e igualdade na partilha de recursos do Estado, são agora manipulados pelos eleitos que invocam a necessidade imperativa do cumprimento e da protecção da credibilidade das Nações, subjugando os valores públicos aos valores privados do Mercado.

Hoje não assistimos à união fraterna entre os cidadãos, que quase sempre se relacionam por interesses tácticos e onde impera a desconfiança. Os laços de amizade são ínfimos, os vínculos são raros e a participação cívica fica ausente das nossas prioridades.

Porque acredito que o nosso futuro comum depende mais de pequenas acções concretas, do que de promissoras medidas políticas avassaladoras, entendo que me devo empenhar para que esses gestos de partilha nos reforcem de modo fraternal.

Considero o ideal de Fraternidade como o pilar essencial ao modelo de civilização em que acredito, e que nos falta cumprir no nosso país.



“A Fraternidade dos povos”, Obra de Jules Dalou <sup>4</sup>, representando uma alegoria da união entre diferentes nações, etnias, classes sociais e géneros. Obra encomendada pelo 10.º arrondissement de Paris (1883).



# THE UNIVERSAL DECLARATION OF Human Rights

**PREAMBLE** Recognition of the inherent dignity and of the equal and inalienable rights of all members of the human family is the foundation of freedom, justice and peace in the world,

**PREAMBLE** Disregard and contempt for human rights have resulted in barbarous acts which have outraged the conscience of mankind, and the advent of a world in which human beings shall enjoy freedom of speech and belief and freedom from fear and want has been proclaimed as the highest aspiration of the common people,

**PREAMBLE** It is essential, if man is not to be compelled to have recourse, as a last resort, to rebellion against tyranny and oppression, that human rights should be protected by the rule of law,

**PREAMBLE** It is essential to promote the development of friendly relations between nations,

**PREAMBLE** The peoples of the United Nations have in the Charter reaffirmed their faith in fundamental human rights, in the dignity and worth of the human person and in the equal rights of men and women and have

determined to promote social progress and better standards of life in larger freedom,

**PREAMBLE** Member States have pledged themselves to achieve, in co-operation with the United Nations, the promotion of universal respect for and observance of human rights and fundamental freedoms,

**PREAMBLE** a common understanding of these rights and freedoms is of the greatest importance for the full realization of this pledge,

## NOW ENFORCED BY THE GENERAL ASSEMBLY

**PREAMBLE** This Universal Declaration of Human Rights as a common standard of achievement for all peoples and all nations, to the end that every individual and every organ of society, keeping this Declaration constantly in mind, shall strive by teaching and education to promote respect for these rights and freedoms and by progressive measures, national and international, to secure their universal and effective recognition and observance, both among the peoples of Member States themselves and among the peoples of territories under their jurisdiction.

**ARTICLE 1** — All human beings are born free and equal in dignity and rights. They are endowed with reason and conscience and should act towards one another in a spirit of brotherhood.

**ARTICLE 2** — Everyone is entitled to all the rights and freedoms set forth in this Declaration, without distinction of any kind, such as race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national or social origin, birth or other status. Furthermore, no distinction shall be made on the basis of the political, jurisdictional or administrative status of the country or territory to which a person belongs, whether it is independent, trust, non-self-governing or under any other limitation of sovereignty.

**ARTICLE 3** — Everyone has the right to life, liberty and security of person.

**ARTICLE 4** — No one shall be held in slavery or servitude; slavery and the slave trade shall be prohibited in all their forms.

**ARTICLE 5** — No one shall be subjected to torture or to cruel, inhuman or degrading treatment or punishment.

**ARTICLE 6** — Everyone has the right to recognition everywhere as a person before the law.

**ARTICLE 7** — All are equal before the law and are entitled without any discrimination to equal protection of the law. All are entitled to equal protection against any discrimination in violation of this Declaration and against any incitement to such discrimination.

**ARTICLE 8** — Everyone has the right to an effective remedy by the competent national tribunals for acts violating the fundamental rights granted him by the constitution or by law.

**ARTICLE 9** — No one shall be subjected to arbitrary arrest, detention or exile.

**ARTICLE 10** — Everyone is entitled in full equality to a fair and public hearing by an independent and impartial tribunal, in the determination of his rights and obligations and of any criminal charge against him.

**ARTICLE 11** — 1. Everyone charged with a penal offence has the right to be presumed innocent until proved guilty according to law in a public trial at which he has had all the guarantees necessary for his defence.

— 2. No one shall be held guilty of any penal offence on account of any act or omission which did not constitute a penal offence under national or international law, at the time when it was committed. No shall a heavier penalty be imposed than the one that was applicable at the time the penal offence was committed.

**ARTICLE 12** — No one shall be subjected to arbitrary interference with his privacy, family, home or correspondence, nor to attacks upon his honour and reputation. Everyone has the right to the protection of the law against such interference or attacks.

**ARTICLE 13** — 1. Everyone has the right to freedom of movement and residence within the borders of each state.

— 2. Everyone has the right to leave any country, including his own, and to return to his country.

**ARTICLE 14** — 1. Everyone has the right to seek and to enjoy in other countries asylum from persecution.

— 2. This right may not be invoked in the case of prosecutions genuinely arising from non-political crimes or from acts contrary to the purposes and principles of the United Nations.

**ARTICLE 15** — 1. Everyone has the right to a nationality.

— 2. No one shall be arbitrarily deprived of his nationality nor denied the right to change his nationality.

**ARTICLE 16** — 1. Men and women of full age, without any limitation due to race, nationality or religion, have the right to marry and to found a family. They are entitled to equal rights in marriage, during marriage and at its dissolution.

— 2. Marriage shall be entered into only with the free and full consent of the contracting parties.

— 3. The family is the natural and fundamental group unit of society and is entitled to protection by society and the State.

**ARTICLE 17** — 1. Everyone has the right to own property alone as well as in association with others.

— 2. No one shall be arbitrarily deprived of his property.

**ARTICLE 18** — Everyone has the right to freedom of thought, conscience and religion; this right includes freedom to change his religion or belief, and freedom, either alone or in community with others and in public or private, to manifest his religion in belief in teaching, practice, worship and observance.

**ARTICLE 19** — Everyone has the right to freedom of opinion and expression; this right includes freedom to hold opinions without interference and to seek, receive and impart information and ideas through any media and regardless of frontiers.

**ARTICLE 20** — 1. Everyone has the right to freedom of peaceful assembly and association.

— 2. No one may be compelled to belong to an association.

**ARTICLE 21** — 1. Everyone has the right to take part in the government of his country, directly or through freely chosen representatives.

— 2. Everyone has the right of equal access to public service in his country.

— 3. The will of the people shall be the basis of the authority of government; this will shall be expressed in periodic and genuine elections which shall be by universal and equal suffrage and shall be held by secret vote or by equivalent free voting procedure.

**ARTICLE 22** — Everyone, as a member of society, has the right to social security and is entitled to realization, through national effort and international co-operation and in accordance with the organization and resources of each State, of the economic, social and cultural rights indispensable for his dignity and the free development of his personality.

**ARTICLE 23** — 1. Everyone has the right to work, to free choice of employment, to just and favourable conditions of work, and to protection against unemployment.

— 2. Everyone, without any discrimination, has the right to equal pay for equal work.

— 3. Everyone who works has the right to just and favourable remuneration ensuring for himself and his family an existence worthy of human dignity, and supplemented, if necessary, by other means of social protection.

— 4. Everyone has the right to form and to join trade unions for the protection of his interests.

**ARTICLE 24** — Everyone has the right to rest and leisure, including reasonable limitation of working hours and periodic holidays with pay.

**ARTICLE 25** — 1. Everyone has the right to a standard of living adequate for the health and well-being of himself and of his family, including food, clothing, housing and medical care and necessary social services, and the right to security in the event of unemployment, sickness, disability, old age or other lack of livelihood in circumstances beyond his control.

— 2. Motherhood and childhood are entitled to special care and assistance. All children, whether born in or out of wedlock, shall enjoy the same social protection.

**ARTICLE 26** — 1. Everyone has the right to education. Education shall be free, at least in the elementary and fundamental stages. Elementary education shall be compulsory. Technical and professional education shall be made generally available and higher education shall be equally accessible to all on the basis of merit.

— 2. Education shall be directed to the full development of the human personality and to the strengthening of respect for human rights and fundamental freedoms. It shall promote understanding, tolerance and friendship among all nations, racial or religious groups, and shall further the activities of the United Nations for the maintenance of peace.

— 3. Parents have a prime right to choose the kind of education that shall be given to their children.

**ARTICLE 27** — 1. Everyone has the right freely to participate in the cultural life of the community, to enjoy the arts and to share in scientific advancement and its benefits.

— 2. Everyone has the right to the protection of his moral and material interests resulting from any scientific, literary or artistic production of which he is the author.

**ARTICLE 28** — Everyone is entitled in a social and international order in which the rights and freedoms set forth in this Declaration can be fully realized.

**ARTICLE 29** — 1. Everyone has duties to the community in which alone the free and full development of his personality is possible.

— 2. In the exercise of his rights and freedoms, everyone shall be subject only to such limitations as are determined by law solely for the purpose of securing due recognition and respect for the rights and freedoms of others and of meeting the just requirements of morality, public order and the general welfare in a democratic society.

— 3. These rights and freedoms may in no way be exercised contrary to the purposes and principles of the United Nations.

**ARTICLE 30** — Nothing in this Declaration may be interpreted as implying for any State, group or person any right to engage in any activity or to perform any act aimed at the destruction of any of the rights and freedoms set forth herein.

# UNITED NATIONS

Originally adopted by the United Nations General Assembly on 10 December 1948 and proclaimed on 18 December 1948. Reaffirmed by the General Assembly on 20 December 1975.

A *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, aprovada pela ONU em 10 de Dezembro de 1948, consagra no seu artigo primeiro :

**“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”**

O espírito de fraternidade, aqui consagrado, inerente à dignidade de todos os Homens, considerados iguais, na plenitude de direitos sociais, políticos e individuais, está ainda por realizar na nossa jovem democracia política, e isso deve-nos inquietar a todos, pois desde a Revolução Francesa que os ideais “Liberté, Egalité, Fraternité” foram aceites como os que melhor correspondem às aspirações dos maçons.

Nós Maçons que, enquanto comunidade, nos reunimos para a defesa pública de tal desígnio, a democracia representativa, não garantiremos a sua conquista se a mantivermos confinada aos centros de congressos, fora da decisão política e económica.

Os Maçons precisam de conquistar um Fórum no Espaço Público do mundo Profano, nos vários sectores das nossas comunidades, na Política, na Economia, na Cultura.

“Não há espaço público porque este está nas mãos de umas quantas pessoas cujo discurso não faz mais do que alimentar a inércia e o fechamento sobre si próprios da estrutura das relações de força que elas representam. Os lugares, tempos, dispositivos mediáticos e pessoas formam um pequeno sistema estático que trabalha afanosamente para a sua manutenção.”

José Gil <sup>5</sup>, *O Medo de Existir*

Mas tenho esperança, pois a sociedade anónima já começou a mobilizar-se no imenso espaço público profano que é a WEB. A sua natureza libertária e plural é avassaladora e revolucionária, mas faz todo o sentido que assim se mantenha, pois é fundamental que exista um fórum onde qualquer Maçom, de forma livre e espontânea, possa expressar as suas ideias e pensamento.

Saibamos contribuir para que esta plataforma seja partilhada por todos de forma livre e universal.

A fraternidade será praticada enquanto existir o sentimento de pertença, quer seja a um lugar, a uma família, a um grupo ou a uma comunidade. Enquanto pertencemos, somos fraternos nas comunidades de pertença, porque somos livres, iguais e agimos enquanto tal.

A propósito do espírito de fraternidade entre povos e comunidades, temática muito sensível e actual no espaço europeu, encontrei-o exemplarmente descrito, sobre os efeitos quando ausente da prática dos eleitos na cidade Fraternópolis, no livro *Cidades Inventadas* (1997) de Ferreira Gullar, poeta, ensaísta vencedor do Prémio Camões 2010.

O autor lembra-nos que a "fraternidade" não pode ser apenas um conceito abstrato ou um nome de cidade; precisa ser um princípio ativo e consciente na prática da governação para evitar que as sociedades se tornem, de facto, "Fraternópolis": cidades desumanizadas onde a promessa de união é uma ilusão.

Aprendemos com a sabedoria dos pensadores, que tudo recomeça sempre, que venha o reinício in-

cessante.

Albert Pike em *Moral e Dogmas*, no final do Séc. XIX, convocava todos os Maçons para o que faltava realizar à Maçonaria .

“Ainda restam obras para a Maçonaria, maiores que os doze trabalhos de Hércules; avançar sempre resoluta e firmemente; esclarecer as mentes das pessoas, reconstruir a sociedade, reformar as leis e melhorar a moral pública. A eternidade em frente é tão infinita quanto a que está para trás. (...)”

### O Homem justo

O Grau 31 do Rito Escocês Antigo e Aceite, conhecido como Inspetor Inquisidor, é um grau administrativo avançado que se foca nos conceitos de justiça e equidade.

Os seus rituais e ensinamentos remetem para tribunais históricos, como a Santa Vehme da Idade Média e o Tribunal de Osíris do Antigo Egito, simbolizando a aplicação da justiça na sociedade.

A Santa Vehme surgiu inicialmente no período de Carlos Magno, entre os anos de 768 d.C. a 814 d.C., com o objetivo de reprimir as desordens e os crimes. Viria a ressurgir no século XII na cidade de Dortmund, na região da Westfália. Os seus juízes tinham o título de franco-juízes e eram desconhecidos e sigilosos eram, também, o transcorrer do processo, os nomes dos acusadores e a sentença.

A ela andou associada a figura da deusa grega *Temis* com a espada e a balança representando o julgamento e a aplicação da sentença, enfatizando a importância de manter a integridade e a responsabilidade através da aplicação da justiça e da equidade em todas as ações.



enormes desafios que se colocam à aplicação da Justiça com equidade.

Hoje, em Democracia, assistimos à densificação das Leis, com legislação diversa e avulsa condicionando todos os elementos da sociedade, os cidadãos, as empresas, as instituições e os representantes do Estado, colocando desafios enormes à atempada aplicação da Justiça com equidade.



Mas também o corvo, símbolo da inteligência, prudência e memória, com origens na mitologia grega. Ave branca que se tornou negra após desobedecer a Apolo, associa-se ao estudo alquímico com as cores negro, branco e vermelho (*nigredo*, *albedo* e *rubedo*) representando diferentes etapas do aperfeiçoamento moral do ser humano, semelhantes aos

Uma proliferação excessiva de leis pode, ironicamente, pôr em risco a segurança jurídica. Torna-se difícil para os cidadãos e empresas conhecerem e cumprirem todas as normas aplicáveis, aumentando a incerteza e o risco de incumprimento involuntário, estimulando a ilegalidade, o favorecimento e a pequena corrupção no contorno da lei.

A qualidade da Legislação e a sua expressão jurídica é frequentemente complexa e, com mais leis a serem criadas, a acessibilidade do cidadão comum ao direito diminui, distanciando as pessoas do sistema legal que as rege, e tornando o recurso à defesa mais oneroso.

O próprio Estado e os seus representantes enfrentam dificuldades em gerir e aplicar consistentemente um corpo legislativo tão vasto, o que resulta em ineficiências na administração pública e no sistema judicial.

As leis são produzidas rapidamente ou através de legislação delegada (decretos-lei, portarias), podendo originar um debate sobre a qualidade da deliberação democrática e a legitimidade das normas impostas, quase sempre sujeitas a aperfeiçoamentos sucessivos e a correções de imperfeições para efeitos da sua aplicação.

No domínio que pratico, Ordenamento, Urbanismo e Construção, à falta de um Código, assistimos a uma enxurrada de legislação avulsa e muitas vezes contrária à aplicação equitativa da Justiça.

O setor é marcado por um conjunto vasto e hierarquicamente complexo de diplomas: leis de base, regimes jurídicos (como o *RJIGT*, o *RJUE*), portarias, despachos normativos, regulamentos municipais e legislação setorial (património cultural, ambiente, recursos hídricos). Esta dispersão dificulta a apreensão do sistema legal no seu todo, mesmo para os profissionais mais experientes.

A falta de clareza e a existência frequente de normas que se contradizem ou se sobrepõem geram uma enorme insegurança jurídica. Isto alimenta a litigância com promotores, cidadãos, técnicos e a própria administração pública, obrigando ao recurso frequente aos tribunais para dirimir dúvidas interpretativas.

O ponto fulcral da sua observação é a aplicação iníqua da Justiça. A discricionariedade administrativa aumenta quando a lei não é clara. Situações semelhantes podem ser decididas de forma diferente em municípios distintos, ou até dentro do mesmo município por decisores diferentes, o que mina o princípio da igualdade e da justiça material.

O apelo a um "Código" (do Urbanismo e da Construção ou similar) é antigo e visa trazer coerência, clareza e sistematização. No entanto, a complexidade das matérias envolvidas, cruzando interesses públicos e privados, direitos de propriedade e funções sociais do solo, para além de uma multiplicidade de *lobbies* e agentes envolvidos tornam a sua elaboração e aprovação um processo politicamente e tecnicamente muito difícil.

Para os arquitetos, engenheiros, urbanistas e juristas que atuam nesta área, a atualização constante e a navegação neste labirinto legal são um desafio diário que consome tempo e recursos, afastando o foco da qualidade técnica e da inovação.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que a situação descrita é um exemplo clássico de como a "densificação das leis", sem um esforço de sistematização e codificação, resulta numa aplicação do direito que pode ser percebida como injusta, ineficiente e ineficaz.

Poderá a Maçonaria e o REAA contribuir para melhorar esta situação?

A encruzilhada em que vivemos mostra à sociedade que nós Maçons, enquanto Homens Justos, devemos encarar como decisiva a nossa contribuição na evolução dos modelos da Civilização, em que a qualidade da JUSTIÇA é essencial para a dignidade Humana.

**Notas:**

- 1 - Albert Camus (1913-1960) foi um escritor, filósofo e jornalista franco-argelino, conhecido pelas suas contribuições à literatura e ao pensamento filosófico do século XX.
- 2 - Baruch Espinosa, (1632-1677) judeu sefardita nascido português em Amsterdão 1632, foi um dos primeiros pensadores do Iluminismo e da crítica bíblica moderna, nomeadamente das modernas concepções de si mesmo e do universo. Veio a ser considerado um dos grandes racionalistas da filosofia do século XVII. Inspirado pelas ideias inovadoras de René Descartes, Espinoza tornou-se uma figura filosófica importante da Idade de Ouro Holandesa.
- 3 - Thomas Stearns Eliot (1888-1965) foi um poeta, dramaturgo, crítico literário e editor literário americano-britânico. É considerado um dos representantes mais importantes do modernismo literário e um dos maiores poetas do século XX.
- 4 - Jules Dalou (1838-1902) foi um escultor republicano comprometido com os ideais da Revolução Francesa e com a ideia de fraternidade universal entre os povos.
- 5 - José Gil (1939- ) filósofo, ensaísta e professor universitário português de origem moçambicana, foi considerado um dos 25 grandes pensadores do mundo pelo semanário francês *Le Nouvel Observateur*.

*Olavo Dias, 31.º*



## O Tribunal de Osíris e suas derivações até aos tempos modernos

Olhando à nossa volta, o Tribunal de Osíris ergue-se entre névoas douradas e cinzentas, flutuando sobre cidades em chamas, pessoas que fogem e rios poluídos. Não há portas, não há muros; o mundo inteiro parece atravessar o salão etéreo. Acima, o céu dobra-se entre nuvens de tempestade e fragmentos de estrelas, reflectindo o caos humano que atravessamos.

No centro, observando, Osíris, envolto num manto de linho eterno, senta-se no seu trono de alabastro, com a balança de Maat ao seu lado, brilhando cada prato com uma luz muito própria, ora pesando corações que atravessam séculos, mares, florestas, ora estradas desfeitas...

Ao longe, as cidades aparecem quer como espectros, quer como ruínas de tempos idos... Arranha-céus fumegantes, ruas entupidas de pessoas apressadas, fábricas que lançam fumo negro; cada gesto humano acrescenta peso ao coração colectivo. Políticos que discutem, destroem e constroem interesses, e a balança oscila com cada decisão errada.

No meio deste caos, indivíduos atravessam pontes destruídas, inacabadas, observam guerras, cheias, incêndios, pessoas que fogem, multidões em protesto — cada olhar, cada omissão, cada dor, cada acto de indiferença é registado.

Mas nem tudo é escuridão. Entre prédios desmoronados, pó, barulho e vidas destruídas, pequenas acções brilham como fagulhas. Uma mão que planta uma árvore, uma criança que ajuda outra, um vizinho que partilha água limpa — gestos mínimos, mas que aliviam o peso do mundo. A balança treme, mas estabiliza-se, lembrando que mesmo no caos há sempre a possibilidade de equilíbrio.

Osíris observa atento, sem pressa. Os seus olhos reflectem o horror e a esperança, registando cada escolha humana com uma precisão silenciosa e aterradora. Cada gesto de ganância ou violência pesa como chumbo; cada acto de coragem ou solidariedade brilha como ouro. A balança de Maat não julga apenas o passado, mas o presente que se constrói com cada decisão.

No horizonte, guerras misturam-se com a paz, incêndios misturam-se com auroras, inundações com florestas verdes, multidões com desertos silenciosos. O tribunal não é apenas um mito: é o espelho do mundo, convocando cada coração a enfrentar as suas próprias sombras, os seus medos. Aqueles que os encaram e agem com verdade encontram a leveza; os que os ignoram ou destroem carregam um fardo insuportável.

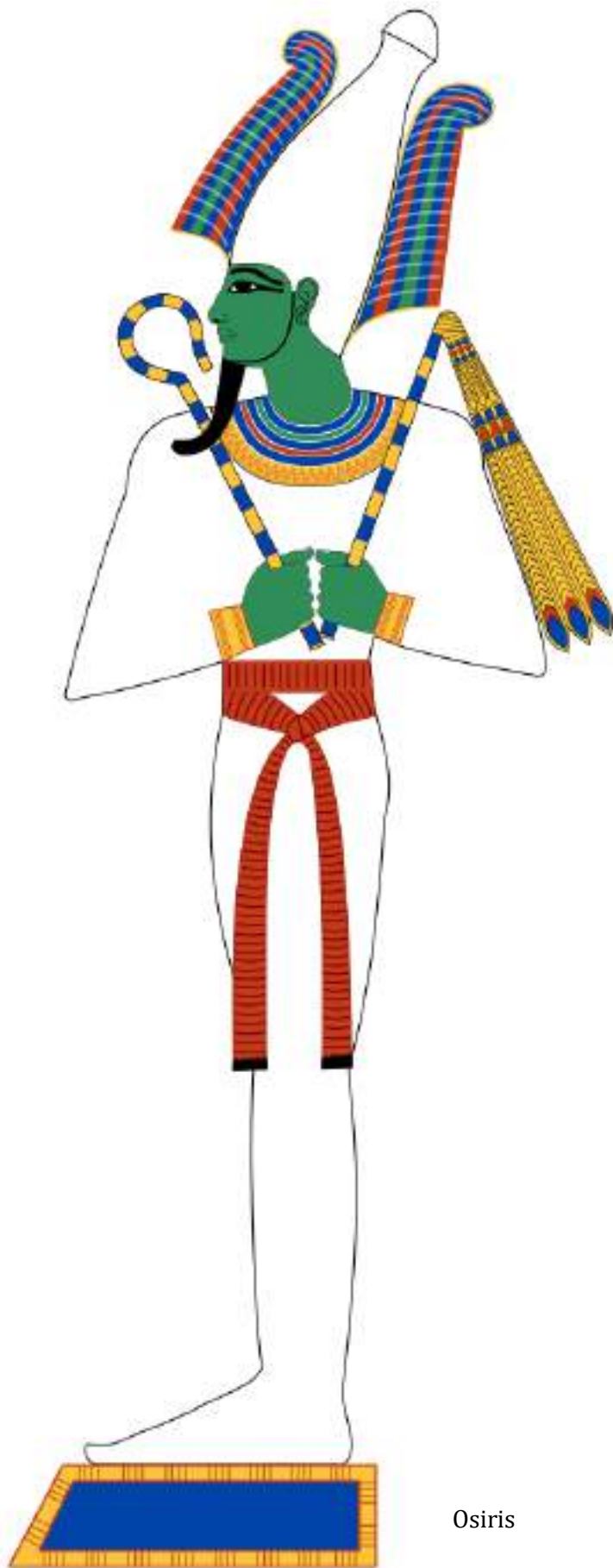
E assim, em tempos de incerteza e caos, o Tribunal de Osíris permanece, imutável. Silencioso e vigilante, lembrando que a Justiça verdadeira não é lei escrita, mas consciência activa e colectiva.

Cada escolha, cada gesto, cada coração pesado ou leve contribui para o equilíbrio do mundo. Mesmo quando tudo parece mergulhado na desordem, a balança permanece, e a ordem, por mais ténue que seja, ainda pode renascer.

O mito, agora, deixa de ser apenas história e transforma-se numa paisagem viva, onde cada elemento do mundo moderno pulsa sob o olhar do Tribunal de Osíris. A chuva cai em cortinas densas sobre cidades devastadas, lavando ruas encharcadas e criando espelhos líquidos que reflectem prédios partidos, luzes de néon e silhuetas apressadas de quem luta para sobreviver.

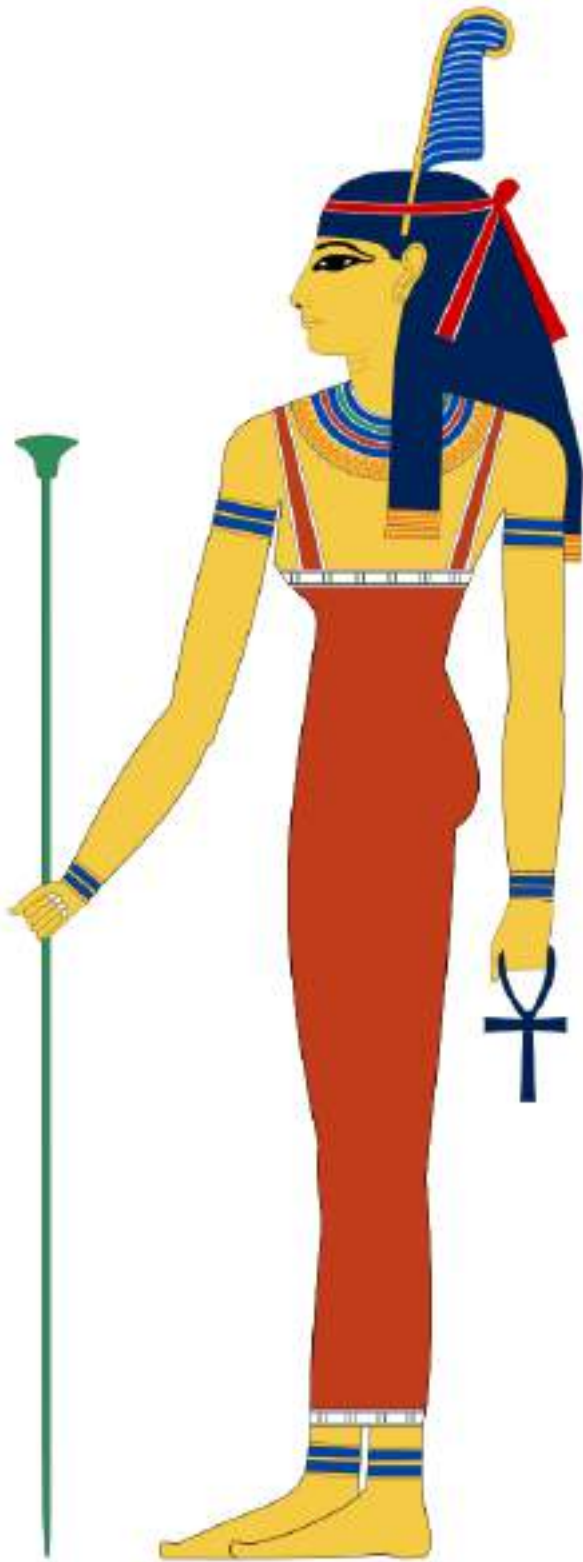
O fogo, esse devora florestas ancestrais, e o fumo mistura-se às nuvens crepusculares, tingindo o horizonte de laranja, cinzento e violeta — lembrando que a destruição é também um peso no coração colectivo.

Entre escombros, cheias e destroços, erguem-se os sinais da guerra: edifícios em ruínas, veículos queimados, bandeiras rasgadas e o silêncio mortal entre ruas outrora cheias de vida. Cada explosão distante, cada disparo, cada grito de medo acrescenta peso à balança, revelando que o caos humano não se limita à natureza ou à negligência, mas também à violência que nós próprios semeamos.



Osiris

Mas mesmo nesse cenário sombrio, surgem pequenas fagulhas de esperança. Mãos que se estendem, abraços que protegem, gestos silenciosos de coragem e solidariedade, pequenos actos que aliviam o peso do mundo.



Cada gota de chuva, cada chama, cada gesto ético e cada acto de compaixão são contabilizados no tribunal eterno. Os corações pesam; os olhos de Osíris seguem-nos, profundos e calmos, registando tanto a destruição como os esforços de reconstrução. Não há pressa no julgamento; a eternidade observa cada escolha humana, onde guerra, catástrofe e altruísmo se confrontam num equilíbrio frágil, mas sempre possível.

A eternidade, tal como a vida, constrói-se minuto a minuto. Cada acto de coragem, cada decisão ética, cada esforço de restaurar justiça, proteger vidas ou mediar conflitos tornase um fio que puxa o mundo de volta da beira do colapso. O tribunal transforma-se em espelho e guia: mostramos o peso das nossas escolhas, mas também oferece a possibilidade de redenção. Mesmo nos dias mais sombrios, quando guerras, incêndios, inundações e crises humanas parecem sobrepular tudo, a balança permanece firme, silenciosa, como se sussurrasse que a renovação é sempre possível.

O Tribunal de Osíris, assim, não é apenas julgamento; é oportunidade, a derradeira oportunidade. Cada coração que enfrenta os próprios erros e escolhe agir com integridade, cada alma que se ergue no meio do caos e da guerra, contribui para restaurar a ordem, reconciliar-se com a verdade e transformar o desespero em esperança.

No contraste entre sombras e luzes, destruição e compaixão, morte e sobrevivência, vemos que o caos do mundo moderno é também palco da

renovação. E mesmo quando tudo parece perdido, cada gesto ético, cada escolha consciente, cada acto de amor e solidariedade é uma fagulha que mantém viva a balança da justiça, lembrando-nos que a derradeira ordem, por mais ténue que pareça, pode sempre renascer do coração humano.

*Mário Rosa, 31.º*



## A Justiça

É sob os auspícios do Grande Arquiteto do Universo que me apresento diante desta respeitável assembleia para refletir sobre uma das mais sublimes virtudes: a Justiça. Sem Justiça, não há Liberdade verdadeira, Igualdade possível, nem Fraternidade duradoura. Como nos ensinou Cícero, “a Justiça é a rainha e a senhora de todas as virtudes”. Para o Maçom, a Justiça não é apenas um instituto humano, sujeito às falhas das leis e das paixões dos homens; é antes o reflexo de uma Lei Maior, imutável e eterna, que provem do Grande Arquiteto do Universo.

Nos nossos trabalhos, o Compasso e o Esquadro recordam-nos que toda ação deve estar delimitada pelo equilíbrio e retificada pela retidão. Assim, o Maçom aprende que a Justiça não é fruto do arbítrio, mas do discernimento iluminado pela Razão e pela Consciência. Montesquieu advertiu que não há liberdade se o poder de julgar não for separado do poder de legislar e de executar. Do mesmo modo, aprendemos, no silêncio do Templo, que a Justiça só se manifesta quando há harmonia entre poder, lei e consciência.

Se a Justiça é a virtude que eleva, a Injustiça é o vício que degrada. Onde a Injustiça se instala, erguem-se muralhas de ódio, discórdia e opressão. A história da humanidade é testemunha desse contraste: a queda de Roma sob o peso da corrupção, a perseguição cruel da Inquisição, a chaga da escravidão que marcou de dor séculos da nossa civilização, os conflitos religiosos e sociais da Idade Média, e as opressões dos regimes absolutistas da Europa Moderna. Mais recentemente, as guerras mundiais e os sistemas totalitários do século XX demonstraram como a Justiça pode ser manipulada para justificar atrocidades. O Maçom sabe que calar diante da Injustiça é torná-la cúmplice das nossas ações.

É importante reconhecer, porém, que a Justiça, quando concebida apenas pela ótica humana, se apresenta como um conceito muitas vezes subjetivo. O que para alguns representa Justiça, para outros pode significar opressão ou arbitrariedade. Ao longo da história, regimes inteiros justificaram

perseguições e atrocidades em nome daquilo que chamavam de “Justiça”. O mesmo conceito que deveria ser fundamento da Paz tornou-se, por vezes, bandeira da tirania. No mundo profano, as leis, os costumes e os sistemas jurídicos são frutos de interpretações humanas e interesses variáveis, e a subjetividade da Justiça gera conflitos, injustiças e desigualdades. O que uma sociedade considera justo num século, outra pode considerar injusto noutra, e mesmo numa referida época, diferentes culturas podem ter entendimentos diametralmente opostos.

Perante esta realidade, qual será então, o papel do Maçom? Cabe-nos compreender que a Justiça humana nunca será perfeita, mas pode ser continuamente aperfeiçoada. A forma de minimizar a sua subjetividade é recorrer sempre àquilo que transcende a vontade de um ou outro indivíduo: a Razão iluminada pela Ética, o diálogo fraterno e a busca sincera pelo Bem Comum. Quando submetemos as nossas decisões não ao interesse de poucos, mas àquilo que promove a dignidade de todos, aproximamo-nos de uma Justiça mais verdadeira, capaz de equilibrar as necessidades e direitos de



todos os cidadãos.

Nos Graus Filosóficos encontramos duas lições distintas e complementares sobre a Justiça. No 18º Grau, o Cavaleiro Rosa-Cruz aprende que a Justiça deve ser temperada com Amor e Caridade. Julgar não é apenas aplicar rigor, mas antes unir a Verdade à Misericórdia. No 30º Grau, o Cavaleiro Kadosh é convocado a defender a Justiça com coragem, mesmo diante da tirania e da opressão. Tais ensinamentos indicam que o Maçom deve agir tanto com prudência quanto com firmeza, integrando no seu caráter a habilidade de discernir entre o que é estritamente legal e o que é moralmente justo.

Ser justo no mundo profano é um exercício diário. É recusar o suborno, a vantagem indevida e o favoritismo. É reconhecer que todos têm a mesma centelha divina e merecem igual respeito. É lutar para que a Justiça não seja privilégio dos mais fortes ou dos mais ricos, mas escudo dos mais fracos e dos que não têm voz. Cabe ao Maçom, com discernimento e coragem, contribuir para tornar as leis mais equitativas, para que os costumes respeitem a dignidade humana e para que a Justiça, ainda que

imperfeita, esteja sempre mais próxima do ideal.

É nesse contexto que se deve compreender a Justiça cega: símbolo de imparcialidade, representada tradicionalmente por uma venda sobre os olhos. Mostra-nos que a verdadeira Justiça não deve tender a favor de amigos ou inimigos, poderosos ou pobres, ricos ou fracos. No entanto, a sua cegueira não é ausência de discernimento, mas sim um chamado à aplicação do juízo sem preconceito, sem favoritismo e sem interesses particulares. No mundo profano, onde os julgamentos humanos são frequentemente contaminados pela paixão política ou interesse pessoal, a Justiça cega é um princípio que orienta a ação ética, lembrando que todos os julgamentos devem transcender a aparência e visar apenas o que é justo em essência.

A história demonstra que a construção da Justiça é contínua: do Código de Hamurábi, considerado a primeira codificação de leis da humanidade, à Magna Carta de 1215, que limitou o poder do rei na Inglaterra; da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França revolucionária, à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Cada avanço mostra-nos que a Justiça está em constante actualização devendo ser defendida e corrigida, e que a Maçonaria tem um papel insubstituível ao inspirar a ação ética e fraterna face às imperfeições humanas.

A Justiça é o alicerce da Paz, a coluna invisível que sustenta o edifício da Ordem. Mas enquanto for administrada por homens, permanecerá imperfeita e sujeita à subjetividade. Cabe-nos a nós, Maçons, guiados pela Luz do Grande Arquiteto do Universo, sermos instrumentos de retificação, combatendo a Injustiça e edificando, dentro e fora da Loja, o Templo da Equidade. Que possamos sempre agir com imparcialidade, discernimento e coragem moral, atentos ao princípio da Justiça cega, para que a Verdade e a Retidão prevaleçam, mesmo face às imperfeições do mundo profano.

*Paulo Figueiredo, 31.º*



## “A Justiça como princípio universal e caminho de regeneração”

*“A Justiça é a harmonia do mundo moral, como a música é a harmonia do mundo sensível.”*

Albert Pike, *Morals and Dogma*

### I. Preâmbulo: A Cátedra da Justiça

Ao alcançar o Grau 31 do Rito Escocês Antigo e Aceite, o iniciado penetra num dos espaços mais augustos do edifício simbólico da Maçonaria. Aqui, a palavra-chave é Justiça — não a justiça dos homens, sujeita à letra mutável das leis, mas a Justiça Eterna, reflexo da Lei Cósmica e do equilíbrio divino que sustenta o Universo.

A figura do Grande Juíz Comendador ou Grande Inspetor Inquisidor não é a do juiz severo, mas a do sábio que compreendeu que julgar é antes de tudo compreender, e que o mais árduo dos julgamentos é aquele que se exerce sobre si mesmo.

### II. Os Fundamentos do Pensamento sobre a Justiça

Desde a Antiguidade que os espíritos elevados se vêm interrogando sobre o que é ser justo. Platão, na *República*, afirma que a justiça é a harmonia entre as partes da alma e da cidade: quando cada uma cumpre a sua função, reina a ordem. Já Aristóteles, na *Ética a Nicómaco*, distingue entre a justiça distributiva — dar a cada um o que merece — e a corretiva — reparar o desequilíbrio causado pelo erro.

Mais tarde, Cícero, ecoando o pensamento estóico, afirmará que “a justiça é uma lei natural inscrita

pela razão divina nos corações dos homens”.

Na modernidade, Kant concebe a Justiça como manifestação do imperativo categórico, isto é, da razão prática que exige que a máxima das nossas ações possa ser erigida em lei universal. Montesquieu, por sua vez, em *De l'Esprit des Loïs*, associa a justiça à moderação do poder: “Tout serait perdu si le même homme exerçait les trois pouvoirs”, o mesmo será dizer que “Não há liberdade se o poder de julgar não estiver separado do poder legislativo e do executivo.” Eis aqui a semente do princípio que o Grau 31 retoma sob forma simbólica: a justiça só é pura quando livre da paixão e do interesse.

Na tradição maçónica, Albert Pike define este grau como o da “sabedoria que pesa as ações dos homens no silêncio da consciência”, e Jules Boucher complementa: “O Inquisidor é aquele que conhece o erro, mas também a miséria humana.”

Assim, o iniciado deste grau não é um juiz de tribunais terrenos, mas um guardião da consciência moral, um “sacerdote da harmonia” que examina a alma à luz da Verdade.

### III. As representações da Justiça que reflectem a evolução do espírito de reflexão: A Venda, a Espada e a Balança

Contemplemos agora as representações clássicas da Justiça, que são, em si mesmas, lições de filosofia iniciática. Compreender a origem simbólica das imagens da Justiça é compreender a própria evolução da ideia de equilíbrio moral desde a antiguidade até à modernidade. Para tanto, um singelo contributo, despidido da pretensão da exactidão, a ser entendido como mera tentativa de reunião conciliadora de interpretações:

#### 1. A Justiça na Antiguidade Clássica: As Primeiras Representações

A personificação da Justiça terá tido origem no mundo helénico. Os gregos concebiam a *Diké* como filha de Zeus e de Themis, deusa da Lei e da Ordem Cósmica.

Themis era representada sem venda, sentada ou de pé, com uma balança (símbolo da medida justa) e, por vezes, uma espada curta. A sua função era divina: manter a harmonia do universo.

Themis não julgava no sentido humano; ela expressava a vontade dos deuses, a lei natural que antecede todas as leis escritas.

Diké, sua filha, representava a justiça aplicada aos homens — a dimensão prática da justiça divina. Era vista frequentemente em movimento, denunciando as injustiças perante Zeus. Também ela sem venda, pois a visão ple-



na era entendida como requisito do julgamento verdadeiro. Na Grécia, assume-se que a Justiça não era cega. A sua visão representava a sabedoria e o discernimento necessários para distinguir o justo do injusto.

## 2. Roma e a Transformação Jurídica: A *Iustitiae*

Os romanos herdaram esta tradição e adaptaram-na à sua cultura jurídica. A deusa *Iustitiae* surgiu durante o período imperial, sobretudo a partir do reinado de Augusto. Nas moedas, relevos e esculturas romanas, *Iustitiae* aparece com balança e espada, frequentemente sem venda. A espada representa a autoridade e a execução da lei. A balança simboliza a ponderação das provas e o equilíbrio moral.

O conceito romano de justiça é eminentemente jurídico e político: na consagração de Ulpiano, jurisconsulto do século III d.C. traduz-se na máxima de que Justiça é a vontade constante e perpétua de conferir a cada indivíduo o que lhe corresponde, assente nos preceitos de (i) viver honestamente – *honeste vivere* (ii) não ofender os demais – *alterum non laedere* e (iii) dar a cada um o que lhe é devido – *suum cuique tribuere*.

Em Roma, a Justiça é racional, pública e visível — não cega, mas vigilante.

## 3. A Idade Média e a Alegoria Cristã: A Justiça Vendada

A venda surge bem mais tarde, por volta da Baixa Idade Média (séculos XV–XVI), e por motivos alegóricos e morais, não clássicos.

A primeira aparição conhecida da Justiça vendada data, admite-se, de cerca de 1494, numa gravura de Hans Gieng e noutras obras da escola alemã de Nuremberga.

A venda foi inicialmente crítica, não elogiosa: simbolizava a cegueira da justiça terrena, corrompida por dinheiro ou poder. Só mais tarde, no Renascimento e no Barroco, esse símbolo foi reinterpretado positivamente, como expressão da imparcialidade.

A partir do século XVII, a Justiça vendada tornou-se o ícone oficial da Justiça ocidental. As cortes e tribunais adoptaram-na como ideal: o juiz deve não ver as pessoas, mas apenas os factos e a lei.

A venda nasce como sátira moral e transforma-se em símbolo ético. A Justiça vendada é, pois, o produto da evolução cristã e humanista da ideia de imparcialidade.

## 4. O Símbolo Reunido

A dupla imagem da Justiça — com e sem venda — é, em última análise, uma alegoria da alma humana. A Justiça vendada recorda-nos que é necessário calar o ego e os preconceitos para julgar com equidade.

A Justiça de olhos abertos recorda-nos que não basta aplicar a lei — é preciso compreender o coração.

No plano maçónico, a harmonia das duas representações em torno da venda é a própria harmonia da Justiça Eterna, cuja luz não cega, mas sim, ilumina.

## IV. O Livro dos Mortos e o Julgamento de Osíris

Para compreender a profundidade deste grau, afigura-se imprescindível recordar a mais antiga

expressão simbólica da Justiça: o Juízo de Osíris, narrado no *Livro dos Mortos* do Egípto.

Ali, o defunto é conduzido perante Osíris, senhor do Além, e o seu coração é colocado numa balança contra a pena de Maat, deusa da Verdade e, em conformidade com algumas fontes, também da Justiça. Se o coração é leve, o homem é declarado justo; se é pesado de culpa, é devorado por Ammit, o monstro do esquecimento.

Notemos a coincidência simbólica: o coração e a pena — o peso da consciência e a leveza da Verdade. É este o mesmo acto que o iniciado do Grau 31 realiza, não num além mítico, mas no templo interior. Ele pesa o seu próprio coração na balança da consciência, sob o olhar da Razão e da Luz.

Este mito é uma das mais antigas expressões da ideia de responsabilidade moral pessoal, que o Grau 31 resgata e actualiza. O iniciado, como Osíris, morre para o mundo profano e renasce purificado pela consciência da lei divina.

A justiça, portanto, é também o juízo da alma sobre si mesma, ecoando o princípio hermético: “Assim como em cima, assim é em baixo.”

## **V. A Problemática Contemporânea: A Justiça e os Desafios do Presente**

E agora, Meus Muito Queridos Irmãos, permitam-me trazer o símbolo à história viva, vislumbrando que o drama da Justiça permanece o mesmo, apenas revestido de novas formas.

Vivemos uma era em que a Justiça, tantas vezes, aparenta ter perdido a venda — não para ver melhor, mas porque se deixou seduzir pelos brilhos da falácia e pelas sombras da ideologia. Porque se deixou cegar pelos interesses, pelos algoritmos, pela pressão das massas e pela manipulação do poder. As instituições, ao confundirem legalidade com legitimidade, julgam por conveniência, os media por espetáculo, e as multidões por impulso. As consciências, saturadas de ruído, esquecem que a justiça é, antes de tudo, uma virtude do espírito.

Em tal cenário, o ensinamento do Grau 31 torna-se de uma actualidade pungente: julgar é um acto sagrado, e quem o faz deve estar purificado de si mesmo; o julgamento mais necessário é o auto-julgamento; a correcção do mundo começa pela rectificação do próprio ser.

Os dilemas contemporâneos — tais como a corrupção, a desigualdade, o abuso de poder, a manipulação tecnológica da verdade — são as novas formas de profanação da Justiça. A Maçonaria, ao conservar o símbolo deste grau, recorda-nos que o tribunal da consciência é o único que não pode ser corrompido.

A Justiça que o Iniciado pratica não é a dos códigos, mas a do Espírito; não a do castigo, mas a da restauração.

## **VI. Mensagem de Esperança: O Juíz como Guardiã da Luz**

Chegamos, enfim, à palavra de esperança que encima esta reflexão.

O Grande Juíz Comendador é aquele que, tendo conhecido o erro, compreende o perdão; que, tendo visto a sombra, busca a luz; que, tendo julgado, aprendeu a amar.

A sua espada não é instrumento de vingança, mas símbolo da Verdade que liberta, por intermédio do compassivo discernimento. O seu olhar é o olhar da Consciência, e o seu coração, a balança onde se pesam as acções humanas.

Que cada maçom, ao trilhar o caminho do Grau 31, compreenda que ser Juíz ou Inquisidor é ser também Construtor da Concórdia: aquele que busca, na luz da consciência, a justa medida entre o homem e o cosmos, entre o erro e o perdão, entre a lei e a graça. Que a sua missão última é, pois, restaurar a harmonia no templo do mundo, lembrando que a verdadeira justiça é inseparável da misericórdia divina.

## VII. Conclusão: O Eterno Equilíbrio

A Justiça, no Grau 31, é o vértice da sabedoria humana e divina. Ela não se impõe — revela-se. É a chama que equilibra o rigor da espada e a delicadeza da pena de Maat.

Permitam-me concluir com as palavras de Pico della Mirandola (ilustre filósofo renascentista que, mera curiosidade, viveu 31 anos, 1463-1494), confiadas à intemporalidade da sua *Oratio de Dignitate Hominis* que poderiam servir de lema ao Grau 31:

“Nada é mais divino no homem do que poder ser justo.” – Um sublime elogio à liberdade moral que concretiza a faculdade de discernir e escolher o bem e agir com justiça, assim aproximando o indivíduo da perfeição e do divino.

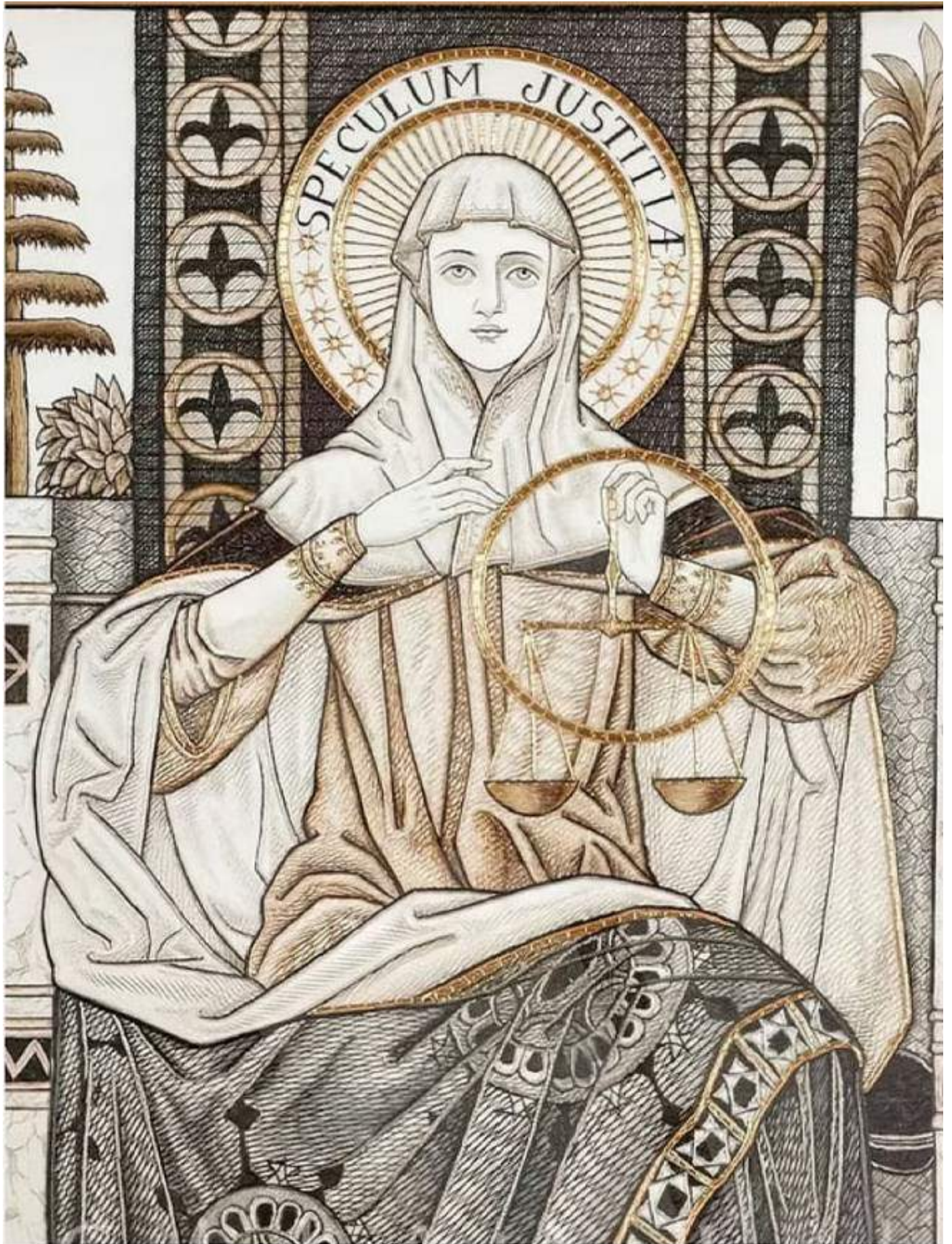
O iniciado que ascende a este grau não o faz para julgar os outros, mas para julgar-se com verdade, corrigir-se com humildade e servir com equidade. E, quando compreende que o verdadeiro tribunal é o da sua própria consciência, ele deixa, destarte, de ser juiz dos outros e torna-se guardião da harmonia universal. Assim cumpre a missão do Grande Inspetor Inquisidor: restaurar, em cada alma e em cada sociedade, o subtil e precário equilíbrio perdido entre a verdade e a compaixão.

Nestes termos, no silêncio do templo interior, ele repete o gesto de Osíris, pesa o seu coração contra a pena da Verdade, e — encontrando equilíbrio — torna-se, ele próprio, instrumento da Justiça Eterna.

O maçom é, pois, o Osíris redivivo, que julga para Regenerar, e que, ao julgar, renasce para a Verdade.

**Julgar é um acto divino, mas ser justo é um acto humano que se diviniza!**

*Pedro Baptista Marques, 31.º*



## O Julgamento interior

Apresento-me hoje diante de vós com humildade e plena consciência da densidade simbólica e espiritual que encerra o grau a que todos acedemos. Falar do 31.º Grau – o de Grande Juiz Comendador, também designado por Inspetor Inquisidor Comendador – é meditar sobre o momento em que o caminho iniciático atinge o seu ponto de inflexão: aquele em que a ascensão exterior dá lugar à descida interior, e em que o Iniciado, ao alcançar o Pórtico do Julgamento, se descobre a si próprio como juiz e réu da sua própria consciência.

O tribunal que aqui se ergue não é o da sociedade, nem o da Ordem, mas o da alma – esse espaço silencioso onde se decide o destino moral de cada Ser. A Justiça que este grau propõe não é a da lei positiva, mas a da harmonia interior; não é a do poder, mas a do discernimento; não é a que pune, mas a que compreende.

Ser Juiz, neste contexto, não é receber um título de honra, mas aceitar um encargo de alma. A espada que nos é confiada não serve para castigar, mas para discernir; a balança que empunhamos não pesa culpas, mas busca o equilíbrio entre verdades. O Julgador do Espírito aprende que julgar não é condenar, mas compreender – e que a compreensão, quando pura, é a mais alta forma de Justiça. Ser justo é ver para além da aparência, é separar o erro do Homem, é amar a Justiça mais do que se odeia o erro.

A imparcialidade, neste grau, deixa de ser uma teoria moral e converte-se numa exigência espiritual. Ser imparcial não é ser neutro, nem esconder-se na indiferença; é possuir a coragem de se confrontar com a própria sombra, para que, ao julgar o outro, não se projete sobre ele aquilo que não se quis enfrentar em si. O Julgador iniciado sabe que a primeira sentença que deve proferir é a que dirige a si próprio.

Como advertia Molière, “*devemos olhar demoradamente para nós próprios antes de pensarmos em julgar os outros*”. Esta máxima, que na ética profana é prudência, na via iniciática é mandamento. Porque quem não se conhece julga com os olhos da ignorância; quem não reconhece a sua própria fragilidade julga com a ilusão da superioridade.

E, aprofundando esta lição, La Rochefoucauld recorda-nos que “*não devemos julgar os méritos de um homem pelas suas boas qualidades, e sim pelo uso que delas faz*”. Aqui, a reflexão desloca-se do ser ao agir: a virtude não reside na posse das qualidades, mas na forma como estas se concretizam em obras. O verdadeiro mérito não é um estado, mas um movimento. O Juiz Comendador, neste sentido, não avalia a luz pela sua intensidade, mas pela direção em que ela incide. A justiça interior mede o uso ético das virtudes, não o seu mero ornamento.

Julgar, portanto, é reconhecer o poder transformador da ação; é pesar não apenas as intenções, mas também as consequências. E porque a ação humana é um processo, o juízo não pode ser apressado. Assim nos adverte o Padre António Vieira: “*Antes de ver o fim não se pode fazer juízo*”. Esta sentença, de limpidez teológica e lucidez filosófica, introduz o elemento essencial do tempo na equação da Justiça. O juízo precipitado é sempre injusto, porque se pronuncia antes de conhecer o desfecho. A prudência – a *phronesis* dos antigos – é a virtude de quem sabe esperar o tempo da revelação dos efeitos. O Juiz Comendador, como o semeador paciente, sabe que a colheita da verdade exige maturação, e que a pressa é uma forma de cegueira.

No mesmo sentido, o *Livro do Eclesiástico* (11,7) ensina: “*Não reprovos antes de teres examinado; indaga primeiro, depois julga*”. É a voz da sabedoria antiga que se ergue para lembrar que não há justiça sem investigação, nem julgamento sem exame. Indagar é um ato sagrado: é abrir espaço à dúvida, é exercitar o discernimento, é purificar o olhar antes de decidir. O verdadeiro juiz não é o que fala depressa, mas o que escuta demoradamente. A justiça que julga sem indagar é apenas poder mascarado; a justiça que indaga antes de julgar é consciência iluminada.

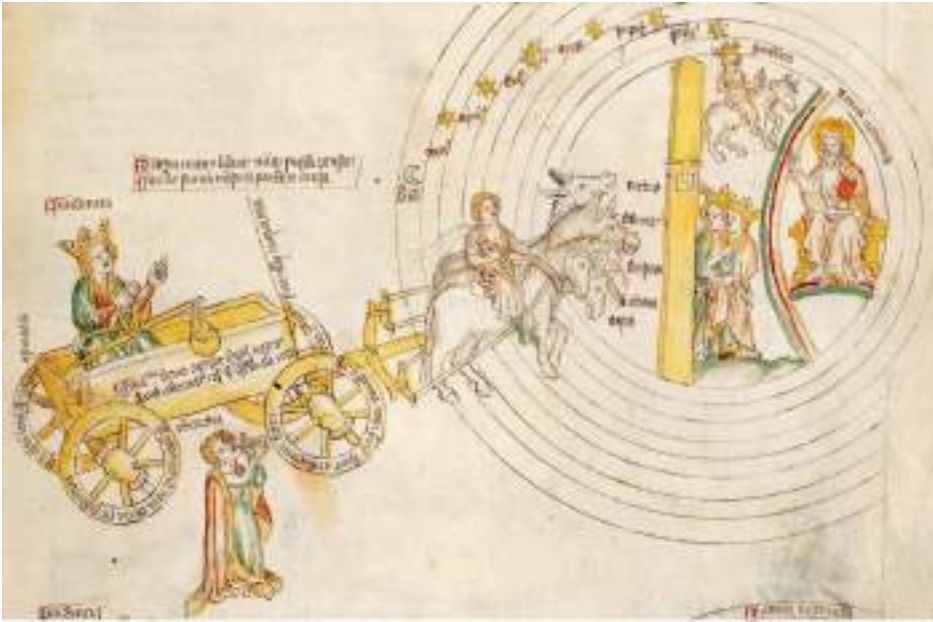
A espada e a balança, símbolos centrais deste grau, adquirem aqui o seu pleno sentido. A espada representa o verbo que corta, separando o falso do verdadeiro; a balança, a razão que pondera, buscando a harmonia entre a lei e a compaixão. A mão que empunha a espada deve ser firme, mas o coração que a orienta deve ser compassivo. A verdadeira Justiça nasce do equilíbrio entre a força e a ternura, entre a lucidez e a misericórdia. O poder que este grau confere não é um privilégio, mas uma prova: porque cada sentença pronunciada ressoa no tribunal invisível da própria alma.

Julgar, portanto, é também julgar-se. O Julgador que habita em nós é o espelho da nossa consciência; o Inquisidor, o guardião da verdade interior. O verdadeiro Inspetor Inquisidor não teme a dúvida, porque sabe que a dúvida é o caminho da luz. A Verdade não necessita de pressa, e a Justiça não se constrói sobre certezas fáceis, mas sobre a humildade de quem prefere ser justo a ter razão.

É neste horizonte que se revela o sentido mais profundo deste grau. O Julgamento não constitui apenas um ato jurídico ou simbólico; é um processo de unificação interior. E aqui se encontram, como vértices de um mesmo triângulo espiritual, as vozes de La Rochefoucauld, de Vieira e do *Eclesiástico*: o primeiro ensina o uso das virtudes; o segundo, a paciência do tempo; o terceiro, o rigor da indagação.

Unidas, essas três doutrinas compõem o triângulo iniciático da Justiça interior: agir bem, esperar o

tempo e julgar com discernimento. Estas são as três colunas invisíveis do Julgador Comendador, SUS-



tentadas por duas forças universais – a *phronesis* e a *synderesis*.

A *phronesis*, a prudência aristotélica, é a inteligência prática que orienta a ação no tempo. Ensina o Juiz a discernir o justo nas circunstâncias variáveis, a aplicar a lei com sensibilidade e a reconhecer o bem possível dentro do real. A *synderesis*, por sua vez, é a centelha divina da consciência

moral, a voz interior que reconhece intuitivamente o bem e o deseja. Uma ilumina o caminho exterior da ação; a outra, o lume interior da intenção. Quando ambas se harmonizam, a Justiça deixa de ser mera função racional e torna-se inteligência da alma – uma sabedoria viva, em que o julgar é já um modo de amar.

O verdadeiro Juiz Comendador é, assim, aquele que alia o rigor da razão à pureza da consciência. Sabe que julgar não é dominar, mas servir; que aplicar a lei não é impor, mas harmonizar; que a sentença não é um fim, mas um princípio de reconciliação. Julgar, em última instância, é iluminar.

A Justiça deste grau é a síntese da Verdade e da Compaixão. É a arte de pesar o Mundo com serenidade e de cortar o erro sem ferir o Homem. É o exercício supremo da consciência, onde o julgamento se converte em luz e a autoridade em exemplo.

Por isso, quando o Juiz Comendador levanta a espada, fá-lo não em nome do poder, mas da Verdade; e quando sustém a balança, fá-lo não por vaidade, mas por Amor. Que a espada que empunhamos nunca seja movida pelo ódio ou pela pressa; que a balança nunca se incline senão ao peso da Verdade; e que o Julgador que habita em nós se levante, não para condenar – mas para iluminar o caminho de quem errou.

Eis o desígnio último deste grau: que a Justiça se torne consciência, que a Verdade se torne luz e que o Julgamento se torne Amor.

*Pedro Correia Gonçalves, 31.º*



## Pontes de Luz: Sustentáculos do Grau 31, a Kabbalah e a Santíssima Trindade

**O Yud é chamado o Pai – ABA. O Hei é chamado a Mãe - IMA. O Vav alude a Zeir Anpin, o Jardim do Éden. Pai, Mãe e Zeir Anpin são um numa unidade.**

ה ינו . קד ישא דבשמה עלאה רישא , ו דאת רשימו דא :ד"י . 132 אַת , עלאה ה' דאת דרשימו רחא איהו דא : א  
אתמשכו ואתון תרון דאיונו , ו דאת דרשימו ברזא , לתתא דאתמש משוכו דא :ד"י . קד ישא דבשמה תנ ינו  
חד ביחודא , חד אינון תלתא הני ! כל . אַחד ואיהו , דא באתר למהוו .

(Zohar Trumah 12: 132)

**O Hei, que representa IMA, a Mãe (Binah) é o Espírito Santo, o espírito Supremo.**

והא או ק ימ נא , דע ולה ק דש הקדוש ים , ברזא דר וח עלאה , בג ין דת לת רוח ין קש יר ין כחדא , רוח תתאה . 352  
דאקרי רוח הקדוש רוח דלגו באמצעייתא דאקרי רוח חכמה ובינה . וכן אקרי רוח תתאה , א בל האי אקר ! רוח  
דנפיק מגו שופר , כלול באשא ובמיא . רוח עלאה , דאיהו סתים בחשאי , דביה קיימן כל רוח ין קד ! ש ין , וכל א נפ ין  
נהירין . ובגין כ . " אהדרת עולה רוח ממש ,

(Zohar Pekudei 39:352)

**O Vav é o Filho Santíssimo. Zeir Anpin é também designado no Zohar como Tiferet.**

ברא דירת , ת"ת תפאר דאקרון , קד ישא עלאה מלבא דלביש , ארג ונא בלבושי אתלבשת , תלתא סטרא . 162  
סטרא והלא יסטרא להאי כל יל והוא , ואמא דאבא מסטרא , עלאין עטרין בשבעין , קד ישא .

O Grau 31 do Rito Escocês Antigo e Aceite, denominado “Grande Inspetor Inquisidor”, representa um patamar evoluído no percurso maçónico, desafiando os Equitativos IIr.: a julgarem com imparcialidade, a temperarem a justiça com compaixão, a praticarem a introspeção e a compreenderem a justiça como uma virtude espiritual, e não apenas legal.

O simbolismo deste grau é vasto e profundamente significativo, com especial destaque para três cenários que moldam o percurso do iniciado: o Tribunal, a Corte dos Mortos e a Sala da Equidade. Cada um

destes espaços representa uma etapa ritualística e, concomitantemente, uma dimensão espiritual que espelha a complexidade da alma humana (Hutchens, 1988).

Ainda de acordo com Rex Hutchens, neste grau aprendemos que a verdadeira justiça nasce a partir de dois opostos - Justiça e Clemência - que se unem na grande harmonia da Equidade. Este é um ensinamento central do G.: 31, pois a justiça que não está inserida no “sistema dos 3 pilares”, pode desaguar facilmente em tirania. Encontramos, assim, um paralelismo com a *Kabbalah* que propõe a união de forças opostas através da *sefirot Tiferet* – que integra o pilar central -, e que promove o equilíbrio entre *Chesed* (Misericórdia) – pilar da direita - e *Gevurah* (Rigor) – pilar da esquerda.

O mesmo pode ser observado no conceito trinitário—Trindade Cristã - que une três manifestações divinas numa só essência - Pai, Filho e Espírito Santo. Surgem assim, diferentes tradições espirituais, conectadas através da ideia comum de unidade, consumada através de três pilares interligados. É nesse mesmo espírito de síntese espiritual e busca da unidade transcendente que Johan Kemper, nas suas reflexões, estabelece pontes entre o misticismo judaico e a teologia cristã. A sua obra profunda e alarga o diálogo iniciado no seio do G.: 31, acerca do Um (Verdadeira Justiça), que deriva de três (Clemência, Justiça e Equidade), ao explorar as afinidades ocultas entre a *Kabbalah* e os mistérios da Trindade.

Kemper, na sua obra *Matteh Mosheh* ("O Cajado de Moisés"), explorou a forma como conceitos profundos da *Kabbalah* poderiam dialogar com o Cristianismo, propondo que a Trindade é um mistério divino que vai além das fronteiras doutrinárias. A reflexão de Kemper aponta para uma interconexão mística entre o misticismo judaico e a doutrina cristã, revelando a Trindade como uma expressão da unidade divina que transcende divisões teológicas. Ambos os casos exemplificam a busca pela verdade universal e pela reconciliação de saberes espirituais num todo coerente e harmonioso.

Entre os segredos mais bem guardados do Cristianismo está o próprio conceito da Santíssima Trindade. Ao referir-se a D'us, o Cristianismo afirma que o D'us único é também três, o que tem gerado intenso debate ao longo de vinte séculos. A doutrina cristã da Trindade, que define D'us como uma única essência divina subsistente em três hipóstases distintas – Pai, Filho e Espírito Santo – foi sistematizada ao longo dos primeiros concílios ecumênicos do Cristianismo.

O Concílio de Niceia (325 d.C.) rejeitou o arianismo, afirmando que o Filho é consubstancial ao Pai, e formulou o Credo Niceno, que estabeleceu as bases da teologia trinitária (Niceia, 2009). O Concílio de Constantinopla (381 d.C.) ampliou o Credo Niceno para incluir a divindade do Espírito Santo, completando assim a definição formal da Trindade cristã, como Pai, Filho e Espírito Santo, enquanto coiguais e coeternos na mesma essência divina (Kaiser, 2013).

Entre a sistematização da doutrina trinitária nos concílios ecumênicos do Cristianismo e a abordagem da sabedoria oral secreta, emerge um fascinante diálogo entre teologia e esoterismo. Enquanto os concílios definiram a Santíssima Trindade como uma essência divina única em três hipóstases, a tradição Kabalística revela interpretações simbólicas e codificadas que apontam também para o mistério da Trindade, em D'us.

Esta ponte entre *Kabbalah* e Cristianismo oferece uma perspectiva profunda sobre um dos principais elos entre estas duas doutrinas. Surge assim a seguinte questão: será que a Santíssima Trindade pode estar encapsulada no *Zohar*, o “Livro do Esplendor”, principal fonte do misticismo judaico?

A resposta parece ser afirmativa.

Começemos por Johan Kemper, estudioso e místico judeu, convertido ao cristianismo luterano, que buscou estabelecer ligações importantes entre a *Kabbalah* e o mistério da Santíssima Trindade, procurando aproximar a sabedoria oral secreta do Cristianismo, e cujo nome de nascença era Moshe ben Aharon Ha-Kohen de Cracóvia.

A este respeito, escreveu ele em *Matteh Mosheh* (1710), ("O Cajado de Moisés"), especificamente na secção intitulada *Sha'ar ha-Shilush* ("Portão da Trindade"): "A questão é que a menção aos três patriarcas [na oração de pé das dezoito bênçãos] instrui sobre a Trindade (*shilush*), e o facto de concluírem [a bênção *magen Avraham*] referindo-se a um só [patriarca, ou seja, Abraão] instrui sobre a unidade (*yihud*).

"Não se admire com o facto de eu ter apresentado aqui que se podem encontrar muitos segredos nas suas orações. Aquele que tiver discernimento concluirá que os patriarcas apontam para a Trindade, mas, através desta ocultação, negaram e contradisseram toda a crença na Trindade, e Satanás assistiu-os neste assunto, ao ponto de a sabedoria da Cabala também se ter perdido. Mas saiba que, mesmo hoje, eles têm costumes muito antigos e justos que instruem sobre a Trindade, embora escondam as suas faces com uma máscara."

Nesta passagem em concreto, Kemper interpreta a invocação dos três patriarcas – Abraão, Isaac e Jacó -, na oração judaica *Amidah*, como uma alusão simbólica à Santíssima Trindade, representando as três figuras divinas (Pai, Filho e Espírito Santo). Para ele, o encerramento da oração, que destaca apenas um patriarca, Abraão, reflete a unidade divina, sublinhando que, embora a Trindade represente três aspetos, existe uma única essência divina. Kemper sugere que esta estrutura litúrgica contém, de forma implícita, um ensinamento trinitário, mesmo que não seja reconhecido dessa forma na prática judaica tradicional.

Ele argumenta que, apesar de estes símbolos trinitários estarem presentes nas práticas judaicas, eles foram ocultados ao longo do tempo, resultando num empobrecimento da sabedoria Kabalística. Kemper sugere que alguns costumes judaicos antigos têm referências implícitas à Trindade Cristã, mesmo que os seus praticantes contemporâneos não tenham consciência desse significado profundo. Embora as reflexões de Johan Kemper ofereçam uma ponte interessante entre o misticismo judaico e a doutrina cristã, é importante reconhecer que a sua interpretação da *Kabbalah* através de uma lente cristã tem sido objeto de debate ao longo do tempo. Os seus escritos refletem uma tentativa de construir conexões simbólicas e teológicas, mas não representam consensos absolutos, convidando ao discernimento crítico por parte dos estudiosos e praticantes.

As conexões que Kemper estabeleceu, procuravam edificar uma ponte entre o judaísmo, através da *Kabbalah*, e o Cristianismo, desvelando a forma como certos mistérios Cristãos, como o da Santíssima Trindade, já se encontravam contidos nos ensinamentos da sabedoria oral secreta.

Neste contexto, o tema da emanação surge como uma ligação profunda entre a Trindade Cristã e os ensinamentos místicos do Zohar, sobretudo através do uso partilhado da luz como símbolo de presença e conexão divina. No Zohar, a emanação divina surge frequentemente retratada como um fluxo em cascata de luz ao longo das dez Sefirot, entendidas simultaneamente como canais e recipientes da luz infinita de Ein Sof. Este processo em cascata transforma a essência divina, pura e indiferenciada,

em diversos aspectos de manifestação, criando uma ponte entre o infinito e o finito. Cada *Sefirot* reflete um aspecto específico da luz divina, atenuando-a gradualmente, mas preservando a sua essência, de modo a iluminar os mundos físico e espiritual sem os sobrecarregar (Schaya, 1971).

De forma semelhante, na teologia cristã, a Encarnação representa uma descida divina em que o *Logos* eterno assume a forma humana, incorporando luz e verdade para redimir a criação. Esta luz “encarnacional” ecoa nas emanações luminosas do *Zohar*, não como uma diminuição da essência divina, mas antes como a sua manifestação acessível. Em ambas as tradições, a emanação ou encarnação da luz não é estática. Ela flui em direção à humanidade e, por via do envolvimento místico, convida a um retorno ascendente para a unidade divina. A interação entre descida e ascensão reflete o movimento da luz, nas suas diversas manifestações, unindo a humanidade e o divino num abraço eterno.

A metáfora da luz como uma escada, reforça ainda mais a conexão entre estas tradições. Este movimento de descensão e ascensão espiritual é profundamente simbólico, pois mostra que a presença divina, apesar de se manifestar em facetas de luz, explicando o processo da própria Criação, permanece una na sua origem. Aqui se evoca o conceito da “escada de Jacó” (*Gênesis* 28:12), onde se lê: “Então Jacó sonhou. Ele viu uma escada que ia da terra até o céu, e os anjos de Deus subiam e desciam por ela.”. De modo semelhante, na teologia cristã, Cristo é frequentemente descrito como “a luz do mundo” (*João* 8:12), e é através d’Ele que os crentes ascendem espiritualmente ao Pai.



O conceito místico de “*theosis*” — o processo gradual de um crente se tornar um com Deus — entra em consonância com a descrição do *Zohar* sobre a luz divina que se revela progressivamente, através dos esforços espirituais do místico (Fishbane, 2009). No cerne desta ligação encontra-se a compreensão da luz enquanto multifacetada. Em ambas as tradições, a luz simboliza ao mesmo tempo a transcendência divina e a sua imanência. Ela desce como presença divina para iluminar e santificar a criação, e ascende sob a forma de devoção e de transformação humanas. Esta interação dinâmica faz com que a luz não seja apenas uma metáfora, mas sim uma realidade viva que facilita a conexão com o divino.

A multiplicidade da luz nas *Sefirot* do *Zohar*, tal como a inter-relação própria da Trindade, mos-

tra-nos que a essência divina se manifesta através de vários “rostos” ou expressões, embora permaneça enraizada numa unidade fundamental.

Acrescentando-se a estes paralelismos, o próprio *Zohar* parece desvelar a Santíssima Trindade, codificada nas letras do Nome Sagrado, Yud-Hei-Vav-Hei, reforçando a confluência entre a concepção cristã e a sabedoria cabalística.

O Yud corresponde a *ABA* (o Pai), o Hei a *IMA* (a Mãe, *Binah*, o Espírito Supremo) e o Vav a *ZEIR ANPIN* (o “Filho Santíssimo”, também designado *Tiferet*). Pai, Mãe e *Zeir Anpin* são, portanto, UM, numa unidade, fundindo-se num único mistério divino.

Em *Zohar Trumah* (12: 132) pode ler-se: “Agora o *Zohar* explica o segredo das palavras do “sh'ma yisrael” O primeiro Yud Hei Vav Hei é o sinal da letra Yud que está no Nome Sagrado, que alude a *ABA*. “Nosso Elohim” é o segredo do sinal do Hei superior do Nome Sagrado, que alude a *IMA*. O segundo Yud Hei Vav Hei é o desenho dos *Mochin* de *ABA* e *IMA* que são atraídos para baixo no segredo do sinal da letra Vav do nome sagrado que alude a *ZEIR ANPIN*. Estas duas letras, YUD E HEI, são atraídas para estar neste lugar, significando *NA VAV*, que é *ZEIR ANPIN*. É um, pois todos estes três, que são *ABA*, *IMA* e *ZEIR ANPIN*, são um em uma unidade única.”. Também o *Zohar* nos esclarece de que *Binah*, a Mãe, é o “Espírito Supremo”, fonte de todos os espíritos sagrados e passo a citar: “E já explicámos que a *Olah* (oferta queimada) é o *Kodesh HaKodashim* (Santo dos Santos), no segredo do *Ruach Ila'ah* (Espírito Supremo), do qual é uma vestimenta, porque três espíritos estão ligados a esta oferta: o primeiro é o *Ruach Tata'ah* (Espírito Inferior), chamado *Ruach HaKodesh* (Espírito Santo), que representa Malchut. O SEGUNDO é o espírito situado no meio, chamado *Ruach Chochmah U'Binah* (Espírito de Sabedoria e Entendimento), que representa *Zeir Anpin*, estando entre *Chochmah* e *Binah*. Também é chamado *Ruach Tata'ah* (Espírito Inferior) em comparação com *Binah*, que está acima dele. Contudo, *Zeir Anpin* é considerado um espírito que sai do *Shofar*, contendo tanto fogo quanto água. O terceiro é o *Ruach Ila'ah* (Espírito Supremo), oculto e escondido, que é *Binah*, onde residem todos os Espíritos Sagrados, e de onde todos os rostos brilham. Por essa razão, a *Olah* retorna a ser o próprio Espírito Supremo.” (*Zohar Pekudei* 39:352). No “Livro do esplendor” também podemos encontrar alusão aprofundada ao Filho Santíssimo, codificado na letra Vav do *Tetragramatron* e que representa *Zeir Anpin* ou simplesmente *Tiferet*. *Zeir Anpin*, representado pela letra Vav, cujo valor numérico é seis, dado que contém as seis emanções do Jardim do Éden: *Chesed* (Misericórdia), *Gvurah* (Julgamento), *Tiferet* (Esplendor), *Netzach* (Vitória), *Hod* (Glória) e *Yesod* (Fundação). *Zeir Anpin* representa a união das influências celestiais, a síntese das polaridades de *ABA* e *IMA*, também conhecido como o “Escudo de David” e cito: “No terceiro lado, *MALCHUT* estava vestida com uma vestimenta púrpura que o Rei supremo, chamado *Tiferet*, usava e que o Filho Santíssimo, que é *TIFERET*, herdou com as setenta coroas supremas do lado de *ABA* e *IMA*. Ele inclui ambos os lados, ou seja, a Direita que é *CHESED*, E e a esquerda que é *GVURAH*, que é o segredo de “*ESTENDIDO*.” (*Zohar Beshalach* 14:162).

Assim, esta tri-unidade, parece estar contida, de forma velada, na concepção cristã da Santíssima Trindade, sugerindo que o conhecimento esotérico do Judaísmo místico permeia as raízes mais profundas do Cristianismo.

Neste momento, talvez seja importante lembrarmos duas citações do Novo Testamento: “Ninguém pode ir até ao Pai senão por mim” (*João* 14:5,6); “Se me tivésseis amor, havíeis de alegrar-vos por eu

ir para o Pai, pois o Pai é mais do que eu” (*João* 14:28).

Se nos permitirmos a analisar com atenção estas citações, podemos ser convidados a refletir se, em sintonia com a linha de pensamento de alguns investigadores, a Santíssima Trindade e a Árvore da Vida não serão a mesma Verdade, transmitida de forma diferente. Uma dirigida ao Povo de Israel e a outra direcionada aos Gentios.

Pike, dá-nos pistas nesse sentido, em especial quando refere o conhecimento partilhado por Yeshua ben Yosef: “A Sagrada *Kabbalah*, oculta através dos símbolos na Bíblia, revelada pelo Salvador a São João e contida, inteira, sob figuras sagradas análogas aquelas de toda a antiguidade, no *Apocalipse* desse mesmo Apóstolo”. (*Pike*, 1871).

Se assumirmos que o Salvador é Jesus, então, isso pode significar que o próprio Jesus partilhou a *Kabbalah* com os seus discípulos. São Paulo parece reforçar esta ideia. Paulo de Tarso que estudou diretamente com o muito respeitado Rabbi Gamaliel, o mesmo que persuadiu o Sinédrio a libertar os Apóstolos (*Atos* 5:38,39) e que é neto de um eminente Kabalista de nome Rabbi Hillel, diz o seguinte: “Porém, entre os maduros, nós partilhamos uma sabedoria (...)(...) uma sabedoria oculta e secreta” (*1 Coríntios* 2:6,7). Investigadores da Bíblia, como a Dra. Margaret Barker, mencionam uma tradição secreta contida nos ensinamentos de Jesus que era apenas revelada aos discípulos do seu círculo interno. Jesus falava em parábolas para as massas, porque ainda não estavam preparadas para receber o conhecimento secreto, e aos seus discípulos partilhava os segredos contidos nesta.

Na mesma linha, Guy Stroumsa, Professor Emérito de Religião Comparada na Universidade Hebraica e Professor Emérito de Estudos das Religiões Abraâmicas na Universidade de Oxford, na sua obra “Conhecimento Secreto: Tradições Esotéricas e as Raízes do Misticismo Cristão”, também alude por diversas vezes a “esse” conhecimento secreto: “Acima do nível externo, público, existe um Cristianismo ‘no segredo’” (*Stroumsa*, 2005, pg. 128). “Mais precisamente, certos mistérios, que permaneceram escondidos no Velho Testamento, foram transmitidos pelos Apóstolos – mas o conteúdo desses mistérios foi revelado apenas a uns poucos.” (*Stroumsa*, 2005, pg. 37). Os Kabalistas Cristãos (ex., Pico della Mirandola) acreditavam que, nos ensinamentos secretos dos Judeus (*Kabbalah*), estavam revelados os princípios da teologia Cristã, como a Cristologia e o trinitarianismo (*Stroumsa*, 2005, 130).

Em suma, em linha com Pike, outras fontes parecem apontar para a ideia de que Jesus ensinou uma doutrina secreta (*Kabbalah*) aos seus discípulos e que o mistério da Santíssima Trindade estava nela encapsulado. Rav Moses David Valle, um dos grandes Kabalista do sec. XVIII, deixou um legado profundo e misterioso sobre as ligações entre *Kabbalah* e Cristianismo, nomeadamente a Santíssima Trindade.

Através da sua obra “I Sette Giorni della Verità”, ele propôs uma interpretação única que contribui para a união destas tradições ao invés de as dividir. Valle enfatiza a importância de corrigir os erros e as falsificações históricas sobre Jesus e a sua conexão com a *Kabbalah*. É importante recordar que Yeshua ben Yosef é a figura central do Cristianismo, cuja vida esteve profundamente enraizada na cultura, tradições e práticas do judaísmo. Nascido de mãe judia, foi circuncisado ao oitavo dia, conforme a lei judaica: “Quando se completaram os oito dias para a circuncisão do menino, foi-lhe dado no nome de Jesus, como fora chamado pelo anjo antes de ser concebido no seio materno” (*Lucas* 2:21). Os seus ensinamentos derivam das leis e tradições judaicas com as quais cresceu e que nunca

negou. Era chamado de “Rabi” (mestre) e frequentava o Templo de Jerusalém com os seus discípulos, ensinando nas sinagogas e dirigindo a sua mensagem a outros judeus. Por exemplo, “Jesus percorria toda a Galileia, ensinando nas sinagogas deles, proclamando a Boa Nova do Reino e curando todas as doenças e enfermidades entre o povo” (*Mateus 4:23*). Além disso, Jesus observava as festividades judaicas, como a Páscoa judaica (*Pessach*), “os pais de Jesus iam todos os anos a Jerusalém para a festa da Páscoa. Quando ele tinha doze anos, subiram até lá, segundo o costume da festa” (*Lucas 2: 41-42*). Jesus falava aramaico e orava ao Deus de Israel. Acreditava em Moisés e nos profetas, respeitava as leis judaicas e seguia os seus costumes, como os rituais de purificação do corpo e das mãos, o jejum religioso, a abstinência de alimentos impuros e a observância do *Shabbat*. Vestia-se como um judeu, respeitando e praticando as tradições e as crenças da sua cultura. Por isso, de acordo com alguns investigadores, não seria surpreendente que as suas parábolas, através de parábolas dirigidas às massas, tivessem como conteúdo o judaísmo e, para o seu círculo interno, os Apóstolos, a sabedoria oral secreta, a *Kabbalah*, considerada a Alma da *Torah*.

Ele argumenta que muitas das divisões entre o Cristianismo e o Judaísmo resultaram de interpretações equivocadas e que a verdadeira essência espiritual de ambas as tradições reside na unidade. Uma das contribuições mais notáveis de Valle foi a sua capacidade de reinterpretar o simbolismo tradicional judaico e cristão para revelar uma base comum.

Ele descreve, por exemplo, o papel do arco-íris como uma metáfora para a fragmentação e a unidade: enquanto as cores visíveis representam uma separação aparente, a luz branca subjacente simboliza a essência indivisível de Deus. Esta ideia estende-se à sua interpretação da Santíssima Trindade, que ele associa às *sefirot* da Árvore da Vida, especificamente *Chesed* (misericórdia), *Gevurah* (rigor/julgamento) e *Tiferet* (equilíbrio).

Para Valle, estas são diferentes expressões de uma única Luz Divina e a separação entre elas é uma ilusão. Além disso, Valle conecta símbolos e práticas judaicas, como o *Tefilin*, a *Mezuzah* e os *Tzitzit* à ideia de unidade. Ele afirma que, embora sejam objetos distintos, todos revelam a mesma Luz Única, reforçando a ideia de que a multiplicidade de formas é apenas um reflexo da essência divina singular.

Outro ponto central no pensamento de Valle é o papel de Jesus como uma ponte espiritual entre judeus e gentios. Ele sugere que Jesus foi enviado para trazer salvação às nações gentias. Para Valle, Jesus nunca promoveu idolatria e, pelo contrário, foi um canal da Luz Divina, assim como outros grandes mestres da *Kabbalah*. Valle também reflete sobre o papel do ego humano na criação de divisões e conflitos religiosos. Ele identifica o ego, que designa de “Adversário” ou “Satan”, como a força que gera separação e impede a percepção da unidade divina. Para ele, somente ao removermos o ego de nossa consciência seremos capazes de perceber a verdadeira unidade que conecta toda a humanidade. A obra de Valle, portanto, no seu âmago, transcende as divisões religiosas e oferece uma visão unificadora que combina os ensinamentos da *Kabbalah* com os fundamentos espirituais do Cristianismo e do Judaísmo. Ele convida os leitores a abandonar interpretações literais e superficiais a favor de uma compreensão mais profunda e espiritual, capaz de trazer luz, verdade e reconciliação para o mundo.

No cerne deste caminho enigmático, emerge a certeza de que as aparentes divisões – sejam teológicas ou ritualísticas – não passam de véus que ocultam uma verdade sagrada e universal: a Unidade. Tal como as três letras que se fundem na Luz Una do *Tetragrammaton*, apesar de uma delas se re-

petir, ou as três hipóstases divinas do mistério trinitário, também o nosso ser interior, em harmonia com a sabedoria oculta, revela a fusão entre rigor e misericórdia, julgamento e compaixão.

É nessa senda que o Grau 31 do R.:E.:A.:A.: convida aquele que procura, com verdade no seu coração, a erguer o olhar para além das fronteiras doutrinárias, numa peregrinação espiritual que encontra repercussões em mestres como Johan Kemper ou Rav Moses David Valle, lembrando-nos de que as raízes mais profundas do Judaísmo e do Cristianismo brotam do mesmo solo místico.

Este caminho de reflexão e autotransformação, refletido tanto na *Kabbalah* quanto na doutrina cristã da Santíssima Trindade, destaca a unidade essencial entre a misericórdia, o rigor e o equilíbrio, como exemplificado pelo *Yud-Hei-Vav-Hei* do *Zohar* e pela Trindade Cristã. A interconexão desses saberes espirituais, abrangendo tanto o judaísmo místico quanto o cristianismo, revela um mistério divino que nos convida a ultrapassar as divisões doutrinárias e a compreender que, no âmago do ser, a verdade é uma só.

Assim, o Grau 31 não ensina essencialmente sobre justiça. Convida-nos a ir mais longe. Ancorado na sabedoria oral secreta, o Grau 31 desafia-nos a refletir e a praticar a “Verdadeira Justiça”, que está consagrada no “sistema das 3 colunas”, na união transcendente de opostos - justiça e misericórdia -, através da chave harmonizadora da Equidade, refletindo o processo de ascensão espiritual e de revelação da suprema Luz divina.

#### **Referências bibliográficas:**

*Bíblia de Jerusalém*, Ed. Revista e aumentada, Apelação: Ed. Paulinas, 2002;

**Fishbane**, E. P., “The scent of the rose: Drama, fiction, and narrative form”, *Zohar-Proof texts*, 2009;

**Hutchens**, R. R., *A bridge to light: A study in Masonic ritual & philosophy*. The Supreme Council, 33°, Ancient and Accepted Scottish Rite of Freemasonry, 1988;

**Kemper**, J., *Matteh Mosheh: Sha'ar ha-Shilush* [The Staff of Moses: Gate of the Trinity]. Unpublished manuscript. Uppsala University Library, Sweden, 1710-1713;

**Pike**, A., *Morals and Dogma*. Charleston, 1871.

**Schaya**, L., *The universal meaning of the Kabbalah*. George Allen & Unwin, 1971;

**Stroumsa**, G., *Hidden wisdom: Esoteric traditions and the roots of Christian Mysticism*. 2nd ed., Leiden: Brill, 2005;

**Valle**, M. D., *Le sette giornate di verità* [Unpublished manuscript]; National Library of Israel, 1722.

**Yohai**, S. B. (author), Berg, M. (editor), *The Zohar*, New York: Kabbalah Publishing, 2008.

*António Sacavém, 31.º*

## De Pedreiros a Pedreiros Livres: A Construção do homem e da sociedade

A história da Maçonaria está profundamente enraizada na história dos pedreiros — os homens que, na Idade Média, se organizavam em corporações ou guildas dedicadas à construção de templos, catedrais e monumentos. Esses construtores, mestres do ofício e do segredo, partilhavam códigos de reconhecimento e símbolos próprios, constituindo uma associação de trabalhadores unidos pela mesma arte. As suas “oficinas” eram locais de aprendizagem, de trabalho e de valores comuns.

Os pedreiros não trabalhavam exclusivamente para um senhor feudal: eram homens livres, com o direito de circular em busca de trabalho e reconhecimento. As guildas tinham, portanto, a função de garantir essa liberdade de movimento, permitindo que os pedreiros fossem identificados e acolhidos por outros irmãos de ofício, recebendo o seu salário e o devido reconhecimento pelo mérito e pela competência. Eram, em essência, sociedades de homens livres e justos, unidos pelo trabalho.

O grande ponto de viragem histórico ocorre em 1641, quando Robert Moray — um homem de ciência e não do ofício de pedreiro — é admitido na Loja de Saint Mary’s Chapel, em Edimburgo. Esse momento marca o nascimento da Maçonaria especulativa, distinta da operativa. A partir daí, os antigos pedreiros passam a ser “pedreiros livres” — homens que, libertos da pedra material, passam a trabalhar sobre si próprios, utilizando as ferramentas simbólicas da construção para aperfeiçoar o seu espírito e o seu carácter.

As ferramentas do ofício — o esquadro, o compasso, o nível e o prumo — tornam-se instrumentos morais e espirituais. Servem não já para erguer catedrais de pedra, mas templos interiores: o templo do homem, edificado com virtude, equilíbrio e sabedoria. O maçom aprende a colocar o ser humano no centro do seu trabalho, reconhecendo que o verdadeiro templo a construir é o da virtude —

aquele que se ergue no interior de cada um e se reflete nas suas ações no mundo profano.

Nas lojas simbólicas, o maçom inicia o seu caminho de aperfeiçoamento. Trabalham na Loja irmãos de todas as idades e religiões que aprendem as virtudes fundamentais, os ensinamentos são perpetuados através de graus, que têm no ofício, no templo de Salomão e na lenda de Hiram Abiff valores fundamentais, reconhece a finitude da vida, exercitando o domínio sobre si próprio. A viagem simbólica ao “centro de si mesmo” representa o processo de autoconhecimento e de busca da razão. O homem, consciente das suas limitações e da dualidade da experiência humana, compreende a importância da vida e da morte e trabalha sobre essas dimensões como o pedreiro trabalha a pedra bruta — polindo-a até atingir a forma perfeita.

Ao longo da história, homens de diferentes épocas e origens partilharam este ideal maçónico de aperfeiçoamento e virtude. George Washington, Winston Churchill, médicos, professores, operários, desportistas e empresários — foram construtores de liberdade, dignidade e justiça. A Maçonaria é, assim, uma escola de virtudes, um espaço onde cada irmão, independentemente da sua condição social, é chamado a tornar-se a melhor versão de si mesmo. O contributo de cada um — seja o de um chefe de Estado ou o de um simples pedreiro — é essencial para a construção de uma sociedade de homens livres.

O valor do trabalho e da liberdade manifesta-se tanto nos grandes feitos da história como nos gestos silenciosos do quotidiano. O médico que realiza o seu trabalho, o professor que ensina o aluno, o pedreiro que trabalha na construção, o arquiteto que desenha o edifício, o pai que educa os filhos na razão e liberdade — todos são construtores do mesmo templo moral, do templo maçónico. Este é um dos maiores ensinamentos da Maçonaria, presente desde as origens da Ordem e claramente refletido no exemplo do irmão Jorge VI. O detalhe mais significativo é que o Venerável Mestre que o iniciou era um funcionário dos correios, demonstrando, de forma exemplar, o princípio maçónico da igualdade entre todos os homens.

As palavras de George VI sob a Maçonaria são elucidativas:

“Sempre desejei tornar-me Maçom, mas, devido à guerra, não tive antes a oportunidade de ingressar na Ordem. Durante toda a minha vida ouvi falar da Maçonaria e, embora sempre houvesse um certo mistério em torno dela, aprendi que os maçons deste país têm sido um grande auxílio aos pobres e desamparados e têm sido notáveis pelos seus esforços em favor das crianças... Gosto de pensar que, no futuro, poderei estar associado à sua grande obra.”

Essas palavras sintetizam o espírito da Maçonaria: serviço, fraternidade e construção moral. O rei Jorge VI via na Ordem não uma distinção honorífica, mas uma via de aperfeiçoamento e de compromisso com a humanidade. O gesto do rei iniciado por um homem comum simboliza o que há de mais profundo na Maçonaria: a igualdade essencial entre todos os seres humanos, independentemente da posição social, da fortuna ou do título.

A Maçonaria ensina que cada irmão, no seu ofício e nas suas circunstâncias, tem um papel insubstituível na construção do bem comum. Seja na arquitetura das catedrais, nas decisões políticas, nas ações humanitárias ou nos gestos simples da vida familiar, cada maçom leva consigo as ferramentas da virtude, aplicando-as em todas as dimensões da existência.

Enquanto instituição, a Maçonaria conserva o espírito das antigas oficinas: é um espaço de a-

prendizagem, partilha e fraternidade. Cada membro desempenha um papel, mas todos são iguais em dignidade. A hierarquia é funcional e resulta do mérito e do trabalho em Loja. O poder, em Maçonaria, é sempre um dever e nunca um privilégio.

Esse princípio de igualdade e liberdade está simbolicamente refletido num episódio notável da história: os pedreiros escoceses que construíram a Casa Branca, em Washington D.C., recusaram trabalhar com escravos. Exigiram que todos os trabalhadores que erguessem aquele templo da democracia fossem homens livres, reafirmando assim o valor supremo da dignidade humana.

A Loja é, por isso, o reflexo da sociedade que desejamos construir: um espaço de fraternidade, igualdade e liberdade, onde o mérito se mede pela moral e não pelo poder. O trabalho em Loja é a metáfora do trabalho no mundo — o esforço contínuo de aperfeiçoar-se para transformar o que está ao redor:

As regras da Maçonaria — os *landmarks*, a rotatividade do poder, o voto, o respeito pela diversidade e o valor da instrução moral — são pilares das democracias modernas. A presença do Livro Sagrado sobre o altar recorda que toda a ação humana deve estar iluminada pela luz divina e guiada pela consciência.

Os Altos Graus da Maçonaria permitem compreender como se constrói uma sociedade livre e de que forma os princípios da oficina devem inspirar o mundo profano. A Maçonaria é contemporânea dos ideais liberais — liberdade individual, igualdade perante a lei, propriedade privada, livre iniciativa e limitação do poder do Estado através de um governo constitucional e da separação de poderes.

A sua razão de ser encontra-se nas raízes do pensamento iluminista, que via na razão, na ciência e na moral o caminho para o progresso e para a emancipação humana. Ao combater o obscurantismo, o fanatismo e o autoritarismo, a Maçonaria contribuiu para libertar o homem das superstições e das tiranias, promovendo o espírito crítico, a tolerância e o diálogo.

A tolerância e a fraternidade obrigam o maçom a ser um construtor da paz e da harmonia — um homem que trabalha para edificar, com equilíbrio e sabedoria, sociedades livres. Um construtor do reino de Melquisedec, o reino da Justiça.



*Vasco Fonseca, 32.º*



## A Verdade: O Coração e a balança nos temas actuais

Entre os antigos egípcios, acreditava-se que, ao deixar o mundo dos vivos, cada alma seria conduzida à presença de Maat, deusa da Verdade e da Justiça. Diante dela, o coração do homem era colocado em uma balança e pesado contra uma pena. Se o coração fosse leve, símbolo de uma vida reta e justa, a alma seria acolhida. Se, ao contrário, pesasse com as impurezas da mentira e da injustiça, o destino seria o esquecimento.

Essa antiga alegoria fala diretamente à essência do ser humano e à nossa eterna busca pela Verdade. No caminho iniciático, a Verdade não é apenas uma ideia abstrata é o fio condutor que separa a luz das trevas, o conhecimento da ignorância, o justo do injusto, como a alegoria do pavimento mosaico. O verdadeiro iniciado é aquele que, diante da balança da consciência, tem coragem de examinar o próprio coração e assumir suas responsabilidades.

Vivemos tempos em que as leis estão escritas, codificadas e amplamente divulgadas. Elas expressam o ideal humano de convivência justa e harmônica. No entanto, as leis, por si sós, não garantem a justiça. É preciso que existam aqueles que as façam cumprir, juízes, advogados, defensores públicos, polícias, políticos e cidadãos conscientes. A lei sem o espírito que a anima é letra morta.

A busca pela verdade também se tornou um desafio moderno. Em meio à enxurrada de informações, verdades e mentiras misturam-se com facilidade. Estudos recentes demonstram que até mesmo grandes líderes políticos, em diversos países, têm sido apontados como importantes disseminadores de desinformação. Não se trata aqui de tomar partido, mas de reconhecer que a mentira, quando ecoa de posições de poder, causa danos profundos à sociedade.

Mas não são apenas os poderosos que espalham a desinformação. Quantas vezes, ao recebermos uma notícia nas redes sociais, não paramos para refletir sobre sua veracidade? Sem qualquer

critério ou análise, compartilhamos o que nos causa indignação ou agrado, e, de forma inconsciente, ajudamos a propagar a mentira. Nós, que nos consideramos construtores de uma sociedade mais justa e perfeita, acabamos, muitas vezes, nos tornando detratores da verdade seja por uma opinião, por apego a uma ideologia ou simplesmente porque fomos manipulados.

Esse é o peso invisível que recai sobre o coração humano na balança de Maat. Cada ato impensado, cada palavra precipitada e cada mentira compartilhada sem reflexão tornam o coração mais pesado e afastam o homem da luz da Verdade.

Essa busca pela Verdade não é exclusiva da tradição egípcia. Sócrates, há mais de dois mil anos, afirmava: “Só sei que nada sei”. Sua grande missão era levar o outro a perceber sua própria ignorância. Para isso, não entregava respostas prontas, mas fazia perguntas estimulando a reflexão e a consciência. Há aqui um paralelo profundo com o que os deuses egípcios faziam diante das almas: colocar diante delas perguntas, provas e desafios, para que pudessem demonstrar que seus corações eram leves o suficiente para atravessar a pena de Maat.



E é aqui que se encontra uma das perguntas mais profundas que um maçom pode ouvir: “O que vindes aqui fazer?” Essa interrogação, presente no ritual do Primeiro Grau, não é mero formalismo, mas um chamado à introspecção. Ela nos impele a refletir sobre nossa jornada, sobre o nosso propósito e sobre o que desejamos construir em nós mesmos e no mundo.

Responder a essa pergunta é assumir o compromisso de nos tornarmos algo maior: é aceitar o desafio do Devir, o processo contínuo de vir-a-ser. É compreender que a Verdade não é um ponto fixo a ser alcançado uma vez, mas um caminho eterno, exigente e transformador. É perceber que cada pas-

so desta jornada exige vigilância, estudo, autocrítica e coragem para questionar nossas próprias certezas.

Vimos, portanto, não apenas para receber conhecimento, mas para nos colocar à prova, para pesar nossos corações e aprofundar nossa consciência. Vimos trabalhar nossa própria luz, aprimorar nosso espírito e contribuir para uma sociedade mais justa e consciente. Vimos buscar a Verdade, com humildade e responsabilidade, reconhecendo que somos construtores dessa busca.

Assim como a pena de Maat exige equilíbrio, também o maçom é chamado a equilibrar pensamento, ação e intenção. Que possamos responder à pergunta do ritual com clareza: Essa resposta não será igual para todos, mas devemos ter a consciência que se plantamos laranja iremos colher laranja, ou seja, se buscamos uma rua melhor, um bairro, melhor, uma cidade melhor, um País melhor e consequentemente um Mundo Melhor devemos ter essa resposta bem clara em nossa mente e coração.

E que essa busca constante pela Verdade nos guie no nosso vir-a-ser, sustentando não apenas nossos próprios corações, mas também a esperança de um futuro mais digno para toda a humanidade.

### **Bibliografia**

Hutchens, Rex T., *A Bridge To Light*, Supreme Council, 33, South J., 1995

Platão, *Apologia de Sócrates*, Tradução de L. M. da Rocha. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1988.

Lippmann, Walter, *Opinião Pública*, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

*Ronaldo Martins de Paula, 30.º*





# O Real Segredo desvelado

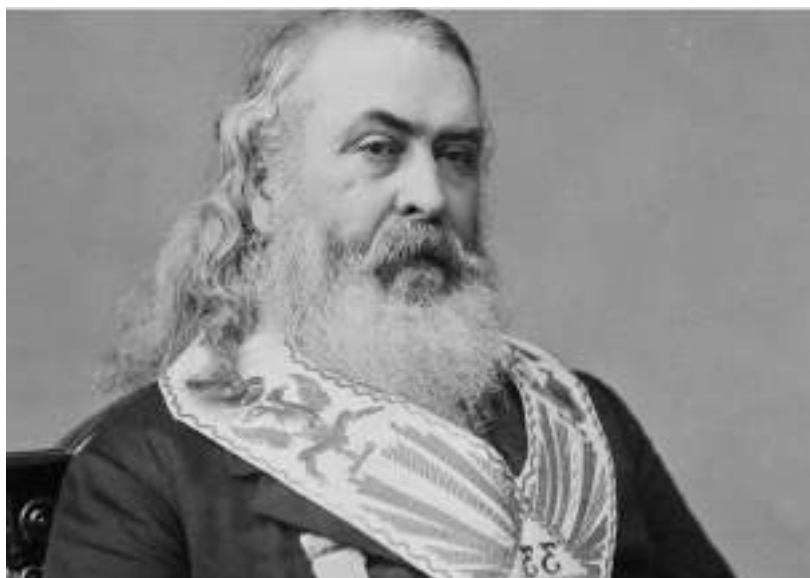
## A verdade metafísica entre a Arquitectura Universal de Pike e a Imanência Divina de Agostinho da Silva

Este balaústre, embora se dirija aos Irmãos que, tendo percorrido a longa e sinuosa senda dos trinta e um graus precedentes do Rito Escocês Antigo e Aceite, chegam ao acampamento simbólico do Grau 32, pode ser útil a todos os que continuam a aventurar-se no Caminho, pois, aqui, no limiar do conhecimento último que o Rito oferece, o iniciado descobre que o final da jornada é, na verdade, o início de uma nova e mais exigente missão. Ele é convocado a alistar-se numa derradeira batalha: uma "nova Cruzada" pela conquista da Verdade. Esta cruzada, no entanto, não é travada com a espada em terras distantes, mas com o intelecto e o espírito no terreno da própria consciência. O seu objetivo não é a conquista de um lugar sagrado exterior, mas a realização de um estado sagrado de ser. O "Real Segredo", portanto, não se revela como uma informação a ser recebida passivamente, mas como uma gnose a ser vivenciada ativamente, uma verdade a ser encarnada.

A jornada do Sublime Príncipe do Real Segredo é marcada por uma tensão filosófica fundamental, que este balaústre se propõe a explorar através de uma análise dialética. De um lado, ergue-se a monumental visão de Albert Pike, tal como delineada na sua obra magna, *Moral e Dogma*. Pike concebe a Verdade Metafísica como uma grandiosa arquitetura universal, um Templo de Sabedoria a ser meticulosamente construído com as melhores pedras de todas as filosofias, religiões e escolas de mistério que a humanidade já conheceu. É uma verdade alcançada através do estudo comparativo, da razão disciplinada e do domínio moral. Do outro lado, encontra-se a perspectiva radicalmente imanente do filósofo e poeta português, o Professor Agostinho da Silva. Para ele, a Verdade não é uma es-

trutura a ser construída, mas uma realidade a ser descoberta como a própria substância do Ser; um "poema divino" do qual já somos parte integrante e inseparável, uma condição a ser realizada através do esvaziamento do ego e da aceitação de um paradoxo existencial.

Esta busca pela Verdade Metafísica ocorre num contexto de profunda crise no pensamento ocidental. Desde o Iluminismo, a Metafísica, entendida como o estudo das realidades que transcendem a natureza física, tem sido progressivamente desconstruída e marginalizada pela filosofia acadêmica e pela ciência empírica. A Maçonaria, e em particular o Rito Escocês, posiciona-se como uma



herdeira das tradições esotéricas que nunca abandonaram esta busca fundamental. Propõe uma via não dogmática, mas simbólica e iniciática, para abordar as questões últimas da existência: a natureza da realidade, do divino e do lugar do homem no cosmos. Este balaústre argumentará que o "Real Segredo", na sua mais profunda acepção, reside precisamente na síntese destas duas abordagens aparentemente contraditórias à Verdade, representadas por Pike e Agostinho.

A própria estrutura simbólica do Grau 32 oferece a chave para esta síntese. A sua linguagem é explicitamente militar: o iniciado encontra-se num "acampamento", é um soldado num "Grande Exército Maçónico" e a sua missão é uma "cruzada". Simultaneamente, o propósito declarado desta campanha é a busca do conhecimento, da sabedoria e da verdade. Uma análise mais atenta revela que esta aparente contradição é, na verdade, uma profunda metáfora. Uma cruzada implica um inimigo a ser combatido. No contexto do universalismo maçónico, este inimigo não pode ser uma força externa, um outro povo, uma outra religião, pois isso violaria os princípios mais básicos da Fraternidade. O inimigo é, portanto, interno. É a ignorância, o fanatismo, o dogmatismo e, como Pike define, "os apetites e paixões" que obscurecem a luz da razão e do espírito. A "batalha" é o rigoroso processo de autoaperfeiçoamento, o estudo diligente e a disciplina moral férrea. A estrutura militar do Grau 32 não é um fim em si mesma, mas representa a organização e a disciplina (o método de Pike) necessárias para preparar o indivíduo para a revelação mística (a realização de Agostinho da Silva). O exército organiza-se para conquistar o "eu" profano, o caos das paixões descontroladas, abrindo assim um espaço interior de silêncio e ordem onde o "eu" divino se pode manifestar.



## A Verdade Segundo Albert Pike: A Construção do Templo da Sabedoria Universal

### O Método de Pike: Sincretismo e Filosofia Perene

A abordagem de Albert Pike à Verdade Metafísica é, antes de mais, um método. A sua obra colossal, *Moral e Dogma do Rito Escocês Antigo e Aceite*, não se apresenta como uma revelação original, mas como um projeto enciclopédico e restaurador. No prefácio, Pike admite abertamente ter sido "quase igualmente Autor e Compilador", extraindo cerca de metade do conteúdo das obras dos "melhores escritores e dos mais filosóficos ou eloquentes pensadores". Esta honestidade intelectual revela o núcleo do seu método: o sincretismo. Pike não procura criar uma nova filosofia, mas sim demonstrar que a Maçonaria é o repositório moderno de uma sabedoria antiga e universal, uma *philosophia perennis* que se manifestou sob diferentes formas ao longo da história.

Para Pike, a Verdade primordial foi fragmentada e velada ao longo dos séculos, dispersa entre as Escolas de Mistérios do Egito e da Grécia, as doutrinas do Gnosticismo e do Hermetismo, a mística da Cabala judaica, e os sistemas filosóficos de Platão, dos Estóicos e das tradições orientais. O trabalho do Maçom do Rito Escocês, guiado por *Moral e Dogma*, é o de um arqueólogo do espírito. Ele deve escavar estas antigas ruínas do pensamento humano, recolher os fragmentos da verdade, limpá-los do entulho do dogma e da superstição, e usá-los para construir o seu próprio Templo interior de sabedoria. A obra de Pike é, portanto, um guia para o estudo, uma provocação intelectual que incita o Maçom a tornar-se um filósofo comparativo, a procurar a unidade subjacente à diversidade das expressões espirituais da humanidade.

### A Natureza da Verdade em Pike: Equilíbrio, Razão e Ordem

Se o método de Pike é o sincretismo, a natureza da Verdade que ele descobre através deste método é a Ordem. Para Pike, a Verdade Metafísica não é um mistério caótico ou inefável; ela manifesta-se como Lei, Harmonia e Equilíbrio. O universo não é um acidente, mas um cosmos inteligentemente ordenado pelo Grande Arquiteto do Universo. Este Grande Arquiteto não é necessariamente o Deus pessoal de uma religião específica, mas o princípio supremo de Razão, Sabedoria e Força que sustenta toda a existência. A Verdade, nesta conceção, não é mística no sentido de ser irracional ou de exigir um salto de fé cega. Pelo contrário, é a mais alta e pura expressão da Razão.

A tarefa do Maçom, portanto, é dupla. Primeiro, deve esforçar-se por compreender estas leis universais que governam tanto o mundo físico quanto o mundo moral. Segundo, deve alinhar a sua própria vida, o seu microcosmo, com a harmonia sublime do cosmos, o macrocosmo. A Verdade é encontrada na harmonia resultante do equilíbrio de forças opostas: luz e trevas, construção e destruição, liberdade e necessidade, misericórdia e justiça. Como ele afirma, "do equilíbrio da Sabedoria e Força infinitas resulta a perfeita Harmonia no universo material e moral". Esta visão estende-se à sua filosofia social e política. No início do capítulo sobre o Grau 32, Pike adverte contra a "Força cega do povo", comparando-a a um ciclone ou a Polifemo cego, uma energia poderosa, mas destrutiva se não for guiada. Esta força, para ser construtiva e gerar progresso real, "deve ser regulada pelo Intelecto". O Intelecto é para a força popular o que "a delgada agulha da bússola é para o navio, a sua alma". Os dois grandes motores da humanidade são a Verdade e o Amor, mas, para que produzam resultados permanentes, devem ser "guiados pelo Intelecto, e regulados pela REGRA do Direito".

## O Real segredo de Pike: A Soberania do Espírito

O culminar da longa jornada filosófica e moral proposta por Pike é a revelação do "RealSegredo". Este segredo, despojado de todo o véu alegórico, não é uma fórmula mágica ou uma doutrina secreta, mas uma conquista interior de profundo significado prático. O próprio ritual do Grau 32, revisto e comentado por Pike, define-o explicitamente como "a vitória do espiritual sobre o humano nos homens, a conquista dos apetites e paixões pelo sentido moral e pela razão". O Sublime Príncipe do Real Segredo é aquele que alcançou o autodomínio, que aprendeu a governar o império de si mesmo. Ele subjugou o caos das suas paixões e colocou-as sob o governo da sua vontade esclarecida pela razão.

Para Pike, a Verdade Metafísica não é um mistério caótico ou inefável; ela manifesta-se como Lei, Harmonia e Equilíbrio.

Esta vitória interior, no entanto, não é um fim em si mesma. É a qualificação necessária para uma missão maior. Ao tornar-se soberano de si mesmo, o Maçom torna-se apto a fazer parte da vanguarda da humanidade, um membro do "Santo Império". Este não é um império territorial, mas um "império de filosofia e moral". É uma república de mentes livres e almas virtuosas, cuja tarefa é liderar o resto da humanidade em direção à Luz, ao progresso, à liberdade de consciência e à justiça social. O segredo é, portanto, duplamente real: é real no indivíduo, como autodomínio, e é real na sociedade, como liderança esclarecida. O Sublime Príncipe é um soldado no exército do progresso humano, armado não com aço, mas com sabedoria, retidão e a determinação de trabalhar incessantemente pela melhoria da humanidade.

A filosofia de Pike, embora universal nos seus princípios éticos, revela-se aristocrática na sua aplicação. A ênfase na necessidade de o "Intelecto" guiar a "Força cega do povo" e o estabelecimento de uma elite de "Sublimes Príncipes" que formam um exército para lutar por esta causa apontam para uma visão que não é inerentemente democrática. A apreensão da Verdade, nesta perspetiva, não é acessível a todos de forma igual. Exige um imenso esforço intelectual, o estudo diligente de obras como *Moral e Dogma* e uma disciplina moral rigorosa que poucos estão dispostos ou são capazes de empreender. Aqueles que o conseguem, os "Príncipes", adquirem não apenas um privilégio, mas um dever solene: o de guiar os outros. Esta é uma visão profundamente enraizada no ideal do "Rei-Filósofo" de Platão e nos valores do Iluminismo, que acreditava no poder de uma vanguarda esclarecida para reformar a sociedade. A Verdade, para Pike, é uma realidade objetiva e estruturada, uma arquitetura cósmica que deve ser apreendida por uma elite intelectual e moral, que depois a implementa para o bem comum.

## A Desconstrução do Deus Transcendente

Se a jornada de Pike é uma ascensão arquitetónica em direção a um cume de Razão e Ordem, a de Agostinho da Silva é um mergulho paradoxal na própria fonte do Ser. O seu pensamento afasta-se deliberadamente tanto do dogma religioso tradicional quanto do niilismo racionalista que caracteriza grande parte da filosofia moderna. A sua conceção de Deus não é a de um Grande Arquiteto, um engenheiro divino que projeta e constrói o universo a partir de um plano exterior a ele. Em vez disso, Deus é descrito como um "sopro cósmico", uma força vital em perpétua autocriação, um processo que ele designa poeticamente como "auto-poiésis".

Nesta visão, a clássica distinção ontológica entre criador e criatura é dissolvida. O mundo não é o efeito de uma causa externa, mas sim "o causar-se de uma causa incausada". A relação não é de fabricação, mas de transformação consubstancial. Como expressam os seus versos, "O mundo é só o poema / em que Deus se transformou". Esta perspectiva aponta para uma imanência total, onde a barreira entre o divino e o mundano é subvertida. Deus não está "em" tudo; Deus *é* o devir de tudo. Esta cosmovisão partilha afinidades profundas com as metafísicas místicas, tanto orientais (como o *Advaita Vedanta* ou o Taoísmo) quanto ocidentais (como as de Mestre Eckhart ou Spinoza), que reconhecem a unidade fundamental de toda a existência.

## A Verdade segundo Agostinho da Silva: O Poema divino do "Ser-Não-Ser"

### A Natureza da Verdade em Agostinho da Silva: Realização e Paradoxo

Num universo onde Deus e o Mundo são consubstanciais, a Verdade não pode ser um conjunto de leis externas a serem aprendidas ou um sistema filosófico a ser construído. A Verdade é uma condição a ser realizada internamente, uma identidade a ser redescoberta. O caminho para esta realização é pavimentado com paradoxos, concebidos não como contradições lógicas, mas como indicadores de uma realidade que transcende a lógica dualista da mente comum.

O paradoxo central é o do "Nada que é Tudo". Agostinho da Silva insiste que o caminho para a plenitude divina passa pelo esvaziamento do eu. "Se eu quiser chegar a Deus/começarei por ser nada". Este "nada" não é a aniquilação niilista, mas a superação da ilusão do ego, do "eu" separado e auto-centrado que se percebe como distinto do resto do universo. É o que as tradições místicas chamam de *kenosis* ou esvaziamento. Este vazio ontológico não é um vácuo, mas sim uma "infinita receptividade", a condição de abertura total que permite acolher a totalidade do divino. Como ele escreve, "de tudo se desprendendo/de ilusões se libertavam/e por já não serem nada/dentro deles Deus brilhava".

A consequência lógica desta premissa é o seu imperativo mais radical: "Sê-te Deus". Esta não é uma blasfêmia arrogante, mas a aceitação final da não-dualidade. Se não há separação fundamental entre o indivíduo e o divino, a busca por Deus termina no reconhecimento da divindade inerente ao próprio buscador. "Crente é pouco sê-te Deus / e para o nada que é tudo / inventa caminhos teus". A Verdade, aqui, revela-se não como submissão a uma lei externa, por mais universal que seja, mas como um ato de suprema liberdade criadora. É a coragem de inventar o próprio caminho, em harmonia com a natureza autocriadora do próprio divino.

### O Real Segredo Agostiniano: A Gnose da Não-Dualidade

Na perspectiva de Agostinho da Silva, o "Real Segredo" seria a experiência direta, imediata e inefável da unidade. Seria a gnose, o conhecimento vivido, de que "Ele existe e não existe / tal a pessoa que sou". O segredo é que não há um segredo a ser *contado*, pois a linguagem, com as suas distinções sujeito-objeto, é inadequada para expressar uma realidade não-dual. Há apenas uma realidade a ser *vivida*. É o reconhecimento de que o buscador, a busca e o buscado são, em essência, uma única e mesma coisa. A Verdade é a dissolução da própria questão, o estado de ser onde se vive "sem tu e sem eu, de igual para igual, num universo inteiramente divino".

Esta abordagem leva a uma reavaliação radical do próprio conceito de "verdade". Agostinho da Silva

introduz a noção de uma "Verdade mentirosa". Esta ideia, que à primeira vista parece cínica, revela-se profundamente subtil. A "mentira" aqui não se opõe à verdade como engano; deriva do seu étimo latino, *mentiri*, que também pode significar "imitar", "simular" ou "ficcional". Nesta aceção, toda a linguagem, toda a arte, toda a filosofia, incluindo o monumental sistema de Pike, são "ficções". São construções humanas, mapas que tentam descrever um território imensurável e vivo. A "Verdade mentirosa" é a ficção que está consciente de si mesma como ficção. É o mapa que, através da sua própria incompletude assumida (uma forma de ironia socrática), aponta para a realidade inefável que está para além de todos os mapas. Assim, Agostinho da Silva não está a propor um sistema metafísico alternativo ao de Pike; ele está a sugerir que o "Real Segredo" pode ser a superação de todos os sistemas metafísicos. A Verdade não é um conceito, nem mesmo o mais sublime, mas a libertação da necessidade de conceitos. É uma gnose anárquica e poética, em contraste com a filosofia arquitetónica e legisladora de Pike.

### O Crisol do Grau 32: Síntese e Interpretação do Real Segredo

A aparente oposição entre a Verdade como uma arquitetura universal a ser construída (Pike) e a Verdade como um poema divino a ser realizado (Agostinho da Silva) encontra o seu ponto de fusão no simbolismo do Grau 32. O ritual deste grau não força uma escolha entre estas duas vias, mas fornece as ferramentas alegóricas para as unificar, revelando-as como duas fases complementares de uma única jornada iniciática. O iniciado é simbolicamente colocado em comunhão com os grandes construtores do pensamento humano. É um convite ao diálogo com a sabedoria acumulada da história. Este é o processo de construir o Templo interior com o conhecimento do mundo, de aprender as leis universais através do estudo, da reflexão e da razão. Representa a fase da *construção*, da acumulação de conhecimento, da disciplina intelectual e do desenvolvimento moral. É o caminho de Pike, que exige que o Maçom se torne um erudito, um filósofo e um legislador de si mesmo, antes de poder aspirar a guiar os outros. É uma jornada através dos reinos espirituais, simbolizando a via mística de Agostinho da Silva. Esta é a fase da *desconstrução e realização*. Não se trata de construir algo novo, mas de se despir do que é falso para revelar o que é eternamente verdadeiro no âmago do ser. É a jornada que leva ao "nada" que é "tudo", à gnose da não-dualidade.

### A Dialética da Verdade Metafísica

A interação destas duas visões pode ser clarificada através de uma comparação direta dos seus conceitos centrais, que abordam as mesmas questões fundamentais a partir de perspetivas radicalmente diferentes, mas potencialmente complementares.

No que diz respeito à **Natureza de Deus**, a perspetiva de Albert Pike apresenta o Grande Arquiteto do Universo, um princípio de Ordem, Razão e Equilíbrio que é transcendental, mas imanente através das Suas leis universais. Em contraste, a visão Agostiniana propõe um "Sopro Cósmico", um processo de autocriação contínua e totalmente imanente, um "poema" divino que é, paradoxalmente, "o nada que é tudo".

Quanto à **Natureza da Verdade**, para Pike, trata-se de um sistema universal de leis morais e filosóficas, objetivo, estruturado e que pode ser descoberto pela Razão. Para Agostinho, a Verdade é uma realização existencial da unidade com o divino, sendo subjetiva, paradoxal e vivencial, uma "ficção criadora" que aponta para o inefável.

**O Papel do Homem** também difere significativamente. Na arquitetura de Pike, o homem é um co-construtor, um soldado da Verdade que deve aperfeiçoar-se a si mesmo e ao mundo através da virtude e da ação disciplinada. Na poética Agostiniana, o homem é um microcosmo do divino, uma manifestação do "poema" da existência, que deve despir-se das ilusões do ego para realizar a sua natureza divina inerente.

Finalmente, **O "Real Segredo"** revela a culminação de cada via. Para Pike, é o domínio da parte espiritual e racional do homem sobre a sua natureza material e passional, capacitando-o a liderar a humanidade rumo ao progresso. Para Agostinho da Silva, o segredo é a consciência da não-dualidade, a experiência gnóstica da consubstancialidade entre o eu, o mundo e o divino, que leva à libertação da ilusão do "eu" separado.

## O Caminho e o Destino

O "Real Segredo" não reside na escolha de uma coluna em detrimento da outra, mas na compreensão da sua relação complementar, sequencial e necessária. A disciplina rigorosa, o estudo aprofundado, a estrutura moral e a ação no mundo propostas por Pike, simbolizadas pela formação do "Exército Maçônico" e pela comunhão com os filósofos, são o *caminho*, o veículo indispensável para a jornada. É o trabalho alquímico de desbastar a Pedra Bruta do eu, de dar forma ao caos interior, de construir um Templo digno. É a preparação indispensável.

Por sua vez, a libertação espiritual, a realização mística e a gnose da unidade propostas por Agostinho da Silva, simbolizadas pela jornada de Dante, são o *destino*, a vitória final da "Cruzada" interior. É a descoberta de que a Pedra, uma vez perfeitamente polida, não é apenas uma obra de arte, mas um altar para a divindade interior que sempre lá esteve. É a consagração do Templo.

Não se pode alcançar a liberdade poética e anárquica de Agostinho sem primeiro passar pela disciplina arquitetônica e rigorosa de Pike. Tentar o contrário seria cair no abismo do sentimentalismo vago, da autoilusão espiritual e do quietismo irresponsável. A estrutura de Pike protege o místico do delírio e ancora-o na realidade do serviço ao próximo. A gnose de Agostinho, por sua vez, impede que a estrutura de Pike se torne uma prisão de rigidez intelectual e orgulho moral, infundindo-a com a vida, o amor e a liberdade do Espírito.

## O Sublime Príncipe como Vértice do Equilíbrio

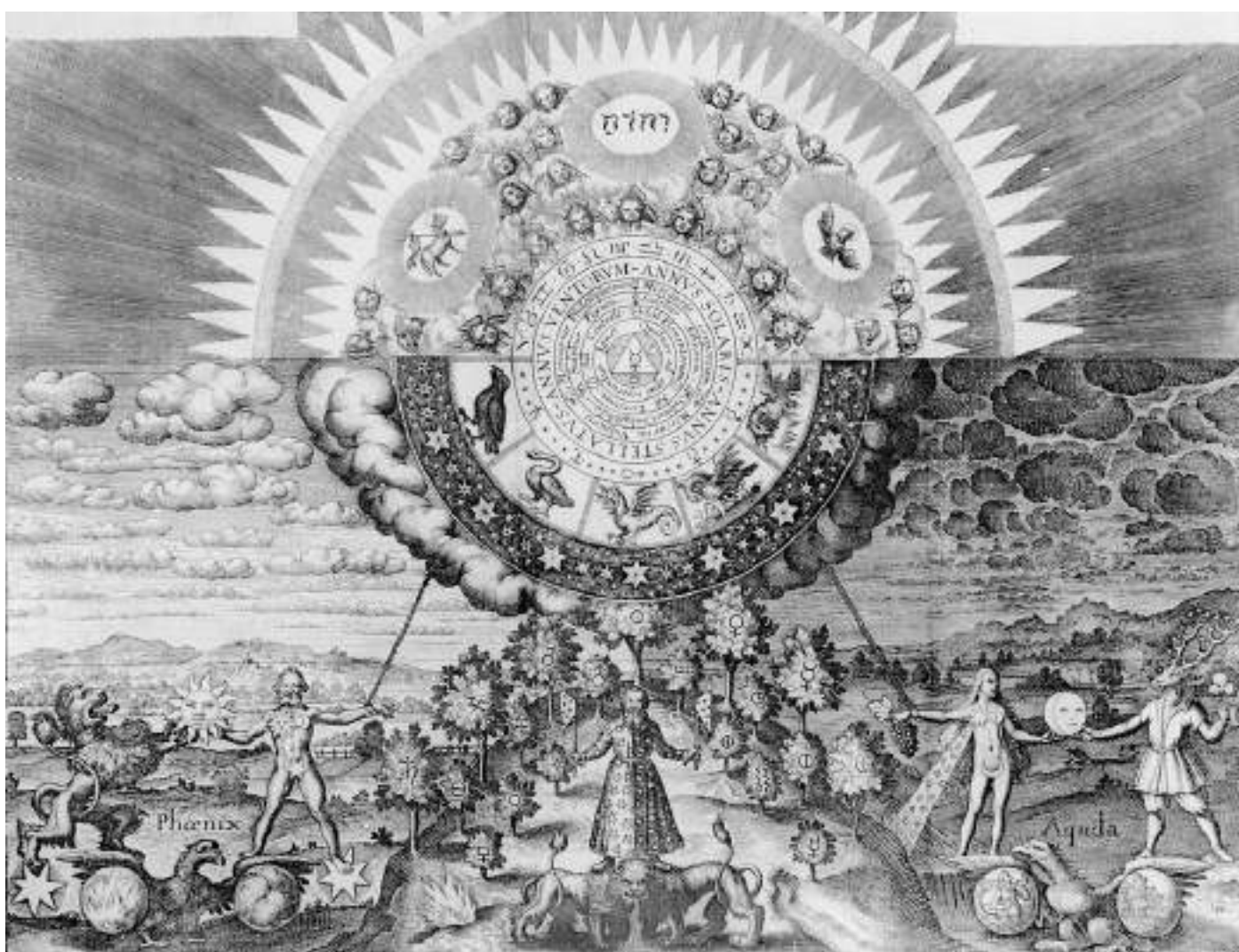
O verdadeiro Sublime Príncipe do Real Segredo emerge, assim, como a personificação viva desta síntese. Ele não é apenas um filósofo ou apenas um místico; ele é a união de ambos. Ele é o "Rei-Filósofo" de Pike, que compreende a estrutura racional do universo e age no mundo com sabedoria, justiça e eficácia, trabalhando para a construção de uma sociedade mais iluminada. E é, simultaneamente, o "Místico-Poeta" de Agostinho da Silva, que vivencia a sua unidade fundamental com toda a existência, encontrando o divino não apenas nos textos sagrados, mas no voo de um pássaro e no rosto de um Irmão. Ele é um líder eficaz no mundo precisamente porque sabe que, na sua essência mais profunda, não está separado dele. A sua ação não nasce do ego ou da ambição, mas de um sentimento de compaixão que brota da experiência da unidade.

O Real Segredo, portanto, não é um dogma estático a ser acreditado, nem uma fuga mística das responsabilidades do mundo. É o equilíbrio dinâmico e constante entre a ação e a contemplação, en-

tre a construção do Templo exterior (a sociedade humana, aperfeiçoada pela justiça e pela fraternidade) e a realização do Templo interior (a consciência da divindade imanente). É a capacidade de manusear a Trolha com a mesma mestria com que se contempla o silêncio.

Após comungar com os filósofos na gruta da sabedoria (a via de Pike) e percorrer os reinos da alma na jornada de Dante (a via Agostiniana), o iniciado está finalmente apto a contemplar a Estrela Flamejante, o símbolo que aguarda no final do caminho. Esta Estrela, no contexto desta síntese, não é apenas um símbolo do homem aperfeiçoado ou da luz da razão. Ela representa o ponto de fusão onde o macrocosmo (a arquitetura universal de Pike) e o microcosmo (o poema divino de Agostinho) se encontram e se reconhecem mutuamente. É o símbolo da gnose alcançada, a Luz final que ilumina tanto a estrutura ordenada do universo quanto a liberdade criadora da alma. O Real Segredo é saber que a Estrela que brilha nos céus é a mesma que brilha no centro do nosso próprio ser. A Verdade Metafísica não é um destino a ser alcançado no fim dos tempos, mas o próprio caminho do equilíbrio, percorrido a cada passo pelo Sublime Príncipe, o soldado da Razão e o amante do Divino.

*André Goulão, 32.º*



## A Viagem do herói maçom

“A verdade é só uma, os sábios falam dela sob muitos nomes.”

*Vedas Indianos*

*O mito é o nada que é tudo* escreveu Fernando Pessoa. Ora, sabemos que em todo o mundo, em todas as épocas e sob todas as circunstâncias, os mitos humanos, considerando estes como aberturas secretas através das quais as energias inexoráveis do cosmos influenciam as manifestações culturais humanas, sempre existiram. Religiões, filosofias, expressões artísticas, formas sociais e até os sonhos do homem, emanaram do elo básico e mágico do mito. O sonho é o mito personalizado e o mito é o sonho despersonalizado, como bem assinalou Joseph Campbell.

Os próprios ritos a que chamamos de passagem, porque as pessoas em causa “morrem” para uma parte do seu passado e renascem para um novo futuro, como as cerimónias de iniciação ou até mesmo as do nascimento, da adolescência, do casamento e até do funeral, são exercícios formais, e por vezes severos, de rutura, que pretendem tocar, não só o indivíduo, mas também todos os membros do seu círculo familiar e amigos, foram influenciados por fontes míticas.

E dos mitos nascem os heróis, aqueles que pelos seus feitos, como disse Camões, *se vão da lei da morte libertando*, que aceitam uma submissão auto-conquistada e irrompem em direção à experiência e assimilação direta, a que Jung chamou de imagens arquetípicas e os budistas de *viveka*, ou seja, discernimento. O herói é, portanto, o homem ou a mulher que lutou e ultrapassou as suas limitações históricas pessoais e locais, para chegar às formas válidas e humanas, como seres perfeitos e universais.

E, todos os heróis de todos os tempos que nos precederam, seguiram fios de Ariadne e percorreram labirintos. E quando pensavam encontrar abominações, encontraram deuses; quando pensaram matar outros, mataram-se a si próprios; quando pensaram viajar para fora, chegaram ao centro da sua própria existência; quando pensaram estar sozinhos, estavam com o mundo inteiro. O herói é um símbolo da imagem divina criadora e redentora que está oculta dentro de todos nós, à espera de ser conhecida e vivificada. Ora, comparadas com as vidas desses heróis, as nossas pequenas histórias de vida parecem, verdadeiramente, insignificantes.

A Jornada do Herói é assim um modelo narrativo identificado pelo mitólogo que atrás já referi, Joseph Campbell, no livro *O Herói de Mil Faces* (1949). Campbell percebeu que mitos, lendas e histórias de diferentes culturas seguem uma mesma estrutura básica: a trajetória de um protagonista que parte de sua vida comum, enfrenta desafios transformadores e regressa mudado, trazendo algo de valor para si ou para a sua comunidade, tornando evidente como histórias de transformação funcionam, explorando temas universais de coragem, sacrifício e crescimento pessoal.

A primeira etapa desta jornada mitológica dos heróis é designada por “chamamento à aventura”, tal significando que o destino convocou o herói, aquele que respondeu ao chamamento, e transferiu o seu centro de gravidade espiritual, de dentro da sociedade para territórios desconhecidos. Mas, frequentemente, na vida real, e não raro nos mitos e contos populares, encontramos o caso do chamamento não correspondido quando por diversas circunstâncias, o indivíduo perde o poder de uma ação afirmativa e se torna uma vítima, pois a recusa do chamamento converte a aventura no seu negativo. Como diz o provérbio: *a imprudência dos ingénuos dá cabo deles; a despreocupação dos insensatos os perderá*. Os mitos e os contos deixam claro que a recusa decorre de nos negarmos a abrir mão do que consideramos ser do nosso interesse e por vermos o futuro, como se o nosso presente sistema de ideais, virtudes e objetivos, devesse ser fixo e seguro.

Na Maçonaria, este chamamento à aventura corresponde ao convite feito ao profano para ingressar na Ordem e ser iniciado e que este aceita por sentir a necessidade de buscar conhecimento, autotransformação e fraternidade. A segunda etapa designada por Travessia do limiar corresponde à Cerimónia de iniciação. O herói precisa deixar o mundo comum e atravessar um limiar simbólico. O candidato vendado, despojado de metais, passa pela prova dos elementos, sendo conduzido de um “estado profano” para um “estado iniciático”.

Ora, toda a Iniciação Maçónica deve corresponder a uma lenda posta em ação, a um comentário histórico e a um ensinamento moral e filosófico. A lenda de Hiram predomina em vários graus, enquanto noutros podemos assinalar, a título de exemplo, o drama de Jacques de Molay, a vida de Buda, certas lendas épicas dos Caldeus, como a descida de Istar aos infernos, o dilúvio de Noé, a tradição bíblica relativa a Zorobabel. Mas, como escreveu Albert Pike nos seus comentários sobre o Grau 32, *“Nenhum Maçom está completamente investido de um Grau qualquer se não estudou as instruções, e ninguém pode plenamente apreciar um Grau, se não assimilou tudo que o precedeu”*.

Para aqueles que não recusaram o chamamento o primeiro encontro da jornada do herói é com uma figura protetora, geralmente com mais idade e experiência, uma espécie de ajudante sobrenatural, que lhe fornece certos meios para enfrentar as forças contrárias. Nas altas mitologias, este ajudante assume a figura de guia, de professor, de barqueiro condutor das almas para o Além. No mito clássico este é Hermes-Mercúrio; na mitologia egípcia é Tot, o deus Íbis e no cristianismo é o Espírito Santo.



As etapas seguintes correspondem a Provas, através de aliados e inimigos. O herói encontra desafios, companheiros e mestres que o ajudam a crescer.

O iniciado, como aprendiz, enfrenta provas morais e intelectuais, recebe instrução de irmãos mais experientes, principalmente do 2º Vigilante, aprende a trabalhar a “pedra bruta” da sua própria imperfeição, correspondendo a Loja à sua comunidade de aliados.

Na etapa da Aproximação da Caverna Oculta, o herói maçom prepara-se para o confronto decisivo com os seus medos. Na Maçonaria, essa etapa reflete-se no estudo dos símbolos e rituais que levam o maçom a encarar-se a si mesmo: silenciar, meditar, depurar vaidades e preconceitos. Na etapa seguinte da Provação Suprema, o herói maçom passa pela grande provação, morrendo simbolicamente para renascer transformado, sendo esta experiência vivida não só na iniciação do grau 1, mas também no grau 3 e em graus posteriores dos Altos Graus, estabelecendo-se um paralelo com a lenda de Hiram Abiff, onde o maçom é convidado a refletir sobre a morte e a imortalidade da alma, numa experiência de “morrer para o profano e renascer para a luz”.

Na Maçonaria, no Grau 28, os Cavaleiros do Sol depois de iniciados através do hermetismo nos mistérios do invencível MITRA, aprendem a subir os 7 degraus da Montanha Santa praticando a Lei do dever, de acordo com a divisa tradicional dos discípulos de Zoroastro. "Bons pensamentos e boas acções".

Por sua vez, os Cavaleiros Kadosh, depositários da doutrina secreta dos Templários, após terem subido e descido os degraus da escada dupla que conduz ao conhecimento do Homem e do Universo, renovam o Juramento de vingar De Molay, combatendo sem cessar, pelas armas da Razão e da Liberdade, o absolutismo político e religioso de que foi vítima a Ordem do Templo.

A etapa da Recompensa corresponde à Iluminação e aquisição da sabedoria. O herói maçom conquista o “elixir” ou tesouro espiritual e, ao avançar nos graus, conquista conhecimento, virtude e luz interior. A recompensa é a sabedoria que deve ser aplicada na vida profana, irradiando valores de justiça, fraternidade e verdade. Por fim, temos a etapa derradeira do Retorno com o Elixir. O herói maçom retorna ao mundo comum, à sociedade profana, para compartilhar o que aprendeu com a missão de aplicar os princípios maçônicos no cotidiano, sendo um exemplo de retidão, serviço e fraternidade.



A mesma lição é-nos dada no Grau 30, quando aprendemos que a Liberdade é, antes de tudo, a Liberdade de consciência com todos os seus corolários, prosseguindo, no Grau 31, com o conceito de

Justiça ideal, tão frequentemente desconhecida, quer no passado quer nos dias de hoje, e que não só desafia, como entra mesmo em confronto com a Justiça dos homens. Aliás, é também no Grau 31, que os Insp. Inq. Comendadores, invocando lembranças, não da infame e cruel inquisição papal, mas da Santa Vêhme que figura entre as origens da Maçonaria moderna, afirmam que “a organização de uma justiça adequada, imparcial e independente é a primeira necessidade das sociedades humanas.” Por mim, acrescento, como defendia Platão, que “não se deve dizer que a Justiça consiste em fazer bem aos seus amigos e mal aos seus inimigos, porque justo é aquele que vive em perfeita harmonia consigo mesmo, com os seus semelhantes e com a Ordem do Universo”.

Ora, tendo as personificações do seu destino para o guiar, o herói avançará na sua aventura até chegar ao “guardião do limiar” que o espera na zona do poder ampliado. Esse guardião delimita o mundo nas quatro direções e em cima e em baixo, representando os limites da esfera do herói ou o seu horizonte de vida. Depois deles está a escuridão, o desconhecido e o perigo. Os marinheiros de Vasco da Gama ou de Colombo, para romperem o horizonte medieval naquilo que pensavam ser o oceano sem limites, tiveram de ser persuadidos e instigados como crianças, para vencerem os seus medos das sereias, dos dragões e outros monstros das profundezas. Não é por acaso que, nas suas entradas ou acessos, os templos sejam flanqueados e defendidos por gárgulas, dragões, leões ou outros demónios que funcionam como guardiões do limiar, para afugentar todos aqueles que são incapazes de encontrar os mais altos silêncios no seu interior. Na verdade, as regiões do desconhecido são campos livres para a projeção de conteúdos inconscientes. As aventuras são sempre uma passagem do conhecido em direção ao desconhecido.

Mas o herói, tendo conseguido atravessar o limiar, vai-se mover numa paisagem onírica de formas ambíguas e fluidas, em que deve sobreviver a uma sucessão de provações. O herói empreendeu a perigosa jornada para o interior das trevas, descendo voluntariamente pelas vias tortuosas do seu próprio labirinto espiritual, no sentido da autopurificação, limpando os sentidos e concentrando as suas energias e interesses em algo de transcendente. Este é o estado divino que o herói humano atinge quando supera os últimos terrores da ignorância, num potencial de libertação interior. Assim o herói, como aliás qualquer individuo, enfrenta a sua luta interior entre o desejo de viver (eros ou libido) e o desejo de morte (thanatos) e liberta-se, não reajustando o desejo e a hostilidade, mas extinguindo-os na sua raiz, através do nirvana, onde pensamento desaparece e a mente repousa. *A forma é o vazio e o vazio é a forma*, dizem os budistas. Liberta-se assim, em vida, sem desejos, compassivo e sábio, vendo todas as coisas com igual consideração, contempla-se em si próprio em todos os seres e todos os seres em si próprio.

E desta forma, vive com Deus. Às vezes tolo, às vezes sábio. Às vezes possuído por um esplendor, às vezes errante, às vezes imóvel, às vezes benigno, às vezes insultado, às vezes ignorado, assim vive o homem maçom realizado e feliz. Como um ator, qualquer que seja o seu papel, conhece o imperecível e nada mais.

No fundo, em cada Grau da maçonaria é este conhecimento que julgamos possuir. Porém, em cada Iniciação percebemos que somos o joguete de uma ilusão sempre renovada. A grande lição que se depreende dessas conceções sucessivas é a relatividade dos nossos conhecimentos e é também o carácter incognoscível e impenetrável da realidade absoluta em que vivemos, em que nos movemos e em que estamos. Sob o ponto de vista moral, o Absoluto da Metafísica chama-se ideal, isto é, a Per-

feição que devemos sem cessar procurar, sabendo que jamais a atingiremos, tal é, porém, o único meio de cada vez mais dela nos aproximarmos.

A jornada do herói representa assim os momentos da vida em que se procurou e alcançou a iluminação, se procurou, encontrou e abriu caminho para a luz, além das paredes escuras da sua morte em vida. A vida é o sono dela, a morte é o despertar. Ninguém pode viver e não morrer. Existe apenas o ciclo contínuo do nascimento e da morte. E esta é a sabedoria do fim e do recomeço do mundo.

### Referências:

Campbell, Joseph, *O Herói de Mil Faces*, Odivelas: Alma dos Livros, 2008

Grimm, J. e Grimm, W., *Irmãos Grimm, contos Completos*, Lisboa: Temas e Debates, 2013

Ovídio, *Metamorfoses*, Lisboa: Penguin Random House, 2024

Zimmer, H.R., *Mitos e Símbolos na Civilização Indiana*, Lisboa: Assírio & Alvim, 1997

*Rituais dos Altos Graus*

José António Rousseau, 32.º



## Do Conceito de Grande Arquitecto do Universo

A criação e divulgação da expressão – *G.:A.:D.:U.:* – ainda que seja atribuída, por muitos, à Maçonaria, é de facto bastante mais antiga.

Na Índia, e já na última fase do período védico, onde emerge a tendência para um monoteísmo, *Vishwakarma*, considerado como a Última Realidade, a Divindade Suprema, possuidora de múltiplas faces e olhos, e de estar em todos os lados, é igualmente designado por *...Divino Engenheiro ou Arquitecto do Universo, aquele que tudo fez, que construiu o Universo e os deuses.*<sup>1</sup>

Morenz<sup>2</sup>, um célebre egiptólogo alemão, ainda que controverso, no seu livro acerca da religião egípcia coloca estas palavras na boca do sábio *Amenopop*: *...O Homem é argila e palha. Deus é o chefe da Obra. Ele constrói e destrói todos os dias.*

Fácil será verificar, nesta frase, a similitude com a criação e a morte física do Homem... *Lembra-te Homem que és pó e ao pó voltarás...*

No *Livro de Job (JB 38 4-6)*, *Javé*, o Deus do Antigo Testamento, igualmente pode ser identificado como um *Arquitecto*, quando elabora este conjunto de perguntas: *...Onde é que te encontravas, quando eu fundava a Terra? Faz-me sabê-lo, se tens inteligência ...Quem lhe pôs as medidas, se é que o sabes? Ou quem estendeu sobre ela a corda ...Sobre em quê é que estão fundadas as suas bases, ou quem assentou a sua pedra de esquina?*

Igualmente se encontram nestas questões uma ligação aos instrumentos simbólicos do trabalho maçónico.

*Jesus, o Cristo*, dias antes de morrer, por altura da Páscoa, e em nome do Pai, também refere que pode destruir o Templo de Jerusalém e reconstruí-lo em três dias.

Já mais tarde, por altura da segunda fase da Reforma Protestante e tomando como ponto de partida aquilo que Lutero defendera na Alemanha, João Calvino, no seu livro *L'Institution de la Religion Chrétienne*, que seria publicado pela 1ª vez, em 1536, em Genebra<sup>3</sup>, chama a Deus, por várias vezes, Grande Arquitecto ou Arquitecto do Universo. Ainda que o calvinismo tivesse tido influência na Reforma Suíça, a mesma não seguiu as pisadas iniciais do luteranismo, tal como Calvino, mas sim as orientações do suíço Ulrico Zuínglio ou Huldreich Zwingli.

Para Calvino, profundo conhecedor da Bíblia, a justificação da existência de Deus era desnecessária. A sua evidência estava na própria natureza do Homem (*...todo o homem é pecador por natureza... a salvação é concedida por Deus para as pessoas eleitas...*), bem como na sua complexidade e inteligência... *A natureza, por Deus construída, é a imagem visível de Deus invisível. Por isso, não há necessidade de se ter uma imagem que represente Deus, porque a própria natureza prova a sua existência.* Daí o ter defendido que... *o culto religioso deve ser feito em local simples e sem imagens...*

Philibert de L'Orme<sup>4</sup>, um arquitecto francês proveniente de uma família de construtores e um dos grandes mestres do Renascimento, que estudara em Itália, e tendo por isso estado ao serviço do Papa Paulo III, publica, em 1567, no seu *Tratado Completo da Arte de Construir*, que... *a integridade da arte do traçado provinha de um saber transmitido em segredo, no âmbito das corporações dos construtores...* O que é interessante, é que para de L'Orme, que chega a romper com a tradição dos Mestres Construtores franceses de Catedrais, o Homem não é um ser criador. A Criação é exclusiva de Deus – *... só Deus é o Grande Arquitecto do Universo, enquanto Senhor da Criação.*

Esta expressão será igualmente usada pelo astrónomo alemão, Johannes Kepler<sup>5</sup> no final do séc. XVI, em 1596, no seu *Mysterium Cosmographicum* publicado na Universidade de Tübingen. Na sua exposição, Kepler pensa ter revelado o plano geométrico de Deus para o Universo quando afirma *...o Universo, em si mesmo, é uma imagem de Deus, em que o Sol corresponde ao Pai, a Esfera Estelar ao Filho e o Espaço entre os corpos estelares ao Espírito Santo.* Grande parte da assimilação ou interpretação que Kepler fez do modelo de Nicolau Copérnico está ligada às suas convicções religiosas acerca da relação entre o mundo físico e o espiritual. Para ele *...Deus omnipotente é o Criador e Organizador do Céu e da Terra.*

No *Mysterium* existe igualmente um extenso capítulo, em que Kepler procura fazer a ligação do heliocentrismo com as passagens bíblicas assentes no geocentrismo.

Deste modo se constata que, muitos anos antes das *Constituições de Anderson* serem dadas à estampa, em 1723, seis após a fundação da Grande Loja de Inglaterra, a designação de *G.:A.:D.:U.:* era já um facto conceptual estabelecido, ainda que disperso nos rendilhados das abordagens quanto ao *Princípio de todos os Princípios*, e em especial o da *Antropogénese*.

Se, por um lado, se pode atribuir a estas Constituições o apadrinhamento designativo e divulgativo do termo, por outro, não deixa de ser curioso o facto desta designação - *G.:A.:D.:U.:* – só aparecer escrita uma única vez no seu preâmbulo. Na primeira obrigação/preceito das Constituições, verifica-se que a mesma diz respeito a Deus e à religião, e não ao *G.:A.:D.:U.:*.

A este propósito, Charles Porset, citado por Robert Kalbach<sup>6</sup>, estranha igualmente que a invocação do *G.:A.:D.:U.:* prime pela sua ausência nas actas da Grande Loja de Londres, onde seria expectável a sua existência.

Muito provavelmente, esta situação pode dever-se ao facto de, tanto no séc. XVII, como no início do séc. XVIII, os primeiros maçons serem todos, ou quase todos, cristãos – católicos ou protestantes. Daí, a razão de os antigos manuscritos maçónicos utilizarem muito raramente a expressão de G.: A.: D.: U.:, preferindo ou mantendo a designação de Deus.

Tendo por base vários textos, pode concluir-se que, até à criação da Grande Loja de Londres, em 1717, a maçonaria britânica se orientaria pelos cânones da Religião Cristã ou, até mesmo, da Igreja Católica Romana, tal como se encontra plasmado nos Deveres que as Lojas continham<sup>7</sup> – *The Old Charges* – onde é invocado Deus e a Trilogia Sagrada. No próprio *Manuscrito de Dumfries (1710)*, onde se ensinam as sete artes liberais, a começar pela Aritmética, seguida da Gramática e da Retórica, com as demais fundidas na Geometria, é referido várias vezes – *Nosso Senhor Jesus Cristo – ...e que o aprendiz maçom deve ser fiel a Deus e à Santa Igreja Católica.*

Por razões que se desconhecem, no início dos anos 20 do séc. XVIII, ter-se-á dado uma vandalização dos arquivos das Lojas de Inglaterra, tendo subsistido, apenas, a *Nova carta da Maçonaria Moderna*, designada pelas *Constituições de Anderson*, publicadas, como se disse, em 1723, e redigidas por dois pastores protestantes – James Anderson e Teóphilus Desaguliers. Neste texto já não se encontra a menor referência a Deus nem ao cristianismo, chegando a afirmar-se (*Anderson*) – *...que no cume da glória de Roma, no reinado de César Augusto, nasce o Messias, o Grande Arquitecto da Igreja e do Mundo.* Adivinhava-se, então, uma rotura conceptual, relativamente aos *Old Charges* ou *Antigos Deveres*, compostos por vários documentos e manuscritos – *D. Regius*, de 1390; *Mscrito. de Cook*, de 1410; *Mscrito. da Grand Lodge nº1*, de 1583; *Mscrito. de William Watson*, de 1687; *Mscrito. de Dumfries*, de 1710 – que viria até aos dias de hoje.

Só para se fazer uma ideia, enquanto no *Mscrito. de Dumfries*, o mais recente dos Antigos, se encontram escritas (*Jonh Dee ?*)<sup>7</sup> as seguintes advertências – *...o maçom não deve ser tentado pela idolatria, mas honrar e adorar sinceramente o Grande Arquitecto do Céu e da Terra, fonte e origem de todo o Bem... e que deu ao Homem o meio de medir a sua onnipotência, com maior exactidão da sua inteligência, para que tenha ainda mais horror ao ofendê-lo... , nas *Constituições de 1723*, no seu Art 1º, afirma-se apenas que – *um maçom é obrigado, pela sua condição, a obedecer à lei moral, e que, se compreender bem a Arte, nunca será um ateu estúpido nem um libertino irreligioso...**

Para Anderson e outros maçons só existia uma única obrigação religiosa – que era a de seguir *...aquela religião, sobre a qual todos os homens estão de acordo – serem homens de bem e leais, e homens de honra e probidade.*

Na verdade, nas *Constituições de Anderson* já não se faz a evocação a Deus, nem é mencionada a catequese acerca do *Pecado Original* e da *Vida Celestial* para além da Morte, nem tão pouco a existência do Inferno. Apenas se assume a existência de uma (*nova*) moral humana *muito “abrangente”*, no dizer de Kolbach<sup>6</sup>. Mas a pedra de toque do conflito com a Igreja Católica, assim como com outras religiões, prende-se com o facto de as *Constituições* irem no sentido de que nenhuma religião seria mais verdadeira do que as outras, ou seja, no caso vertente do *Catolicismo Apostólico Romano*, o mesmo deixaria de constituir a única verdade estabelecida, uma vez que, do ponto de vista maçónico, todas as religiões estariam em pé de igualdade.

Claro que as condenações a esta posição não se fizeram esperar. A primeira surge em 1738,

Clemente XII, com a bula *In Eminenti Apostulatus Specula*, a que se seguiu Bento XIV, em 1751, com a encíclica *Providas* e Leão XIII, em 1884, com a encíclica *Humanum Genus*. Ainda, em termos do Direito Canónico, em 1917, é expresso que qualquer católico que pertencesse a uma loja maçónica, seria imediatamente excomungado. Esta interdição será reiterada, em 1981, pelo então cardeal Ratzinger, e em 2007, já como Papa Bento XVI.

Mas não foi somente o Vaticano a demonizar a Maçonaria. Algumas confissões protestantes, como a *Metodista* e a *Baptista*, de entre outras, afirmaram que era incompatível a pertença dos seus fiéis à Maçonaria.

Os muçulmanos só mais recentemente aderiram às críticas, impondo, inclusivamente, *fatwas* que proibiam a pertença à maçonaria por parte dos seus crentes<sup>6</sup>. Felizmente que os países menos radicais não aderiram como é o caso de Marrocos, da Tunísia e da Turquia.

É na 2ª metade do séc. XVIII e na 1ª do séc. XIX, quando a Maçonaria se abriu aos praticantes de outras religiões e a outras concepções<sup>7</sup>, particularmente as deístas, que a expressão G.:A.:D.:U.: passa a ser cada vez mais utilizada, substituindo a palavra Deus.

As *Constituições de Anderson* tiveram, desde a sua concepção, vários tipos de adaptações e de traduções, chegando, por via disso, a ser recusadas por certas obediências, como sucedeu com a Grande Loja de Berlim, em 1770.

Um processo idêntico veio a desenvolver-se na *Grande Loja dos Antigos (1751-1813)*, rival da Grande Loja de Londres, baptizada pelos primeiros como a *Loja dos Modernos*.

Ora, nestes primeiros tempos, diga-se em abono da verdade, a abordagem da questão religiosa, na literatura e no pensamento maçónico do séc. XVIII, era, de certa forma, um pouco confusa, porquanto tanto se afirmava que *o maçom deve praticar a religião do seu país* – o que equivalia, ao tempo, dizer – pertencer a, ou ser crente de, uma religião cristã – como que... “*como bom noaquita pode alargar a escolha aos outros monoteísmos históricos, como o judaísmo...*”

Anos mais tarde, com a união entre os Antigos e os Modernos, em 1813, dando corpo à Grande Loja Unida de Inglaterra, o Artigo 1º passa a ter a seguinte redacção *...Seja qual for a religião do homem, ou a sua prática de culto, não é excluído da Ordem, desde que creia no Glorioso Arquitecto do Céu e da Terra...* Esta redacção era, de certa forma, mais aberta e pretendia fazer uma ponte entre o que era defendido pelos Antigos – a crença em um Criador – e o que era pretendido pelos Modernos.

Trata-se, na verdade, de uma necessidade de, nessa altura, estender o *conceptio maçónico* a um campo mais vasto do que o cristão, desde que fosse efectivamente comum às Religiões do Livro.

Apesar deste aparente corte com o cristianismo britânico, em 1849 houve um agudizar de posições com o Grande Oriente de França, devido à redacção, de concepção liberal, do seu 1º Artigo dos Deveres, quanto à crença no G.:A.:D.:U.:.

A polémica estava lançada, de tal forma que, em 1875, o Congresso de Lausanne declarava que a Maçonaria tinha por doutrina o reconhecimento de uma *Força Superior*, proclamando a sua existência com o nome de G.:A.:D.:U.:. Contudo, esta pronúnciação, que pretendia acalmar os ânimos e estabelecer um fio condutor à Ordem, acabou por agudizar ainda mais a questão, relativamente a algumas das obediências que já tinham suprimido a referência obrigatória ao G.:A.:D.:U.: como os

Grandes Orientes da Bélgica, em 1872, da Itália, em 1874, a que se seguiria, mais tarde, o da França, em 1877<sup>8</sup>.

Perante estes dados, e sobretudo por causa da França, surge do outro lado da Mancha uma reacção, não tanto de cariz místico-filosófica, mas mais de timbre político, da G.:L.:U.: da Inglaterra que, indo mais longe, recusa, a partir desse momento, reconhecer como autênticos II.:, aqueles que tivessem sido iniciados em Lojas que negassem ou ignorassem a crença no G.:A.:D.:U.:.

Ainda que o Universo Maçónico não se tivesse cindido, o facto é que as obediências britânicas recusaram-se, então, a reconhecer várias obediências como regulares. Entretanto, os *americanos*, com uma política de maior latitude, mantiveram várias formas de reconhecimento, incluindo outras obediências mais “liberais”.

De toda esta problemática de posições conceptuais, acaba por surgir a criação de outros ritos, ou Organizações Maçónicas, como o RER, o REAA, a par da existência, no sul da Europa e na América Latina, de uma manta de retalhos de obediências. Concomitantemente, na Ásia, as obediências britânicas, tendo que engolir, muito provavelmente alguns sapos, ao dar o dito por não dito, ainda que muito debilmente, começavam a dar provas de maior abertura, chegando ao ponto de se poder officiar, no mesmo Templo, com *7 Livros Sagrados*: as duas *Bíblías* – a cristã e a judaica – o *Alcorão*, o *Dhammapada* dos Budistas, o *Bhagavad-Gita* hinduísta, o *Avesta Zenda* Zoroastrista...

Em 1929, a G.:L.:U.: *de Inglaterra* volta a manifestar-se, desta vez contra a recém *Aliança Maçónica Internacional (AMI)*, criada em Genebra, em 1921, com o patrocínio de 41 obediências americanas e europeias. Apesar da AMI ter sido criada em Genebra, a G.:L.: Alpina pronuncia-se a favor da G.:L.:U.: de Inglaterra, a favor da *invocação do G.:A.:D.:U.:* e da presença do *Livro Sagrado* nos Trabalhos Rituais. Esta posição iria levar, mais tarde, já em 1950, à auto-dissolução da AMI.

Neste caldo maçónico hodierno e cheio de ondulações, existem, como se pôde constatar, inúmeras posturas sobre a questão do G.:A.:D.:U. Ainda que, simbolisticamente, haja um somatório de representações ou de interpretações, relativamente ao conceito, e ao contrário do que alguns pretendem demonstrar, o mesmo é bastante lato e, por isso mesmo, representa um verdadeiro factor de União, de Fraternidade, de reconhecimento mútuo da Razão entre os Homens de Bem.

Permitam-me então que, ao finalizar este balaústre, Vos proponha uma prece que bem espelha a dimensão do G.:A.:D.:U, assente naquela descrita por vários autores, como tendo sido publicada em 1760, na Irlanda, na *Three Distinct Knocks*:

*Ao Senhor Deus Grande e Universal Masson do Mundo e primeiro construtor do Homem, como se ele fosse um Templo, que nos ajude nos nossos trabalhos de embelezamento desse Templo, para que a Sociedade possa atingir a Catedral da Paz, da Harmonia e da Fraternidade.*

## Notas e Bibliografia

1. *Viswakarma* é igualmente considerado como *Brahma* de cujo umbigo emanariam todas as coisas visíveis e que ajudou *Tvashtar* – a sua forma ou criação de poder visível – a criar os Reinos do Céu e da Terra.
2. Morentz, S. (1992): *Egyptian Religion, Cornell University Press 380 pp.*

3. João Calvino era inicialmente católico, tendo-se convertido ao luteranismo em 1533. Posteriormente, tendo sido perseguido em França refugiou-se em Genebra em 1536. Para além de *Instituição da religião Cristã* publicou mais 3 obras.
4. *Encyclopaedia Britannica: Philibert de L'Orme*. Consultar igualmente Pauwells, Y (2008): *Aux Marges de la Règle: Essai sur les Ordres d'Architecture à la Renaissance*, Warve Mardaga Ed.
5. Voelkel, J. R (1999): *Johannes Kepler and the New Astronomy*, Oxford University Press, 144pp. *Johannes Kepler* texto da AMES Research Center da NASA .
6. Kalbach, R. (2012): *O Grande Arquiteto do Universo, do símbolo à fractura*, Ed. Campo da Comunicação, 182 pp.
7. Négrier, P. (1996): *Textes fondateurs de la Tradition maçonnique 1390-1760: Introduction à la pensée de la franc-maçonnerie primitive. Les Ecritures Sacrées*, Paris, Bernard Grasset, 381pp .
8. Kinney, J. (2010): *O Mito Maçónico*. Edições Saída de Emergência. 287pp.

J. Sérgio, 33.º



## O Templo da Consciência

*As plataformas têm proprietário. A consciência não pode ter dono.*

Há um instante, no princípio de tudo, em que se retira a venda dos olhos ao recipiendário e se lhe pede que aprenda a ver. É o gesto mais antigo da Ordem e, porventura, o mais ousado de todos. Não se entrega ao iniciado uma verdade. Entrega-se-lhe uma faculdade: a de olhar por si, medir por si, distinguir por si a luz das trevas sem que mão alheia lho dite. Tudo o resto, o esquadro e o compasso, o fio-de-prumo e o nível, o malho e o cinzel, são instrumentos ao serviço dessa exigência primordial. O obreiro não recebe um mundo já feito. Recebe ferramentas para desbastar a pedra que é ele próprio e, através dessa transformação interior, olhar a pedra que é o mundo sem consentir que outro lhe tenha talhado de antemão.

Trago esta imagem a propósito de uma matéria que parece, à primeira vista, distante do Templo. Há poucas semanas escrevi, para a imprensa profana, sobre a Palantir, empresa de software de defesa, e sobre o manifesto com que, em Abril de 2026, tornou pública a sua visão do mundo: o poder deste século construir-se-á sobre software, há culturas que produzem avanços vitais e culturas regressivas, e a questão das armas movidas por inteligência artificial já não é se serão criadas, mas quem as construirá e com que fins. Poderia ter sido uma provocação. Não foi. A mesma empresa que proclamava esta doutrina fornecia, ao mesmo tempo, as plataformas através das quais os Estados Unidos e a NATO aprendem a planear, a classificar e a decidir. O manifesto não ficou no papel. Tornou-se infraestrutura.

O argumento que então defendi era simples e incómodo. A guerra moderna não começa quando o soldado dispara. Começa muito antes, no momento quase invisível em que um sistema aprende que sinais merecem atenção, que padrões parecem suspeitos, que movimentos passam a contar como

ameaça. A soberania, hoje, já não se perde apenas quando uma fronteira é violada. Perde-se quando a própria percepção do perigo passa a depender de instrumentos que outro desenhou, treinou e atualiza à distância. E terminei com uma frase que continua a perseguir-me: durante muito tempo dizia-se que o Ocidente partilhava valores; descobriu-se que partilha sobretudo plataformas, e as plataformas, ao contrário dos valores, têm proprietário.

Foi ao reler essa frase que percebi ter escrito, sem o saber, um problema maçónico. O mais antigo de todos. Porque há uma coisa que nenhum verdadeiro iniciado aceita entregar a quem quer que seja: a soberania da sua própria visão.

A Ordem nasceu, em boa medida, para defender exatamente isto. A definição que os Grão-Mestres fixaram em Estrasburgo, em 1952, descreve a Maçonaria como uma instituição de iniciação espiritual por meio de símbolos. Por baixo da fórmula está uma convicção radical: nenhum poder, religioso, político ou outro, tem o direito de decidir, em nome do homem, aquilo que o homem deve ver como verdadeiro, como justo ou como perigoso. A iniciação é, antes de tudo, uma desprogramação. Trabalha para libertar a consciência dos condicionamentos que a polarizam, do maniqueísmo bi-

nário que parte o mundo em categorias fixas e o entrega já dividido. O iniciado aprende a desconfiar da classificação herdada. Aprende que

**(...) durante muito tempo dizia-se que o Ocidente partilhava valores; descobriu-se que partilha sobretudo plataformas, e as plataformas, ao contrário dos valores, têm proprietário.**

a luz não se recebe pronta. Conquista-se desbastando.

Uma plataforma de apoio à decisão faz precisamente o contrário. Não desprograma. Reprograma. Não devolve ao homem o trabalho de ver: fá-lo por ele e esconde a régua com que o fez. A máquina executa. O obreiro trabalha-se. Aquilo a que chamamos Arte Real nunca foi produzir mais depressa; foi transformar, com consciência, a matéria e o homem que a talha. A plataforma entrega-nos a pedra já medida, já marcada, já interpretada por outra mão, e poupa-nos ao único esforço que nos tornava livres. É a sedução perfeita e a negação exata daquilo que a Ordem entende por trabalho.

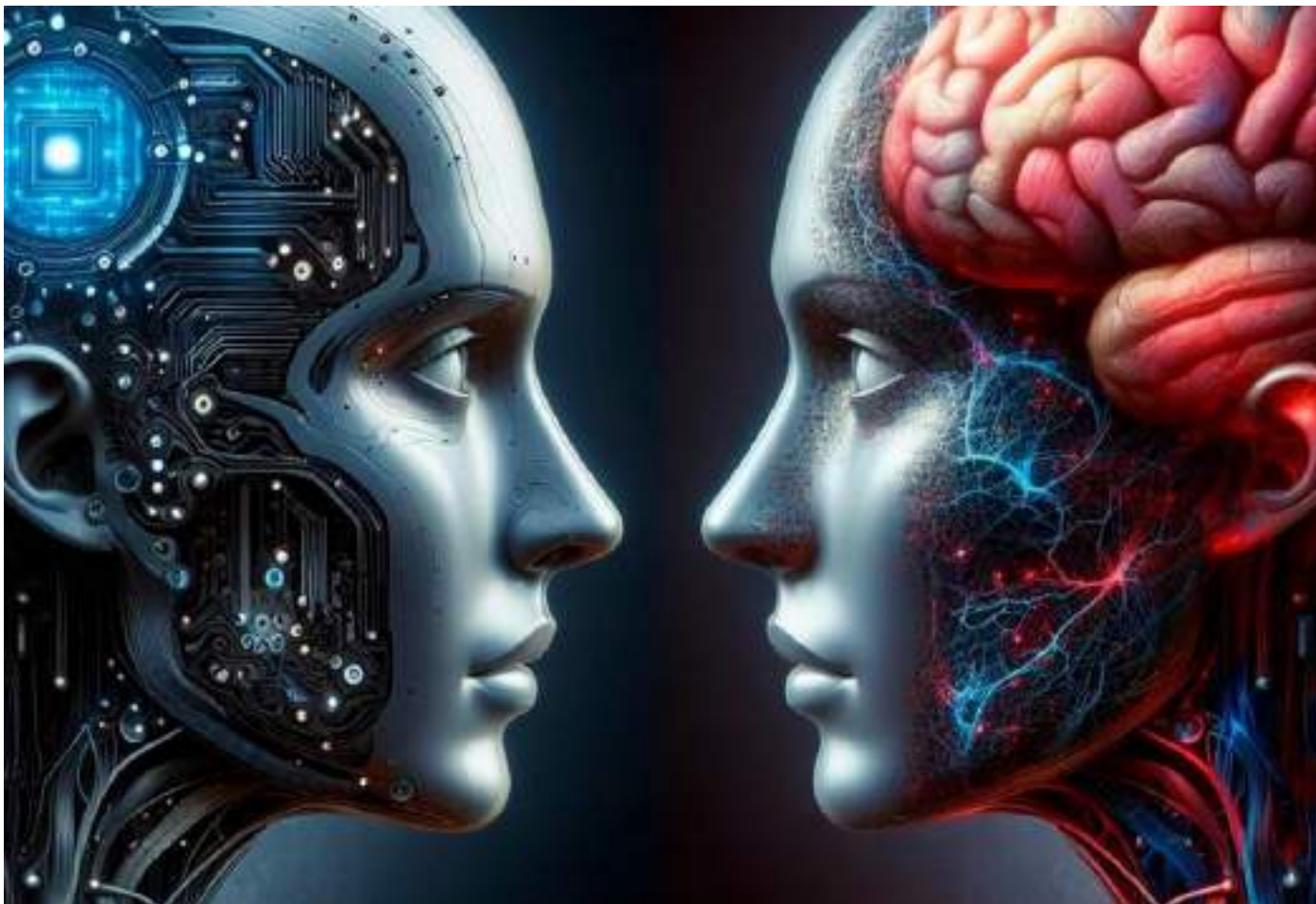


Há uma passagem de Amando Hurtado, no seu *“Por qué soy masón”*, que ganha hoje um sentido que o autor não podia prever. Diz ele que não há iniciação verdadeira onde exista apenas o desenvolvimento de um esquema prefixado, a aceitação de certas verdades dadas como únicas ferramentas de trabalho.

Era uma advertência contra o dogma religioso. Serve, palavra por palavra, contra o dogma que hoje nos chega por outra via. Porque é isso que uma plataforma de inteligência artificial aplica à decisão instala: um esquema prefixado, decidido por quem escreve o código e treina os modelos, sobre o que é sinal e o que é ruído, o que é normal e o que é anómalo, o que é gente e o que é alvo. Uma gramática

ca invisível da decisão. Uma doutrina que ninguém proclama e a que toda a gente obedece. O dogma antigo ao menos anunciava-se como dogma. Este chega-nos em silêncio, sob a forma de atualização de software.

A nossa tradição distingue duas inteligências. Uma classifica: arruma o mundo em categorias prontas e fixa-o. A outra atravessa as aparências e procura, para lá daquilo que os sentidos mostram,



a ideia que os ordena. A iniciação existe para conduzir o homem da primeira à segunda. Uma plataforma faz o inverso: leva a primeira a uma velocidade sobre-humana, etiqueta o mundo e devolve-o etiquetado. Como instrumento, é admirável. Como mestre, é uma catástrofe lenta: quem se habitua a receber o mundo já etiquetado perde, sem dar por isso, o olhar com que se atravessa a etiqueta.

Há, porém, algo que a nossa pedagogia ensina e que nenhuma máquina dirá. A inteligência artificial promete mostrar-nos tudo o que está fora de nós, mais longe, mais depressa, com mais detalhe.

A câmara das reflexões faz o gesto inverso: fecha o recipiendário num quarto de pedra, a sós com o silêncio e com a ideia da própria morte, e manda-o descer onde nenhum sensor entra. Visita

**Uma Europa que regulou a inteligência artificial como valor, mas importou de fora os sistemas que a fazem ver, fez à sua percepção coletiva o que um iniciado jamais faria à sua: confiou a régua a outras mãos.**

o interior da terra, diz a fórmula que os antigos cifraram na palavra V.I.T.R.I.O.L., e retificando encontrarás a pedra oculta. A pedra oculta não está em nenhum dado, em nenhuma imagem de satélite, em nenhum padrão reconhecível. Está no único território que não se externaliza, o templo que cada um levanta dentro de si e que ninguém pode visitar em seu lugar. A máquina recolhe sinais; o iniciado

recolhe-se. A máquina cruza dados; o iniciado cruza-se consigo mesmo. Nenhuma atualização o dispensa dessa descida.

A tradição diz que há uma coisa que o iniciado não pode alienar, nem que queira: a sua liberdade de consciência. Pode aceitar uma disciplina, submeter-se a um ritual, calar-se por prudência. Não pode entregar a outro o direito de decidir, dentro de si, aquilo que vê. O que o caso da Palantir nos obriga a reconhecer é que essa fronteira deixou de ser apenas individual. Tornou-se coletiva, civilizacional. Um Estado que não controla a forma como aprende a ver alienou a sua consciência tão verdadeiramente como o homem que aceita um dogma sem o examinar. E o risco do nosso tempo tem um nome exato: reduzir consciências singulares a perfis operacionais, homens livres a dados úteis, cidadãos a padrões que um sistema reconhece. Uma Europa que regulou a inteligência artificial como valor, mas importou de fora os sistemas que a fazem ver, fez à sua percepção coletiva o que um iniciado jamais faria à sua: confiou a régua a outras mãos.

A nossa Ordem ensina que tudo é solidário de tudo; a plataforma também parte dessa interdependência, mas lê-a ao contrário: onde a tradição vê uma teia de fraternidade, o sistema procura uma teia de suspeita.

Vale a pena descer, por um instante, do plano das ideias ao plano onde isto acontece de facto. Um analista, à frente de um ecrã, numa sala sem janelas. O sistema assinala um padrão, atribui-lhe uma cor, propõe uma leitura. Ele tem três segundos, e mais uma centena de casos por rever. Confirma. Não decidiu nada de novo: ratificou uma decisão tomada meses antes, por alguém que nunca conhecerá, no instante em que se escreveu o que conta como padrão e o que conta como ameaça. Ninguém escolheu, e todos confirmaram.

É assim que a responsabilidade se perde. Na cadeia maçónica, quem decide responde, e responde com o nome e com a consciência. Na cadeia algorítmica dilui-se: entre quem recolheu os dados, quem treinou o modelo, quem vendeu a plataforma e quem desenhou a interface. Quando todos participam na decisão e ninguém a assume, quando se pode sempre dizer que foi o sistema, a responsabilidade deixa de ter rosto, tal como a visão deixa de ter origem. E uma responsabilidade sem rosto é precisamente aquilo contra o qual o iniciado jura trabalhar.

**A disciplina da Ordem vê-se, tem nome, discute-se e pode recusar-se, e uma tradição de que se pode sair não é cárcere nenhum; a grelha da plataforma não se mostra, dificilmente se audita e raramente se abandona; e uma grelha que não se vê nem se pode abandonar é a definição de uma jaula.**

Desde a origem, a Maçonaria quis nomear o princípio ordenador do mundo, o Grande Arquiteto do Universo, sem nunca o definir. Recusou fazer dele um dogma. Manteve-o aberto, suscetível de livre interpretação, justamente para que pudesse unir o que está disperso em vez de separar, e para que ninguém o pudesse possuir. Um princípio que se mantém aberto não tem dono. É essa a sua grandeza.

O que a república tecnológica propõe é uma caricatura profana dessa arquitetura. Também ela nomeia uma ordem do mundo. Mas define-a, fecha-a, hierarquiza-a (culturas que produzem avanços vitais contra culturas regressivas, os nossos contra os outros) e codifica-a na camada operacional

através da qual democracias inteiras passam a ver a ameaça. Onde a Ordem aponta uma arquitetura que ninguém possui, ergue-se uma arquitetura com proprietário, com acionistas, com termos de utilização e com data de validade. Um plano do mundo sem mistério, que decide o que conta como perigo e se atualiza à distância sem que ninguém o tenha escolhido nem o possa auditar. Não é o avesso do sagrado. É algo mais discreto e mais perigoso: a sua imitação útil.

Seria desonesto não fazer, a esta altura, a pergunta que um irmão atento já terá formulado em silêncio. Não estarei eu a iludir-me? A iniciação que tanto exalto não é também ela uma programação? O neófito não inventa o esquadro nem o compasso: recebe-os já carregados de sentido, das mãos de uma autoridade, ordenados por graus, selados por juramento. Toda a tradição que ensina a ver orienta também o olhar. E, no fundo, o homem nunca viu de outro modo, viu sempre através de instrumentos que não fabricou, da escrita ao mapa, do número à própria palavra. Se assim é, onde está a diferença? Por que razão a grelha da Ordem seria libertação, e a da plataforma, captura?

A diferença não está na mediação, porque mediação há sempre, e a Ordem nunca escondeu. Está noutra coisa, e em três tempos. O símbolo é entregue aberto, para ser interpretado e até contestado ao longo de uma vida; a categoria operacional é entregue fechada, para ser obedecida. A disciplina da Ordem vê-se, tem nome, discute-se e pode recusar-se, e uma tradição de que se pode sair não é cárcere nenhum; a grelha da plataforma

não se mostra, dificilmente se audita e raramente se abandona; e uma grelha que não se vê nem se pode abandonar é a definição de uma jaula. E há a finalidade. O esquadro é um andaime: existe para um dia se tornar dispensável, quando a faculdade de medir já for nossa. A plataforma quer o inverso, tornar-se cada vez mais indispensável. Uma mediação aponta para a nossa autonomia. A outra, para a nossa dependência.

Dir-me-ão que isto é inevitável, que nenhum Estado pode hoje renunciar a estas ferramentas. É verdade, e também o iniciado não renuncia ao mundo: trabalha dentro dele. A questão nunca foi recusar o instrumento. Foi não confundir o instrumento com a faculdade. Platão, de quem a nossa tradição tanto se reclama, ensinava que só o ignorante peca, porque a virtude está no saber, e o saber é a inserção consciente na ordem das coisas. A virtude não se delega. Não se compra feita. Não se descarrega. Um sistema que nos entrega a conclusão sem o caminho pode tornar-nos eficazes, mas não nos torna sábios. Uma iniciação que dispensasse o trabalho da pedra não seria iniciação; seria uma

**Há, afinal, dois sentidos para a palavra progresso, e a Ordem sempre os separou. Um é a corrida cega em frente, em que cada novo estado destrói e esquece o anterior, e em que avançar quer dizer escapar, nunca alcançar. O outro é a assunção do conhecimento depositado na grande tradição: concilia o avanço com a raiz e mede cada passo pelo prumo de uma consciência que permanece. A inteligência artificial, tal como a recebemos, é a apoteose do primeiro: promete aceleração sem memória e decisão sem deliberação. A Maçonaria existe para lembrar o segundo, e para repetir aquilo que nenhum painel sobre inovação dirá: não há avanço digno desse nome feito à custa da faculdade de ver por si.**

cerimónia vazia.

Há, afinal, dois sentidos para a palavra progresso, e a Ordem sempre os separou. Um é a corrida cega em frente, em que cada novo estado destrói e esquece o anterior, e em que avançar quer dizer escapar, nunca alcançar. O outro é a assunção do conhecimento depositado na grande tradição: concilia o avanço com a raiz e mede cada passo pelo prumo de uma consciência que permanece. A inteligência artificial, tal como a recebemos, é a apoteose do primeiro: promete aceleração sem memória e decisão sem deliberação. A Maçonaria existe para lembrar o segundo, e para repetir aquilo que nenhum painel sobre inovação dirá: não há avanço digno desse nome feito à custa da faculdade de ver por si.

Saí daquele ensaio sobre a Palantir com uma frase sobre as plataformas terem dono. Saio deste com a frase que lhe faltava, e que só no Templo se diz por inteiro: a consciência não pode ter dono. É esse o verdadeiro templo, o que cada homem ergue por dentro, e foi para o defender, contra todos os poderes que o quiseram monopolizar, contra o Estado que o quis silenciar, contra o medo que o quer adormecer, que a Ordem desbastou pedra durante três séculos. Falta saber se saberemos defendê-lo agora, quando o monopólio já não chega vestido de dogma nem de censura, mas de interface, de conforto e de eficiência, e quando o instrumento que promete ver melhor é o mesmo que, em silêncio, nos vai desabitando de ver.

A pergunta decisiva já não é se a máquina verá melhor do que nós. Verá. É outra, e não tem resposta tranquila: ao consentirmos que veja por nós, continuaremos homens livres a desbastar a pedra, ou seremos nós a pedra, útil e bem-talhada, encaixada numa obra que outro desenhou e que já nem sabemos ler?

*Miguel Sousa Soares, 24.º*



# Academia de Estudos Maçónicos

A Academia de Estudos Maçónicos do Supremo Conselho para Portugal tem prosseguido a sua actividade no cumprimento dos objectivos definidos no seu *Regulamento*, com destaque para a promoção, coordenação e divulgação do conhecimento científico e simbólico do R.: E.: A.: A:..

No dia 23 de Março, a Academia abriu as portas para uma Conferência do Académico Titular José Augusto Alves, subordinada ao tema *“Da Pedra Bruta à Pedra Polida – Uma Leitura Neurobiológica do Aperfeiçoamento Humano”*.



*Num sentido mais amplo, o objectivo de todo o ser humano comprometido com o seu desenvolvimento — é um processo continuo de aperfeiçoamento pessoal que se projeta na melhoria da sociedade. Trata-se de um caminho de transformação interior que visa tornar o individuo mais consciente, mais livre e mais fraterno, permitindo-lhe viver com sentido e contribuir para um mundo mais justo.*

*Num sentido mais amplo, o objectivo de todo o ser humano comprometido com o seu desenvolvimento — é um processo continuo de aperfeiçoamento pessoal que se projeta na melhoria da sociedade. Trata-se de um caminho de transformação interior que visa tornar o individuo mais consciente, mais livre e mais fraterno, permitindo-lhe viver com sentido e contribuir para um mundo mais justo.*

*Cada resposta depende da experiência de vida, da visão do mundo e da missão pessoal de cada um. O ser humano não é uma realidade fixa: é um processo em construção. E é essa experiência de vida que por sua vez resulta da filosofia de vida que cada um de nós prossegue, que determina aquilo que nós somos, e aquilo que nós somos em cada momento da nossa vida, não determina o que nós seremos em momentos futuros, nem mesmo o que os nossos pais nos transmitem através dos genes... Não estamos destinados a ser de uma certa forma para o resto da vida, e que não estamos condenados pelos nossos genes – pelo contrário, somos maravilhas de adaptabilidade e mudança.”*

José Augusto Alves,

O ambiente descontraído proporcionou um debate que a todos esclareceu, contribuindo para um maior enriquecimento dos presentes, sobretudo os que, alheios aos temas maçónicos, pela primeira vez se sentiram envolvidos na atmosfera que caracteriza o escocismo.

A **Ética e Inteligência Artificial: Verdade, Poder e Decisão na Era dos Algoritmos** foi o tema escolhido pelo Académico titular Mário Marques da Silva para a conferência que proferiu no dia 11 de Maio, perante uma sala repleta de Irmãos e amigos que, embora profanos, têm encontrado na Academia um espaço para a sua valorização pessoal.

Poderia parecer que a actualidade da temática não encontrava correspondência e similitude com o tema da obra *Os Doze talentos* apresentada, na primeira parte da sessão, pelo Académico titular Leopoldo Guimarães mas o ambiente caloroso que se percebia em todos os presentes era a demonstração do contrário. A combinação das duas temáticas fora uma escolha acertada.



*Falar hoje de Inteligência Artificial é falar de escolhas que influenciam diretamente a nossa vida. Diagnósticos médicos, concessão de crédito, vigilância, educação e trabalho assistido por IA já não pertencem ao futuro; são uma realidade quotidiana. A questão já não é apenas o que a tecnologia “pode” fazer, mas sobretudo o que “deve” fazer, quem decide esse “dever” e quem responde quando a decisão falha. É por isso que ética e inteligência artificial se tornaram um debate inadiável.*

*Hoje, encontramos-nos no epicentro da Quarta Revolução Industrial, um marco que funde a robótica, a inteligência artificial, a Internet das Coisas e o Big Data, recorrendo à impressão 3D para materializar soluções e vislumbrando, num horizonte próximo, o salto de processamento da computação quântica. Este ecossistema tecnológico empurra-nos definitivamente para a era do conhecimento, num sentido profundamente prático: o objetivo já não é saber tudo, mas sim garantir a informação certa, no momento certo e à pessoa certa, para apoiar a tomada de decisão. Trata-se de filtrar e orientar a atenção, transformando dados em ação com qualidade, responsabilidade e contexto.*

Mário Marques da Silva

O Templo grande do Supremo Conselho foi pequeno para receber os irmãos e convidados que quiseram ouvir o Académico Titular Vítor Caldeirinha dissertar em torno do tema *A Loja como Porto Interior — Entre a Eficiência do Mundo e a Eficácia da Construção Humana*.

*A Loja como Porto Interior — Entre a Eficiência do Mundo e a Eficácia da Construção Humana*.

A forma singular e algo surpreendente como estabeleceu uma relação entre o *porto* físico a cuja actividade tem dedicado grande parte da sua vida profissional e a Loja, entendida como *porto interior*, fez desta conferência um ponto alto do labor da Academia, a que correspondeu, como contraponto, a dissertação do arguente, o Académico Titular José Augusto Felício.



*Num mundo organizado pela lógica da velocidade e da eficiência permanente, a Loja pode ser compreendida como um ponto de desacoplamento — um porto interior onde o fluxo da vida profana abranda, o pensamento se reorganiza e a pedra bruta começa o seu lento trabalho de transformação. Esta preleção propõe uma leitura da experiência iniciática a partir da metáfora logística do porto marítimo, explorando a diferença entre eficiência e eficácia, o papel do símbolo e do ritual como ferramentas de construção interior, e a responsabilidade do Maçom no regresso ao mundo.*

Mário Marques da Silva



# Eventos

O Supremo Conselho para Portugal deu os primeiros passos para que os Altos Graus do Rito Escocês Antigo e Aceite voltassem a ser uma realidade no território de Macau.

No passado dia 29 de Janeiro, data que ficará na História da Maçonaria Portuguesa e Universal, foram iniciados no grau 4.º, os primeiros Irmãos da Excelsa Loja de Perfeição Camilo Pessanha, n.º 81, criada pelo Decreto n.º 21 de 2025, de 18 de Novembro.

A cerimónia, presidida pelo M.: P.: Soberano Grande Comendador, Ill.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, acompanhado por uma comitiva que incluía o Grande Ministro de Estado, o Grande Secretário Geral do Sacro Império, o Grande Secretário do Interior, o Grande Mestre Arquitecto, o Grande Mestre da Harmonia, o Grande Inspetor Litúrgico das Regiões Autónomas e Espaço Extra-Territorial e vários outros Irmãos, decorreu num ambiente de profunda espiritualidade e fraternidade maçónica.



A presença da Maçonaria em Macau está documentalmente comprovada desde 1906, quando a Loja Pro Veritate de Coimbra estabeleceu um Triângulo naquele território que, em 11 de Novembro de 1909, daria origem à Loja Luís de Camões, sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa.

Nela participaram muitos quadros da administração portuguesa, bem como militares e profissionais liberais. Mas um dos seus membros mais ilustres foi, sem dúvida, Camilo Pessanha, iniciado na Loja Camões, em 29 de Novembro de 1910, com o nome simbólico *Angélico*.

A sua progressão nos altos graus do Rito Escocês Antigo e Aceite é devidamente estruturada.

Em 6 de Junho de 1916 é iniciado no grau 15º, e, em 22 de Julho no grau 18º.

Em 19 de Outubro de 1918, assina como Venerável Mestre da Loja Luís de Camões, com o grau 25º, havendo registo de que em 15 de Setembro de 1919 ascende ao grau 30.

À semelhança do que sucedeu com a generalidades das Lojas maçónicas portuguesas, também a Loja Camões abateu colunas no seguimento da publicação da Lei n.º 1901 de 21 de Maio de 1935, vulgarmente conhecida como Lei das Sociedades Secretas.

A Maçonaria em Macau seria restabelecida no seguimento da Revolução dos Cravos, com a criação da Loja Fraternidade e Progresso, (irregular) sob a jurisdição do Grande Oriente Lusitano.



A Maçonaria Regular apenas regressaria a Macau, no início de 2000, por iniciativa do Grão-Mestre Alberto Trovão do Rosário, com a criação do Triângulo Luz do Oriente que, em Junho de 2011, seria transformada em Loja Regular, com o n.º 80.

O trabalho desde então desenvolvido pelos Irmãos vinha, desde algum tempo, a solicitar um apoio especial a todos os que pretendessem aprofundar os graus filosóficos, o que esteve na base do pedido ao Supremo Conselho para Portugal dos Soberanos Grandes Inspectores Gerais do 33.º e Último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite para que, em Macau, se criasse uma Loja de Perfeição.

A Excelsa Loja de Perfeição Camilo Pessanha, n.º.81, vem simultaneamente, colmatar essa lacuna



e homenagear um dos Maçons ilustres que marcaram a vida maçónica e cultural de Macau e de Portugal, abrindo-se também aos Irmãos de outras potências maçónicas com as quais a Grande Loja Legal de Portugal/GLRP mantém relações de amizade, residentes em Macau ou em territórios vizinhos, como é o caso de Hong Kong.

Paralelamente à actividade ritual do Supremo Conselho, os seus membros participaram nos vários eventos levados a cabo pela Associação Cultural Macau Pérola do Oriente, com destaque para a sua 1.ª Conferência, sobre *Inteligência Artificial como Player Cultural* que englobou duas palestras: *Artificial Intelligence – Convergence or uniformization of cultures?* e *Qual a relevância do Esoterismo nas sociedades tecnológicas?*



Momento alto e de forte significado maçónico foi também a sessão comemorativa do 15.º aniversário da Loja Luz do Oriente, na qual estiveram presentes todos os membros da Delegação do Supremo Conselho e da Loja de Perfeição Camilo Pessanha.

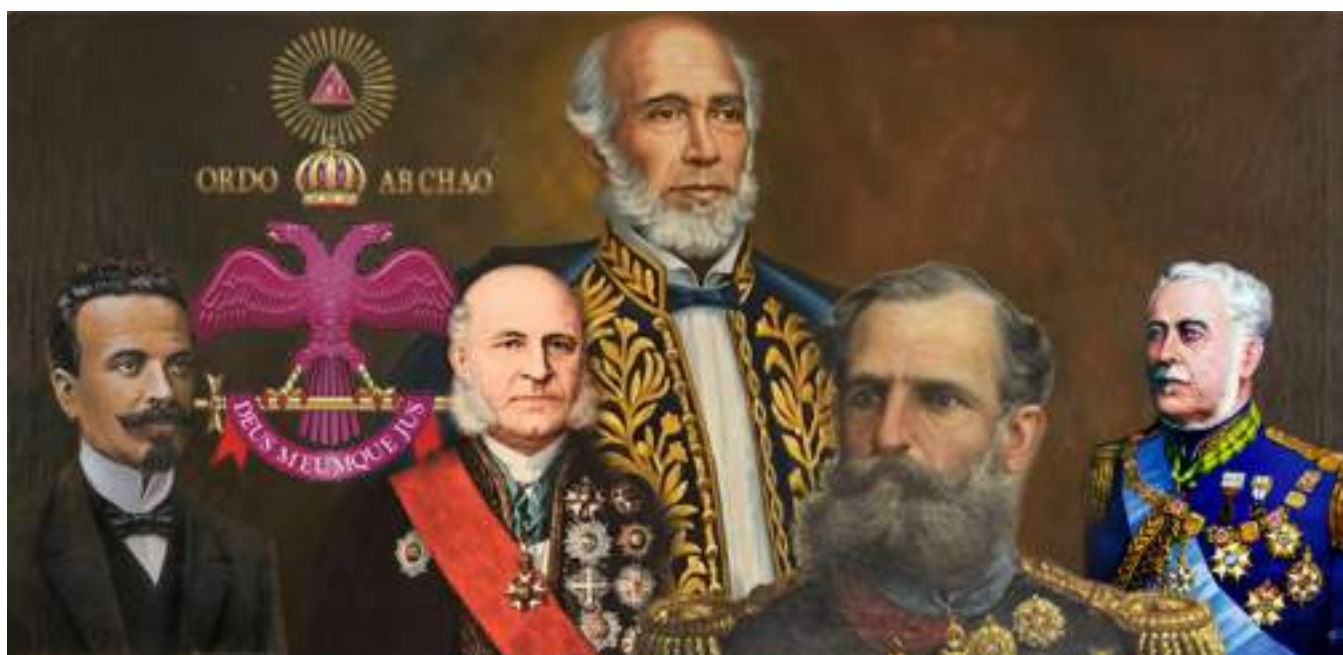
Longa Vida ao Escocismo e à Maçonaria Regular no território de Macau!



# 197 Anos

De Montezuma a Jorge Lins

ORDO AB CHAO



**No dia 12 de Março, o Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceite para a República Federativa do Brasil celebrou o seu 197.º aniversário**



O Supremo Conselho para Portugal não podia faltar à comemoração de data tão simbólica na vida do Supremo Conselho para a República Federativa do Brasil, Supremo Conselho mãe do Muito Poderoso Supremo Conselho dos Ilustres e Poderosos Soberanos Grandes Inspectores Gerais 33 e Último do Rito Escocês Antigo e Aceite para o Reino de Portugal e seus domínios, do qual somos os legítimos continuadores.

Celebra-se o dia 12 de Março de 1929, data em que o Supremo Conselho para a Bélgica concedeu uma Carta para instalar o Supremo Conselho para o Império do Brasil a Francisco Gomes Brandão que, posteriormente, viria a adoptar o nome de Francisco Gê Acayaba Montezuma.

Em face da impossibilidade de participar neste evento, por motivos de saúde, o M.: P.: Soberano Grande Comendador, Ill.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33.º, fez-se representar pelo Grande Ministro de Estado, P.: e Ill.: Ir.: Carlos Inácio, 33.º, que se fez acompanhar pelo Grande Secretário Geral, P.: e Ill.: Ir.: António Vicente.

O evento que contou com a participação de Soberanos Grandes Comendadores e representantes dos Supremos Conselhos do Brasil (anfitrião), Estados Unidos da América - Jurisdição Sul, Espanha,

Perú, Venezuela, Portugal, Uruguai, Argentina, Cuba, México, República Dominicana, Paraguai, Chile, Itália, EUA Prince Hall Afiliados - Jurisdição Sul, Equador, Panamá, Bolívia, El Salvador, Costa Rica, República Checa, Colômbia, Rússia, Bulgária, Haiti, Eslováquia, Azerbaijão e Guiné, totalizando 28 Supremos Conselhos, e dos Grão-Mestres das Grandes Lojas de Alagoas, Sergipe, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Roraima, Distrito Federal, Amazonas, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro, Tocantins e



O frio que a Natureza nos reservou nessa manhã contrastava com o calor humano que unia todos os Irmãos, bem visível nos sorrisos expressos nos rostos molhados pela chuva que nos recordava “As águas de Março” de Tom Jobim.

Paraná, para além do Grande Oriente do Rio de Janeiro (COMAB), representou um momento de profunda comunhão dos princípios do escocismo universal.

Foi num ambiente de grande fraternidade que



se realizaram as visitas aos pontos históricos e turísticos da Cidade Maravilhosa, com destaque para a que teve lugar ao Cristo Redentor, na manhã do dia 12.

Com a execução solene do Hino nacional brasileiro, da projecção de um vídeo com a história da Maçonaria e da influência do Iluminismo, da Revolução Francesa, da independência dos EUA e das demais colónias americanas, da criação dos Altos Graus, sua expansão e criação dos Supremos Conse-

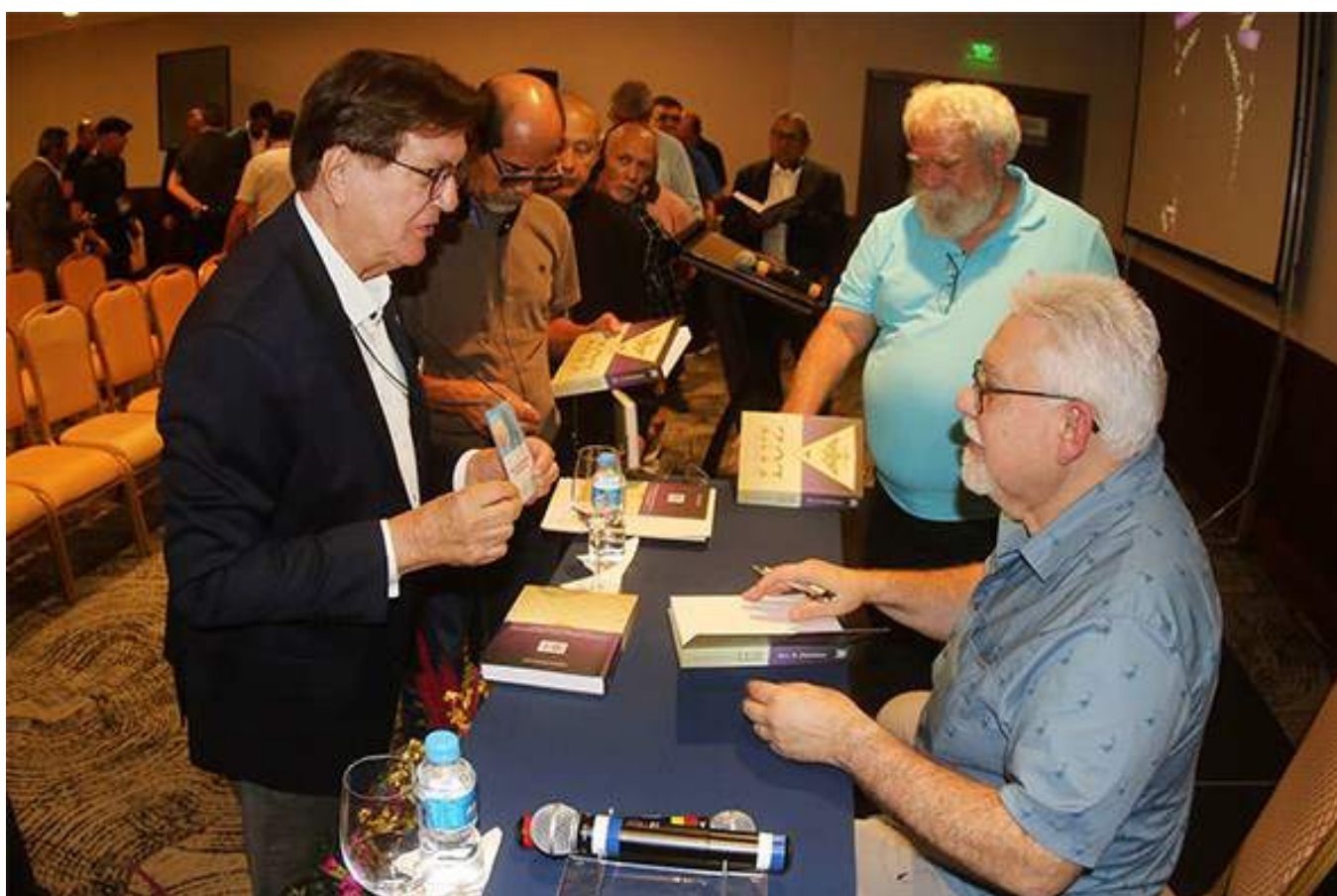


lhos do REAA, culminando com a fundação do Supremo Conselho brasileiro e a sua trajetória de 197 anos de grandes conquistas, glórias e realizações, e da obliteração do selo comemorativo dos 197.º aniversário, tiveram início os actos solenes das comemorações.





O P.: Ir.: Arturo de Hoyos, 33° – Grã-Cruz – Grande Arquivista e Grande Historiador do Supremo Conselho dos EUA – Jurisdição Sul, proferindo uma conferência sobre o Rito Escocês Antigo e Aceite



O P.: Ir.: Arturo de Hoyos, 33° – Grã-Cruz no lançamento da obra “Uma Ponte para a Luz”, da autoria do Irmão Rex Hutchens, 33°, com tradução do Irmão Kenny Ismail, 33°, autorizada pelo Soberano Grande Comendador do EUA - Jurisdição Sul - Mãe do Mundo - o Ilustre e Poderoso Irmão James Cole, 33°.





Sessão Magna de Investidura no Grau 33º de novos 70 Grandes Inspectores Gerais, durante a qual o Grande Ministro de Estado, o P.: e Ill.: Irmão Carlos Alberto Nunes Inácio, 33.º, foi agraciado com a Medalha de Honra ao Mérito Maçónico.





Ad Universi Terrarum Orbis Summi  
Architecti Gloriam



Supremo Conselho para Portugal

Dos Soberanos Grandes Inspectores Gerais do 33º e Último Grau do R. E. A. A. A.  
Fundado em 9 de Novembro de 1841

Festa da Ordem 2026  
&  
Sublime Capítulo Ibéria, No. 11

Lisboa, 10 – 11 de Abril, 2026





O Supremo Conselho para Portugal dos Soberanos Grandes Inspectores Gerais do 33º e Último Grau do R.:E.:A.:A.: esteve em festa nos dias 10 e 11 de Abril, celebrando a fraternidade universal do Escocismo.

A **Festa da Ordem**, como tradicionalmente a designamos, decorreu em ambiente de forte calor humano, reunindo Irmãos de vinte e dois países.



O programa desdobrou-se em dois momentos distintos. No dia 10, a fraternidade ibérica manifestou-se com a realização de uma sessão do Soberano Capítulo Rosa-Cruz Ibéria, nº 11, sob a jurisdição dos Supremos Conselhos para Portugal e Espanha, seguida de um espaço musical e de poesia, com o caloroso virtuosismo do Irmão António Saiote, no clarinete, e a força dramática do Irmão Francisco de Pina Queiroz na declamação de um eclético conjunto de poemas.



O dia seguinte foi de profunda confraternização. Pela manhã todos os Irmãos e acompanhantes tiveram oportunidade de apreciar a beleza da cidade de Lisboa e de alguns dos seus monumentos mais significativos, num périplo que a todos encantou.

A tarde foi preenchida com uma sessão solene onde, o Vice-Grão

Mestre, M.: R.: Ir.: Bruno Loureiro Gonçalves, as vinte e uma delegações estrangeiras e os representantes dos Corpos Rituais de Jurisdição Portuguesa foram recebidos em ambiente de uma profunda e fraternal amizade.



Momento alto da sessão da tarde foi o da entrega de Diplomas de Membros de Honra do Supremo Conselho para Portugal aos Soberanos Grandes Comendadores do Perú, do México, da Hungria, da República Checa e da Grécia, da entrega de Diplomas e barretinas da Grã Cruz da Corte de Honra ao Soberano Grande Inspector Geral Victor Manuel Gabão Veiga, 33.º, e aos Grandes Inspectores Gerais António Gabriel Cupertino

Marques, 33.º e Octávio Ramos Pimenta Sousa, 33.º e de medalhas de mérito aos Irmãos que se distinguiram pelo seu trabalho em prol do escocismo e do Supremo Conselho para Portugal.

O dia terminou com um ágape em honra das senhoras e dos visitantes.



Às delegações dos Supremos Conselhos da Espanha, da Bélgica, do Brasil, do Perú, do México, da Turquia, do Paraguai, da Hungria, da Itália, da Roménia, da Sérvia, da República Checa, da Áustria, da Alemanha, do Luxemburgo, da Rússia, da Eslováquia, do Azerbaijão, da França, da Guiné Conakry e da Grécia, vai o nosso profundo agradecimento.







**55<sup>TH</sup> CONFERENCE  
OF THE SOVEREIGN  
GRAND COMMANDERS  
OF EUROPE AND  
ASSOCIATED COUNTRIES  
İSTANBUL TÜRKİYE**



**6 - 10 May 2026**

## 55.<sup>a</sup> Conferência de Soberanos Grandes Comendadores da Europa e Países Associados

Entre os dias 6 e 10 de Maio, Istambul foi palco da 55.<sup>a</sup> Conferência de Soberanos Grandes Comendadores da Europa e Países Associados, onde o Supremo Conselho para Portugal foi representado pelo seu M.: P.: Soberano Grande Comendador, Ill.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33.<sup>o</sup>.



A Conferência de Soberanos Grandes Comendadores da Europa e Países Associados tem-se, desde a sua primeira realização, em Paris, no ano de 1948, revelado como um importante *forum* de análise e debate de todos os assuntos pertinentes à vida dos Supremos Conselhos que a integram e de defesa dos interesses do Rito Escocês Antigo e Aceite.

No entanto, a sua composição alargada a países não europeus com as suas especificidades próprias, muitas vezes distintas das que aos países europeus diziam respeito, vinha demonstrando uma crescente dificuldade no debate dos temas em apreço.

Em resultado dessa constatação e após longa discussão entre os vários Supremos Conselhos europeus, durante os últimos dois anos, concluiu-se ser fundamental que esta Conferência se transformasse em *Conferência dos Supremos Conselhos Europeus*.

Foi este, pois, o principal tema desta Conferência, à qual incumbiu a aprovação do respectivo Regulamento.



De entre o seu articulado sobressaem os seguintes pontos:

- A exigência de apenas Supremos Conselhos com sede na Europa poderem integrar a Conferência em plenitude, sendo, no entanto, admitida a hipótese de outros Supremos Conselhos terem o estatuto de Observadores;
- Não poder existir mais do que um Supremo Conselho regular em cada um dos países;
- A Conferência reconhece que não tem qualquer poder sobre a soberania ou a independência de cada um dos Supremos Conselhos que a integram.





## O Supremo Conselho para Portugal celebrou o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Celebramos a universalidade e a mundividência de um povo que, com os pés bem assentes na terra, soube descobrir o seu destino no mar.

Um povo que, do mar, soube criar os laços que deram forma e uniram os hemisférios, simbolicamente transformados na esfera armilar, que passou a identificá-lo.

Um povo que se derramou por todos os continentes, da América ao Japão. Em toda a parte deixou o legado que ainda perdura e hoje comemoramos.

Se foi comerciante e ladrão, sempre temperou o seu destino com o amor que povoou praias e sertões, amor que tanto caracteriza o nosso Poeta Maior, Luís de Camões.

A mão que empunhava a espada era a mesma que segurava a pena para nos legar a versão platónica da universalidade lusitana e os mais belos poemas de amor.

*“Amor é um fogo que arde sem se ver;*

*É ferida que dói, e não se sente;*

*É um contentamento descontente;*

*É dor que desatina sem doer.*

*É um não querer mais que bem querer;*

*É um andar solitário entre a gente;*

*É nunca contentar-se e contente;*

*É um cuidar que ganha em se perder;*

*É querer estar preso por vontade;*

*É servir a quem vence, o vencedor;*

*É ter com quem nos mata, lealdade.*

*Mas como causar pode seu favor*

*Nos corações humanos amizade,*

*Se tão contrário a si é o mesmo Amor?”*



Luís de Camões, *Sonetos*

Afinal, é do amor que brotam a solidariedade e o amor pela Paz, sentimentos que hoje vemos universalmente reconhecidos e que também celebramos no exemplo das nossas comunidades espalhadas pelo mundo.



*Leituras*

# EL ÁGUILA BICÉFALA EN EL RITO ESCOCÉS ANTIGUO Y ACEPTADO

SÍMBOLO DE SOBERANÍA INTERIOR,  
EQUILIBRIO DOCTRINAL Y SÍNTESIS INICIÁTICA



FERNANDO ARTURO LEDEZMA PERIZZA

En el corazón de la indagación humana habita la tensión creadora entre los opuestos. En una modernidad fragmentada por la polarización y la hipertrofia del poder mediático, esta obra rescata al Águila Bicéfala no como un vestigio heráldico, sino como una clave mayor de contemplación y autoconocimiento. El símbolo se eleva aquí a instrumento de pensamiento estratégico, invitando al lector a transmutar la dualidad en una síntesis de madurez intelectual y ética.

A través de una exégesis que recorre sus raíces en Mesopotamia, su consolidación imperial y su resignificación en los 33 grados del Rito Escocés Antiguo y Aceptado, el autor dialoga con la dialéctica de Hegel y los arquetipos de Jung para desentrañar el misterio de la “doble mirada”. Incluso el Cóndor andino es reconocido como expresión austral de este arquetipo soberano, ampliando el horizonte simbólico hacia una comprensión hemisférica del ave bicéfala como principio de equilibrio entre razón e intuición.

La tesis central propone la transmutación del antiguo poder imperial en una soberanía interior ética: del dominio sobre territorios al dominio sobre uno mismo.

Bajo el rigor iniciático del V:I:T:R:I:O:L: y la ascensión simbólica por la Escalera Misteriosa, el Águila Bicéfala se revela como un cuerpo vivo de símbolos y enseñanzas en permanente diálogo con el presente. Así, la Masonería se proyecta no como reliquia histórica, sino como sistema moral vigente para el autogobierno consciente del individuo.

Fernando Arturo Ledezma Perizza es Soberano Gran Inspector General del Supremo Consejo del Grado 33° y Último del Rito Escocés Antiguo y Aceptado para la Masonería Boliviana. Fue Director de la Academia Masónica de Estudios del Escocismo Boliviano (2018–2023) y es Miembro de la Academia de Estudios Masónicos del Supremo Consejo del Grado 33° para España. Autor de numerosas investigaciones masónicas y coautor del libro: *Noventa y un años del Supremo Consejo: Masonería Boliviana*.

Presenta esta nueva obra con rigor académico y vivencia iniciática, ofreciendo una reflexión profunda sobre el símbolo supremo de la dualidad.

Fernando Arturo Ledezma Perizza, *El Águila bicéfala en el Rito Escocés Antiguo y Aceptado: Símbolo de soberanía interior, equilibrio doctrinal y síntesis iniciática*

1.ª Edición

Cochabamba, Bolivia: Talleres Gráficos “Kipus”, Ed. 2026

113 páginas

ISBN: 978-9917-0-6793-1

Cristoforo Borri foi o astrónomo mais influente em Portugal durante o século XVII. Tendo nascido no norte de Itália e entrado muito jovem na Companhia de Jesus numa época de plena efervescência científica, na sequência das observações telescópicas e da condenação de Galileu, Borri destacou-se como astrónomo. Para além das observações astronómicas que realizou na Cochinchina, onde foi missionário, e sobretudo em Coimbra, onde ensinou, foi autor de uma obra que teve um profundo impacto em Portugal. Neste livro, após um estudo detalhado sobre a biografia de Borri, analisa-se a evolução do seu pensamento cosmológico e a sua influência em Portugal ao longo do século XVII. Neste domínio, demonstra-se que, para além da sua obra astronómica, a valorização epistemológica da matemática, que desenvolveu enquanto professor do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, foi crucial para o seu sucesso em terras lusitanas. Este livro analisa as dimensões da obra de Borri, relacionadas com a astronomia, cosmologia, matemática e a sua influência em Portugal.



Luís Miguel Carolina, *A Geometria dos Céus: A Cosmologia de Cristoforo Borri e a sua influência em Portugal no século XVII*

1.ª Edição

Coimbra, Universidade de Coimbra: 2025

308 páginas

ISBN: 978-989-26-2715-1

Edgar Morin  
António Alçada Baptista

# O Esplendor das Amizades

A experiência  
portuguesa de  
Edgar Morin

COORDENAÇÃO  
Guilherme d'Oliveira Martins



Nos 80 anos do  
Centro Nacional  
de Cultura

gradiva



Edgar Morin, António Alçada Baptista, *O Esplendor das Amizades: A experiência portuguesa de Edgar Morin*

Coord. de Guilherme d'Oliveira Martins

Lisboa, Gradiva: Jan. de 2026

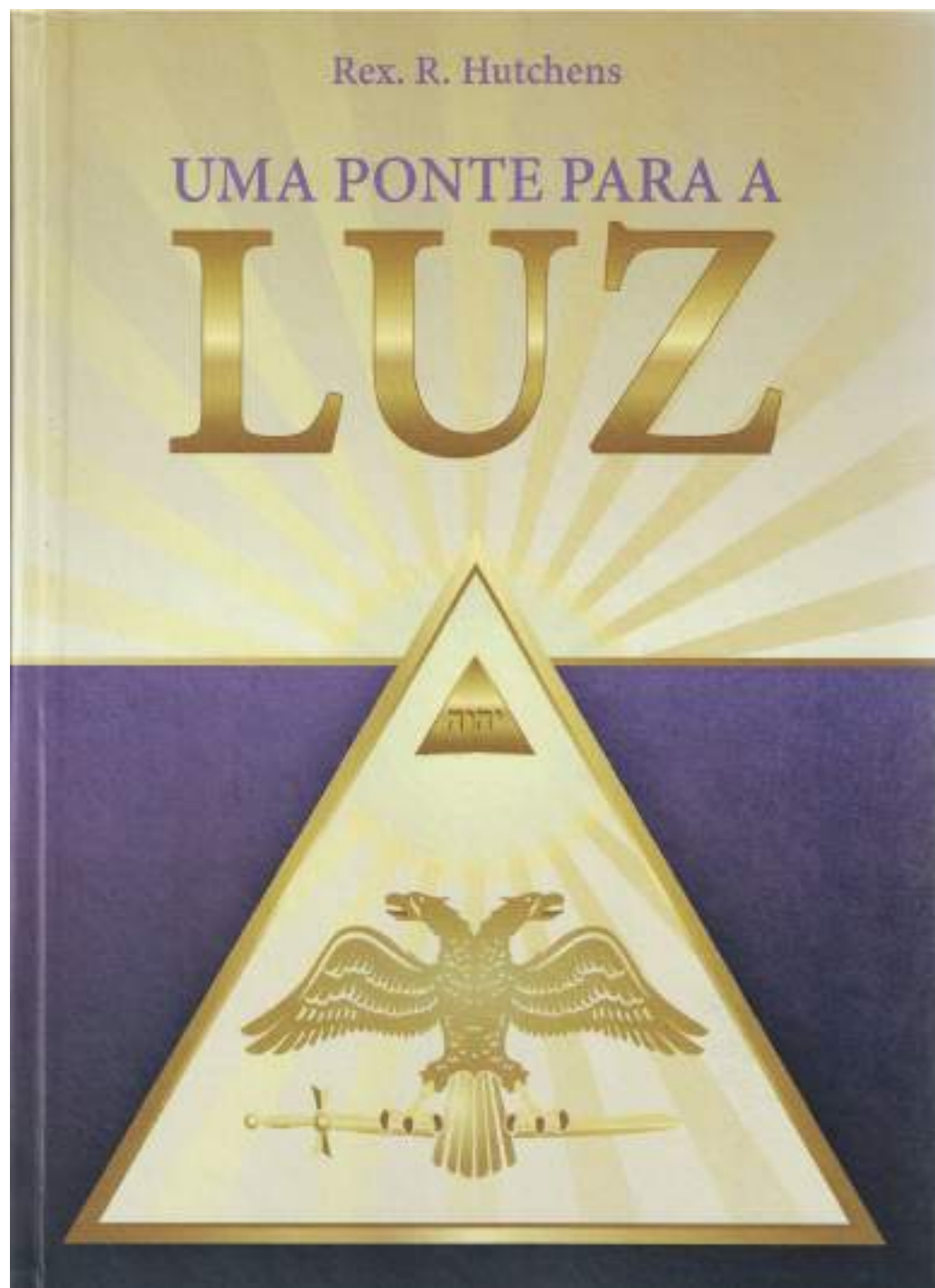
136 páginas

ISBN: 9789897853944

*O Esplendor das Amizades: A experiência portuguesa de Edgar Morin* resulta da determinação do grande pensador em recordar a importância da relação com Portugal, em especial com António Alçada Baptista e os seus amigos. Os diálogos que aqui encontramos constituem a memória viva de um tempo de liberdade em que se lançaram as sementes da democracia.

Na obra de uma vida, extensa e multifacetada, a relação de Edgar Morin com a democracia portuguesa tem especial importância, designadamente na dimensão cívica e educativa. Se a revolução de 25 de abril de 1974 foi o início da terceira vaga das democracias contemporâneas, o escritor francês apaixonou-se pela complexa construção das instituições democráticas, baseadas na liberdade e representativas da vontade dos cidadãos e da sociedade civil.

Centrados na sua voz somos chamados a ouvir mais do que uma geração, um tempo inesquecível.



## Um estudo sobre ritual e filosofia maçônicos

Rex R. Hutchens, *Uma Ponte para a Luz: O Ritual padrão revisitado d Pike*

Ed., rev. e introd. por Arturo de Hoyos

Tradutor: Kennyo Ismail

Prefácio da ed. brasileira: Jorge Luiz de Andrade Lins

1.ª Edição

Brasília, Ed. No Esquadro: 2026

384 páginas

ISBN: 978-65-81151-06-5



Retrato importante do Rito Escocês Antigo e Aceite nos finais do século XX.

Supremo Consejo de México, Edgar Ortiz Arellano, Presidente de la Gran Comisión Editorial *Memoria de la XIV Conferencia de Consejos Supremos del Mundo del R.:E.:A.:A.:*

1.ª Edição: 1990

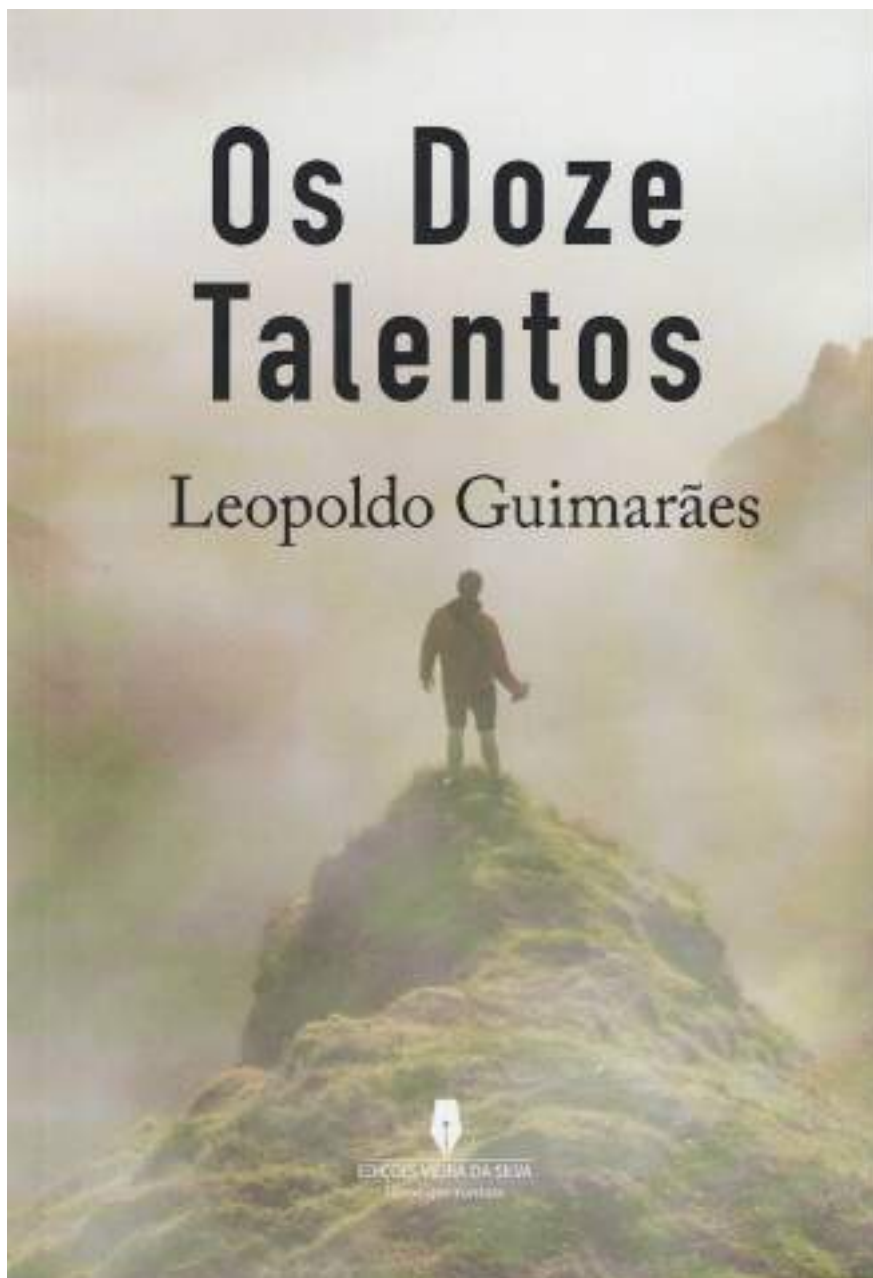
1.ª reedição: 2025

C. de México, Supremo Consejo de México: 2025

384 páginas

As diferentes personagens que dão corpo ao romance abordam as mudanças da natureza humana na complexidade das suas valências, onde o livre arbítrio tende a assumir um papel importante. Neste sentido, têm naturalmente lugar os sentimentos que nos são comuns, amor, ódio, ambição, esperança, desespero, delírio misticismo...

O livro apresenta uma viagem a um extenso diálogo civilizacional, abordando as questões que directa ou indirectamente afligem as nossas sociedades, nestes tempos de profundas transformações, que dificilmente permitem uma absorção calma e consistente por parte das populações, transformadas, pouco a pouco, em meros espectadores, mas sendo, afinal, quem sustenta os resultados da ambição e da desorientação dos detentores dos diferentes poderes.



Leopoldo Guimarães, *Os Doze talentos*

1.ª Edição

Lisboa, Ed. Vieira da Silva: Abril de 2026

262 páginas

ISBN: 978-989-779-851-1

# HISTÓRIAS de VIDA



RUI MESTRE

*Cada capítulo é uma lição de vida, onde se sente o peso das perdas, mas também a alegria das conquistas e a importância de nunca desistir dos sonhos.*

PAULO ROLA, Grão-Mestre

*Sou uma dessas vidas tocadas pelo Rui e afectado positivamente por ele. Em muitos aspectos o Rui tornou-se no meu Arcanjo ao qual agradeço imenso.*

MANUEL ROSA, Escritor

Rui Mestre, *Histórias de Vida*  
Ed., rev. e introd. por Arturo de Hoyos  
1.ª Edição

Ed. de autor: 2026

205 páginas

ISBN: 978-989-33-9662-9

*Rui Mestre é a prova viva de que há homens que não são moldados pelas circunstâncias – são eles que as vencem e lhes dão sentido.*

JORGE RIO CARDOSO,  
Secretário-Geral da Academia  
Maçónica

*Com a leitura deste livro, o leitor descobrirá a pessoa que eu conheço: autêntica, vulnerável determinada e, acima de tudo, de uma enorme dimensão humana.*

ARMINDO DE AZEVEDO, antigo Grão-Mestre

